

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS EXERCÍCIO 2025

Instituto de Previdência Municipal de
Três Corações - IPRECOR

Março/2026

Eliana de Fátima Pereira Mauricio

Diretora-Presidente

Lucian Lorrان Francisco de Souza

Contador

CRC: MG 126457/O

Maycon dos Santos Gonçalves

Controlador Interno

CRA: 01-069743/D

Conteúdo

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS.....	4
3. AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL.....	5
3.1 Avaliação da Gestão Orçamentária	5
3.2 Avaliação da Gestão Financeira	7
3.3 Avaliação da Gestão Patrimonial.....	8
4. RESTOS A PAGAR	12
5. DESPESA TOTAL COM PESSOAL	13
6. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS.....	13
7. RESTOS A PAGAR - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS.....	14
8. OBRIGAÇÕES PATRONAIS.....	14
9. RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDA PREVIDENCIÁRIA	14
10. PROVIDÊNCIAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO	16
11. CONFORMIDADE DOS REGISTROS CONTÁBEIS COM O SICOM	17
12. ATUALIZAÇÃO CADASTRAL DOS SEGURADOS.....	17
13. COMPORTAMENTO DA ARRECADAÇÃO	17
14. COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÕES EM ATRASO	18
15. AVALIAÇÃO ATUARIAL	19
16. ATENDIMENTO À PORTARIA MTP Nº 1.467/2022	19
17. PERCENTUAIS CONTRIBUTIVOS	20
18. DÉFICIT ATUARIAL.....	20
19. CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS POR ÓRGÃO	23
20. ENQUADRAMENTO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	24
21. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO.....	26
22. CONCLUSÃO.....	27

1. INTRODUÇÃO

Em atendimento às atribuições conferidas a esta Unidade de Controle Interno e em observância ao disposto nos arts. 31, 70 e 74 da Constituição da República, que tratam das competências do Sistema de Controle Interno, bem como às disposições da Lei nº 4.320/1964, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), da Instrução Normativa nº 09/2008 e da Decisão Normativa nº 02/2016, ambas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCE-MG, apresenta-se o Relatório de Controle Interno referente às contas do Instituto de Previdência Municipal de Três Corações relativas ao exercício de 2025.

Nesse contexto, a atuação do Controle Interno deu-se de forma integrada e contínua, com vistas ao acompanhamento do cumprimento dos programas e metas institucionais, observando-se a legislação aplicável. As atividades foram desenvolvidas de maneira prévia, concomitante e subsequente aos atos de gestão, visando à salvaguarda dos ativos, à fidedignidade das informações, à promoção da eficiência operacional e ao estímulo à observância das normas e diretrizes administrativas, contribuindo, ainda, para o aperfeiçoamento dos processos e da gestão no âmbito do Instituto.

2. AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Apresenta-se a seguir a avaliação do PPA – Plano Plurianual a qual remete também para o cumprimento das prioridades elencadas na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias:

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE METAS - EXERCÍCIO 2025								
AÇÕES/METAS PREVISTAS	PRIORITÁRIA		REALIZAÇÃO			VALOR		
	Sim	Não	Sim	Não	Parcial	Previsto	Atualizado	Realizado
5.001 - EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA IPRECOR	X		X			R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 13.950,00
5.002 - EQUIPAMENTOS PARA ADMINISTRACAO E FINANÇAS DO IPRECOR	X		X			R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 5.980,00
5.003 - APLICACAO, MELHORIAS E INSTALACOES DA SEDE DO IPRECOR	X			X		R\$ 70.000,00	R\$ 70.000,00	R\$ 00,00
6.004 - ATIVIDADES DA COORDENACAO GERAL DA PREVIDENCIA	X			X		R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 00,00
6.005 - ATIVIDADES DA ADMINISTRACAO CONTABIL,	X		X			R\$ 1.313.000,0	R\$ 1.313.000,0	R\$ 586.460,42

FINANCEIRA E PATRIMONIAL								
6.008 - MANUTENCAO DE COMPENSACOES PREVIDENCIARIAS - COMPREV.	X		X			R\$ 503.000,00	R\$ 226.865,53	R\$ 215.673,40
6.019 - ATIVIDADES COM ASSESSORIA CONTABIL	X			X		R\$ 95.000,00	R\$ 82.000,00	R\$ 00,00
6.020 - ATIVIDADES COM ASSESSORIA FINANCEIRA E ATUARIAL	X		X			R\$ 132.000,00	R\$ 132.000,00	R\$ 47.342,03
6.011 - INCREMENTACAO DO SISTEMA DE INFORMATICA DO IPRECOR	X		X			R\$ 25.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 1.331,94
6.015 - DESPESA COM PROVENTOS DE INATIVOS E PENSIONISTAS	X		X			R\$ 52.570.000,00	R\$ 53.508.030,68	R\$ 53.351.853,56
6.026 - DESPESAS COM PROVENTOS INATIVOS E PENSIONISTAS PLANO PREVIDENCIÁRIO	X		X			R\$ 2.182.000,00	R\$ 2.187.000,00	R\$ 198.576,40
6.021 - DESPESA COM PROVENTOS DE INATIVOS E PENSIONISTA - PMTC	X		X			R\$ 610.000,0	R\$ 356.103,79	R\$ 356.103,79
6.022 - RESERVA ADMINISTRATIVA RPP	X			X		R\$ 400.000,00	R\$ 00,00	R\$00,00
TOTAL						R\$ 58.000.000,00	R\$ 58.000.000,00	R\$ 54.777.271,54

Tabela 1: Avaliação do Cumprimento de Metas. Fonte: Relatórios do Sistema de Contabilidade E&L

As ações desenvolvidas pelo Instituto de Previdência Municipal de Três Corações, no exercício em análise, concentraram-se, predominantemente, na manutenção e no pagamento dos benefícios previdenciários aos segurados, bem como na execução das atividades administrativas e operacionais necessárias ao regular funcionamento do Regime Próprio de Previdência Social.

A análise do cumprimento das metas demonstra que, de modo geral, houve execução parcial das ações previstas, com maior concentração de realização nas despesas obrigatórias, entretanto parte das ações administrativas e de investimento apresentou baixa execução ou não foi realizada, indicando possível necessidade de aprimoramento no planejamento e na priorização das despesas ao longo do exercício.

3. AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL.

3.1 Avaliação da Gestão Orçamentária

A LOA do Município de Três Corações para o exercício financeiro de 2025 foi elaborada conforme disposições contidas na Lei nº 4.320/64, e nas demais legislações pertinentes, tendo sido aprovada por meio da Lei nº 5.142/2024, que estimou a receita e fixou a despesa para o exercício 2025 - Lei Orçamentária Anual.

As **Receitas Orçamentárias** apresentaram-se da seguinte forma:

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d=(c-b)
Receitas Correntes (I)	58.000.000,00	58.000.000,00	67.381.465,60	9.381.465,60
Contribuições	21.047.000,00	21.047.000,00	24.500.278,33	3.453.278,33
Receita Patrimonial	850.000,00	850.000,00	5.438.581,38	4.588.581,38
Outras Receitas Correntes	36.103.000,00	36.103.000,00	37.442.605,89	1.339.605,89
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV)	58.000.000,00	58.000.000,00	67.381.465,60	9.381.465,60
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV+V)	58.000.000,00	58.000.000,00	67.381.465,60	9.381.465,60
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	58.000.000,00	58.000.000,00	67.381.465,60	9.381.465,60

Tabela 2: Receitas orçamentárias. Fonte: Relatório do Sistema de Contabilidade E&L

Verifica-se que a previsão inicial e atualizada foi fixada no montante de **R\$ 58.000.000,00**, tendo sido efetivamente arrecadado o total de **R\$ 67.381.465,60**, resultando em **excesso de arrecadação de R\$ 9.381.465,60**, equivalente a aproximadamente **16,17% acima da previsão orçamentária**.

A análise por natureza de receita demonstra que:

- As **receitas de contribuições** apresentaram arrecadação de **R\$ 24.500.278,33**, superando a previsão de **R\$ 21.047.000,00**, com excesso de **R\$ 3.453.278,33**, indicando desempenho positivo na arrecadação das contribuições previdenciárias.
- A **receita patrimonial**, composta principalmente pelos rendimentos das aplicações financeiras dos recursos do regime próprio de previdência social, registrou arrecadação de **R\$ 5.438.581,38**, significativamente superior à previsão de **R\$ 850.000,00**, representando um excedente de **R\$ 4.588.581,38**. Tal resultado reflete o comportamento favorável das aplicações financeiras do Instituto ao longo do exercício.
- As **outras receitas correntes** totalizaram **R\$ 37.442.605,89**, superando a previsão de **R\$ 36.103.000,00**, com acréscimo de **R\$ 1.339.605,89**, demonstrando estabilidade na arrecadação das demais fontes de receita vinculadas ao regime previdenciário.

No tocante à execução da **despesa orçamentária**, a dotação inicial foi fixada em **R\$ 58.000.000,00**, sendo mantida praticamente no mesmo patamar após as alterações orçamentárias. Do total autorizado, foram empenhadas despesas no montante de **R\$ 54.855.925,09**, correspondendo a aproximadamente **94,58%** da dotação disponível, o que demonstra um equilíbrio orçamentário em consonância com o planejamento, conforme tabela a seguir:

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO j=(f-g)
Despesas Correntes (IX)	57.490.000,00	57.890.000,00	54.835.995,09	54.757.341,54	54.756.741,09	3.054.004,91
Pessoal e Encargos Sociais	54.718.000,00	55.668.455,95	53.389.949,65	53.311.296,10	53.310.695,65	2.278.506,30

Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes	2.772.000,00	2.221.544,05	1.446.045,44	1.446.045,44	1.446.045,44	775.498,61
Despesas de Capital (X)	110.000,00	110.000,00	19.930,00	19.930,00	19.930,00	90.070,00
Investimentos	110.000,00	110.000,00	19.930,00	19.930,00	19.930,00	90.070,00
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XI)	400.000,00					
RESERVA DO RPPS (XII)						
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	58.000.000,00	58.000.000,00	54.855.925,09	54.777.271,54	54.776.671,09	3.144.074,91
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XIV)						
Amortização da Dívida Interna						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
Amortização da						
Dívida Externas						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	58.000.000,00	58.000.000,00	54.855.925,09	54.777.271,54	54.776.671,09	3.144.074,91
SUPERÁVIT (XVI)			12.525.540,51			
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	58.000.000,00	58.000.000,00	67.381.465,60	54.777.271,54	54.776.671,09	3.144.074,91

Tabela 3: Despesas orçamentárias. Fonte: Relatório do Sistema de Contabilidade E&L

Observa-se que a maior parcela das despesas está concentrada no grupo Pessoal e Encargos Sociais, que alcançou **R\$ 53.389.949,65** em despesas empenhadas, correspondendo à principal finalidade institucional do regime próprio de previdência social, qual seja, o pagamento de aposentadorias e pensões aos segurados e beneficiários.

Ao final do exercício, registrou-se **superávit orçamentário no montante de R\$ 12.525.540,51**, resultado da diferença entre a receita realizada e a despesa empenhada no período. Esse resultado orçamentário demonstra que as receitas realizadas foram suficientes para suportar as despesas executadas, preservando-se a capacidade financeira do Instituto e contribuindo para a sustentabilidade do regime previdenciário.

3.2 Avaliação da Gestão Financeira

BALANÇO FINANCEIRO 2025					
INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)	67.381.465,60	58.529.315,88	DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)	54.776.671,09	48.318.126,74
Corrente Intraorçamentária - Receitas Correntes	46.321.161,54	41.270.043,36	Previdência Social	54.776.671,09	48.318.126,74
Corrente Intraorçamentária - Contribuições	13.823.378,79	11.003.922,20			
Corrente Intraorçamentária - Outras Receitas Correntes	32.497.782,75	30.266.121,16			
Receitas Correntes	21.060.304,06	17.259.272,52			
Contribuições	10.676.899,54	11.933.071,06			
Receita Patrimonial	5.438.581,38	2.414.764,64			
Receita de Serviços		25.243,39			
Outras Receitas Correntes	4.944.823,14	2.886.193,43			
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	328.695,48	446.797,37	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)		

OUTRAS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS – INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO	328.695,48	446.797,37			
OUTRAS MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS RECEBIDAS (III)	40.838.027,98	8.787.905,45	OUTRAS MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS CONCEDIDAS (IX)	49.154.674,07	16.745.732,54
Resgate de Investimentos e Aplicações Financeiras	40.838.027,98	8.787.905,45	Transferências para Investimentos e Aplicações Financeiras Bloqueios de Valores em Caixa	49.154.674,07	16.745.732,54
Desbloqueios de Valores em Caixa					
RECEBIMENTOS EXTRA- ORÇAMENTÁRIOS (IV)	19.364.258,34	9.202.730,43	PAGAMENTOS EXTRA- ORÇAMENTÁRIOS (X)	16.540.917,17	9.740.065,34
Inscrição de restos a pagar não processados			RP não processados pagos		5.190,13
Inscrição de restos a pagar processados			RP processados pagos	20.204,04	6.181,51
Depósitos restituíveis e valores vinculados	19.364.258,34	9.202.730,43	Depósitos restituíveis e valores vinculados	16.354.681,17	9.382.935,28
Valores restituíveis	19.364.258,34	9.202.730,43	Valores restituíveis	16.354.681,17	9.382.935,28
Outros recebimentos extraorçamentários			Outros pagamentos extraorçamentários	166.031,96	345.758,42
Outros recebimentos extraorçamentários			Perda em aplicação financeira	166.031,96	345.758,42
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR (V)	11.877.139,08	9.714.314,57	SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (XI)	19.317.324,15	11.877.139,08
Caixa e equivalentes de caixa	11.877.139,08	9.714.314,57	Caixa e equivalentes de caixa	19.317.324,15	11.877.139,08
Caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional	11.877.139,08	9.714.314,57	Caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional	19.317.324,15	11.877.139,08
TOTAL (VI) = (I+II+III+IV+V)	139.789.586,48	86.681.063,70	TOTAL (XII) = (VII+VIII+IX+X+XI)	139.789.586,48	86.681.063,70

Tabela 4: Balanço Financeiro. Fonte: Relatório do Sistema de Contabilidade E&L

O Instituto apurou receita orçamentária total de R\$ 67.381.465,60, evidenciando aumento em relação ao exercício anterior, que registrou R\$ 58.529.315,88, o que demonstra evolução na arrecadação.

Quanto às despesas orçamentárias, foram executados R\$ 54.776.671,09, montante também superior ao verificado no exercício precedente, que totalizou R\$ 48.318.126,74.

No que diz respeito à posição financeira do Instituto, o saldo em caixa e equivalentes de caixa ao final do exercício atingiu R\$ 19.317.324,15, superior ao saldo registrado no exercício anterior (R\$ 11.877.139,08), evidenciando incremento de R\$ 7.440.185,07 na disponibilidade financeira.

Verifica-se, portanto, que o Instituto manteve regularidade na execução orçamentária e financeira, com adequada administração dos recursos previdenciários, controle dos gastos administrativos e evolução positiva das disponibilidades financeiras.

3.3 Avaliação da Gestão Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL 2025					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO	(6.524.778,55)	16.053.870,29	PASSIVO CIRCULANTE	3.359.972,16 (113.956,77)	443.757,65 (28.864,75)
ATIVO CIRCULANTE	(6.912.151,17)	15.699.087,43	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CUR TO PRAZO		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	19.317.324,15	11.877.139,08	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO		
CRÉDITOS A CURTO PRAZO			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		8.270,64
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	(54.209.492,11)	(15.840.090,41)	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	27.959.739,55	19.643.093,46			

ESTOQUES	20.277,24	18.945,30	TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A CURTO PRAZO		
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA			PROVISÕES A CURTO PRAZO		
ATIVO BIOLÓGICO			DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	3.473.928,93	464.351,76
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE			PASSIVO NAO-CIRCULANTE	191.467.835,81	191.467.835,81
ATIVO NÃO CIRCULANTE	387.372,62	354.782,86	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO		
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO		
INVESTIMENTOS			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO		
IMOBILIZADO	387.372,62	354.782,86	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO		
INTANGÍVEL			TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A LONGO PRAZO		
			PROVISÕES A LONGO PRAZO	191.467.835,81	191.467.835,81
			DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		
			RESULTADO DIFERIDO		
			TOTAL DO PASSIVO	194.827.807,97	191.911.593,46
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(201.352.586,52)	(175.857.723,17)
			PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		
			ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		
			RESERVAS DE CAPITAL		
			AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		
			RESERVAS DE LUCROS		
			DEMAIS RESERVAS	6.242.278,85	6.242.278,85
			RESULTADOS ACUMULADOS	(207.594.865,37)	(182.100.002,02)
			(-) AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA		
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(201.352.586,52)	(175.857.723,17)
TOTAL DO ATIVO	(6.524.778,55)	16.053.870,29	TOTAL DO PASSIVO	(6.524.778,55)	16.053.870,29

Tabela 5: Balanço Patrimonial. Fonte: Relatório do Sistema de Contabilidade E&L

- ATIVO

Ativo circulante

Caixa e Equivalente de Caixa – Registra os recursos em caixa, bancos e equivalentes, de livre movimentação e uso imediato, cujo saldo confere com o Balanço Financeiro de 31/12/2025.

Demais Créditos e Valores a Curto Prazo – Compreende os valores a receber decorrentes de transações diversas, realizáveis até o término do exercício subsequente. No período em análise, observa-se a apuração de saldo negativo no ativo, associado, principalmente, a registros de natureza redutora vinculados a contas do ativo circulante, notadamente à referida rubrica. Tal situação pode decorrer de ajustes, reclassificações ou registros de caráter transitório, sendo recomendável o acompanhamento e eventual análise mais detalhada de sua composição, com vistas a assegurar a adequada representação dos saldos contábeis.

Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo - Refere-se ao saldo das aplicações no valor de R\$ 27.959.739,55 devidamente conciliados em 31/12/2025.

Estoque - Compreende o valor dos bens adquiridos pela entidade com o objetivo de utilização própria no valor de R\$ 20.277,24.

Ativo não circulante

Imobilizado - O valor apresentado corresponde ao imóvel da sede própria do Instituto no montante de R\$ 251.281,00 e aos bens móveis no valor de R\$ 136.091,62.

- PASSIVO

Passivo circulante

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo - Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, bem como benefícios assistenciais, com vencimento em até doze meses, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações. No período em análise, observa-se a apuração de saldo negativo, possivelmente decorrente de ajustes, compensações ou reclassificações contábeis, refletindo a posição dos registros na data de encerramento do exercício.

Demais Obrigações a Curto Prazo - O montante de R\$ 3.473.928,93 compreende nas obrigações da entidade junto a terceiros, com vencimento em até doze meses, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, e confere com o Demonstrativo da Dívida Flutuante.

Passivo não circulante

O saldo de **R\$ 191.467.835,81**, registrado ao final do exercício, permaneceu inalterado em relação ao exercício anterior, o que indica que o valor contabilizado para as provisões matemáticas previdenciárias não reflete eventual atualização decorrente da avaliação atuarial atual.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	29.340.759,38	42.816.277,29
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		671.879,61
IMPOSTOS		
TAXAS		671.879,61
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		
CONTRIBUIÇÕES	14.396.283,59	11.074.384,53
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	14.396.283,59	11.074.384,53
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO		
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		
CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS		
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS		25.243,39
VENDA DE MERCADORIAS		
VENDA DE PRODUTOS		
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		25.243,39
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	5.707.664,50	2.715.779,65
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		
JUROS E ENCARGOS DE MORA	114.340,58	301.015,01

VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	154.742,54	
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS		
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	5.438.581,38	2.414.764,64
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS		
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS		
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	4.138.927,39	25.442.796,68
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	4.138.627,39	25.442.796,68
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS		
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS		
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS		
TRANSFERÊNCIAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS		
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR		
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	300,00	
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS		
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS		
GANHOS COM ALIENAÇÃO		
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS		
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL		
REVERSÃO DE REAVALIAÇÃO		
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	5.097.883,90	2.886.193,43
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR		
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES		
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS		
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	5.097.883,90	2.886.193,43
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	54.835.622,73	236.387.824,69
PESSOAL E ENCARGOS	52.425.218,78	45.843.465,69
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	52.404.403,58	45.843.465,69
ENCARGOS PATRONAIS	20.815,20	
BENEFÍCIOS A PESSOAL		
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS		
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	809.400,54	658.167,44
APOSENTADORIAS E REFORMAS	700.081,49	295.112,44
PENSÕES	108.853,03	361.468,64
BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA		
BENEFÍCIOS EVENTUAIS		
POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA		
OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	466,02	1.586,36
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	143.684,13	159.377,49
USO DE MATERIAL DE CONSUMO		
SERVIÇOS	143.684,13	159.377,49
DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	94.273,25	323.682,12
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS		
JUROS E ENCARGOS DE MORA		250,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS		
DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS		
REMUNERAÇÃO NEGATIVA DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS		
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDO		
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	94.273,25	323.432,12
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS		
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS		
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS		
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		
TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR		
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA		
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	71.758,71	22.326,30
REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	71.758,71	22.326,30
PERDAS COM ALIENAÇÃO		
PERDAS INVOLUNTÁRIAS		
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS		
TRIBUTÁRIAS	1.068.916,22	1.050.292,12
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		
CONTRIBUIÇÕES	1.068.916,22	1.050.292,12
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS		
CUSTO DE MERCADORIAS VENDIDAS - CMV		
CUSTO DE PRODUTOS VENDIDOS - CPV		
CUSTO DE SERVIÇOS PRESTADOS - CSP		
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	222.371,10	188.330.513,53
PREMIAÇÕES		
RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPAÇÕES		
INCENTIVOS		

SUBVENÇÕES ECONÔMICAS PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	222.371,10	188.079.696,92 250.816,61
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	(25.494.863,35)	(193.571.547,40)
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (decorrentes da execução orçamentária)		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	19.930,00	

Tabela 6: Demonstrativo de Variações Patrimoniais. Fonte: Relatório do Sistema de Contabilidade E&L

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações ocorridas no patrimônio durante o exercício de 2025, resultantes ou independentes da execução orçamentária, evidenciando o resultado patrimonial apurado nesse exercício.

O **resultado patrimonial do exercício** apresentou déficit de **R\$ 25.494.863,35**, valor significativamente inferior ao déficit registrado no exercício anterior, que foi de **R\$ 193.571.547,40**. Observa-se, contudo, que a diferença entre os resultados dos exercícios está diretamente relacionada ao registro das **Variações Patrimoniais Diminutivas de Constituição de Provisões**. No exercício anterior foi contabilizado o montante de **R\$ 188.079.696,92** referente à **VPD de Constituição de Provisões**, enquanto no exercício atual não houve registro dessa natureza.

Dessa forma, a redução do déficit patrimonial verificada no exercício decorre, em grande parte, da ausência de registro dessa variação patrimonial diminutiva no período analisado, permanecendo o resultado patrimonial influenciado pelas obrigações previdenciárias de longo prazo inerentes à estrutura do regime próprio de previdência social.

4. RESTOS A PAGAR

Apresenta-se o demonstrativo de Restos a Pagar do exercício em análise:

Descrição	Valor
Restos a pagar processados	R\$ 600,45
Restos a pagar não processados	R\$ 78.653,55
Total inscrito em restos a pagar	R\$ 79.254,00

Tabela 7: Restos a Pagar. Fonte: Relatórios do Sistema de Contabilidade E&L

Os restos a pagar processados e não processados referem-se, respectivamente, às despesas empenhadas e liquidadas ou ainda não liquidadas, relativas à folha de pagamento de benefícios previdenciários.

5. DESPESA TOTAL COM PESSOAL

O Instituto de Previdência Municipal de Três Corações – IPRECOR encerrou o ano de 2025 com **10 (dez) servidores**, sendo **8 (oito) efetivos** e **2 (dois) servidor cedido pela Prefeitura Municipal**. No período analisado, a despesa total com a folha de pagamento com servidores totalizou **R\$ 361.403,64**.

No que se refere aos limites legais de despesa com pessoal, destaca-se que tais valores são acompanhados pelo Município de Três Corações por meio do **Relatório de Gestão Fiscal**, elaborado nos termos do **art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)**, no qual constam os dados consolidados das despesas com pessoal do Poder Executivo, incluindo aquelas relativas ao IPRECOR, que integram o cômputo global das despesas do Município.

6. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS

INVENTÁRIO DAS CONTAS DO ATIVO PERMANENTE - 2025				
Especificação	Saldo do Exercício Anterior	Movimentação do Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Aquis./Inscr.	Alien./Cancel.	
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	1.480,00			1.480,00
OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	25.699,80			25.699,80
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	10.195,00			10.195,00
EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	20.607,86	32.589,76		53.197,62
MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	1.757,00			1.757,00
MOBILIÁRIO EM GERAL	7.202,00			7.202,00
OUTROS BENS MÓVEIS	35.320,20			35.320,20
OUTROS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL	251.281,00			251.281,00
OBRAS EM ANDAMENTO	1.240,00			1.240,00
TOTAL	354.782,86	32.589,76		387.372,62

Tabela 8: Inventário das Contas do Ativo Permanente. Fonte: Relatório do Sistema de Contabilidade E&L

Conforme demonstrado na tabela acima, verifica-se que **não houve alienação** de bens no exercício analisado.

7. RESTOS A PAGAR - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Não foi identificada a inscrição em restos a pagar referentes a contribuições previdenciárias devidas a Instituto ou Fundos Próprios de Previdência.

8. OBRIGAÇÕES PATRONAIS

Verificou-se que não houve pagamento de obrigações patronais ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Contudo, registraram-se despesas com **contribuições patronais** no valor de **R\$ 59.350,79** referentes aos servidores efetivos do próprio Instituto.

9. RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDA PREVIDENCIÁRIA

No exercício em análise, foram identificados **7 (sete)** acordos de parcelamento vigentes com o objetivo de regularização de débitos junto ao Instituto. Serão detalhadas, a seguir, as condições pactuadas em cada instrumento:

1. Em 19/02/2021, foi firmado com a Prefeitura Municipal de Três Corações o Termo de Acordo de Parcelamento nº 390/2021, com base na Lei Municipal nº 4.546/2021, para quitação de contribuições patronais não pagas no período de setembro/2019 a dezembro/2020, no valor consolidado de R\$ 1.569.368,02, parcelado em 60 vezes. Os critérios utilizados para atualização das parcelas foram os seguintes: Índice: IPCA, Taxa de juros: 1,00 a.m., Tipo de juros: Simples, Multa: 2,00%.
2. Em 27/04/2022, foi firmado com a Prefeitura Municipal de Três Corações o Termo de Acordo de Parcelamento nº 084/2022, com base na Lei Municipal nº 4.546/2021, para quitação de contribuições patronais não pagas no período de agosto/2021 a fevereiro/2022, no valor consolidado de R\$ 1.443.811,55, parcelado em 60 vezes. Os critérios utilizados para atualização das parcelas foram os seguintes: Índice: IPCA, Taxa de juros: 1,00 a.m., Tipo de juros: Simples, Multa: 2,00%.
3. Em 27/01/2023, foi firmado com a Prefeitura Municipal de Três Corações o Termo de Acordo de Parcelamento nº 027/2023, com base na Lei Municipal nº 4.546/2021, para quitação de contribuições patronais não pagas no período de setembro/2022 a dezembro/2022, no valor consolidado de R\$ 1.486.616,46, parcelado em 60 vezes. Os critérios utilizados para atualização das parcelas foram os seguintes: Índice: IPCA, Taxa de juros: 1,00 a.m., Tipo de juros: Simples, Multa: 2,00%.

4. Em 03/06/2024, foi firmado com a Prefeitura Municipal de Três Corações o Termo de Acordo de Parcelamento nº 244/2024, com base na Lei Municipal nº 4.546/2021, para quitação de contribuições patronais não pagas no período de janeiro/2023 a abril/2024, no valor consolidado de R\$ 6.844.625,61, parcelado em 60 vezes. Os critérios utilizados para atualização das parcelas foram os seguintes: Índice: IPCA, Taxa de juros: 1,00 a.m., Tipo de juros: Simples, Multa: 2,00%.
5. Em 08/11/2024, foi firmado com a Prefeitura Municipal de Três Corações o Termo de Acordo de Parcelamento nº 402/2024, com base na Lei Municipal nº 4.546/2021, para quitação de contribuições patronais não pagas no período de maio/2024 a agosto/2024, no valor consolidado de R\$ 2.599.183,95, parcelado em 60 vezes. Os critérios utilizados para atualização das parcelas foram os seguintes: Índice: IPCA, Taxa de juros: 1,00 a.m., Tipo de juros: Simples, Multa: 2,00%.
6. Em 05/05/2025, foi firmado com a Prefeitura Municipal de Três Corações o Termo de Acordo de Parcelamento nº 252/2025, com base na Lei Municipal nº 4.546/2021, para quitação de contribuições patronais não pagas no período de setembro/2024 a fevereiro/2025, no valor consolidado de R\$ 4.629.239,24, parcelado em 60 vezes. Os critérios utilizados para atualização das parcelas foram os seguintes: Índice: IPCA, Taxa de juros: 1,00 a.m., Tipo de juros: Simples, Multa: 2,00%.
7. Em 01/12/2025, foi firmado com a Prefeitura Municipal de Três Corações o Termo de Acordo de Parcelamento nº 542/2025, com base na Lei Municipal nº 4.546/2021, para quitação de contribuições patronais não pagas no período de março/2025 a outubro/2025, no valor consolidado de R\$ 5.307.188,99, parcelado em 60 vezes. Os critérios utilizados para atualização das parcelas foram os seguintes: Índice: IPCA, Taxa de juros: 1,00 a.m., Tipo de juros: Simples, Multa: 2,00%.

O quadro a seguir evidencia a situação resumida dos **7 (sete)** parcelamentos vigentes em 31/12/2025.

Termo de Acordo de Parcelamento	Nº de parcelas	Valor Consolidado	Nº de parcelas pagas até 31/12/2025	Valor pago até 31/12/2025
390/2021	60	1.569.368,02	58	2.093.580,48

084/2022	60	1.443.811,55	44	1.308.227,89
027/2023	60	1.486.616,46	35	1.021.142,64
244/2024	60	6.844.625,61	18	2.330.682,80
402/2024	60	2.599.183,95	14	648.926,85
252/2025	60	4.629.239,24	07	554.987,10
542/2025	60	5.307.188,99	01	88.453,15

Tabela 9: Termo de Acordo de Parcelamento. Fonte: Demonstrativos de Informações Previdenciárias e Repasse

A análise dos dados evidencia a recorrência na formalização de novos parcelamentos ao longo dos exercícios, indicando insuficiência na regularidade dos repasses correntes por parte do ente patrocinador. Apesar disso, nota-se que os acordos mais antigos apresentam nível significativo de adimplência, o que contribui para a recomposição gradual do equilíbrio financeiro do regime.

10. PROVIDÊNCIAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO

No período em análise, foi identificada a ocorrência de pagamento indevido de benefício previdenciário, em razão de inconsistência cadastral não detectada tempestivamente.

Tão logo constatada a irregularidade, foram adotadas as providências administrativas cabíveis para a imediata cessação do pagamento, bem como para a apuração dos valores pagos indevidamente. **Registra-se que houve o ressarcimento integral dos valores ao erário**, não remanescendo prejuízo financeiro ao Instituto ao final do processo.

Considerando a recomposição integral do dano, em prazo razoável, e a ausência de indícios de dolo ou má-fé, não foi instaurada Tomada de Contas Especial, tendo a situação sido tratada no âmbito administrativo, com a adoção das medidas necessárias à regularização do ocorrido.

Ressalta-se, por fim, que foram reforçados os mecanismos de controle interno, especialmente no que se refere à atualização cadastral e à verificação periódica da regularidade dos beneficiários, com vistas à prevenção de ocorrências semelhantes.

11. CONFORMIDADE DOS REGISTROS CONTÁBEIS COM O SICOM

Verifica-se que os registros contábeis relativos ao exercício de 2025, em especial aqueles relacionados aos saldos anteriores, processados por intermédio do sistema E&L Produções de Software LTDA, encontram-se em consonância com as informações apresentadas e exigidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, por intermédio do SICOM/2025.

12. ATUALIZAÇÃO CADASTRAL DOS SEGURADOS

A atualização cadastral constitui procedimento contínuo, sendo realizada também por ocasião de movimentações funcionais, concessão de benefícios, prova de vida anual dos aposentados e pensionistas, bem como demais rotinas administrativas, observando-se os registros mantidos pela unidade gestora.

O último censo previdenciário foi realizado no exercício de 2018, tendo promovido a atualização da base cadastral à época. Atualmente, o Instituto encontra-se em fase de adoção das providências administrativas necessárias para a realização de novo censo previdenciário, com previsão de execução ainda no corrente exercício, com vistas à atualização, regularização e aprimoramento da base de dados cadastrais.

13. COMPORTAMENTO DA ARRECADAÇÃO

RECEITAS PREVISTAS X RECEITAS ARRECADADA			
Categoria	Receitas Previstas	Receitas Arrecadadas	Execução (%)
Aportes Periódicos	R\$ 34.503.000,00	R\$ 32.497.782,75	94,19%
Contribuições Patronais	R\$ 12.170.000,00	R\$ 9.299.939,78	76,42%
Contribuições Patronais - Parcelamentos	R\$ 262.000,00	R\$ 4.523.439,01	1.726,50%
Contribuições Funcionais - Ativos	R\$ 8.000.000,00	R\$ 10.036.855,44	125,46%
Contribuições Funcionais - Aposentados	R\$ 550.000,00	R\$ 585.893,48	106,53%
Contribuições Funcionais - Pensionistas	R\$ 55.000,00	R\$ 54.150,62	98,46%
Contribuições de Sentenças Judiciais	R\$ 10.000,00	R\$ 00,00	0%
Receita Patrimonial	R\$ 850.000,00	R\$ 5.438.581,38	639,83%

Compensações Financeiras	R\$ 1.500.000,00	R\$ 4.546.944,39	303,13%
Restituições, Indenizações e Ressarcimentos	R\$ 100.000,00	R\$ 397.878,75	397,88%
Total	R\$ 58.000.000,00	R\$ 67.381.465,60	116,17%

Tabela 10: Receitas Previstas x Arrecadadas. Fonte: Relatório do Sistema de Contabilidade E&L

A arrecadação das receitas previdenciárias no exercício atingiu R\$ 67.381.465,60, frente à previsão de R\$ 58.000.000,00, correspondendo a uma execução de 116,17%, evidenciando desempenho superior ao estimado.

As contribuições patronais registraram execução de 76,42%, indicando realização inferior à estimativa inicial.

Por sua vez, as receitas oriundas de parcelamentos patronais apresentaram execução acima do previsto (1.726,50%), refletindo ingresso de valores relacionados a obrigações anteriormente constituídas.

As contribuições funcionais demonstraram comportamento compatível com a previsão, com destaque para os servidores ativos (125,46%), aposentados (106,53%) e pensionistas (98,46%).

Observa-se ausência de arrecadação na rubrica de sentenças judiciais, não obstante a previsão inicial.

Destaca-se, ainda, o desempenho da Receita Patrimonial e das Compensações Financeiras, que superaram significativamente os valores previstos.

Verificou-se execução inferior à prevista apenas nos Aportes Periódicos (94,19%), sem impacto relevante no resultado global da arrecadação.

Diante do comportamento favorável das receitas, não houve necessidade de adoção de medidas de limitação de despesas no exercício.

14. COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÕES EM ATRASO

No que se refere aos procedimentos adotados para viabilizar a cobrança de contribuições previdenciárias não recolhidas, inclusive relativas a exercícios anteriores, verifica-se que a unidade gestora promove a notificação formal do ente responsável, mediante expedição de ofícios solicitando a regularização dos repasses em atraso.

Quando do efetivo adimplemento, os valores devidos são objeto de atualização monetária e incidência de encargos legais, em conformidade com a

legislação vigente, assegurando a recomposição do valor real das contribuições devidas ao regime próprio.

Adicionalmente, nos casos em que não ocorre a quitação tempestiva, a regularização dos débitos pode ser formalizada por meio de parcelamento, conforme previsto na Lei nº 4.546/2021 e demais normas correlatas.

As contribuições funcionais vinculadas ao plano previdenciário encontram-se regulares. Por outro lado, verificaram-se pendências relativas às contribuições patronais vinculadas ao **Fundo Previdenciário Capitalizado** a partir de novembro de 2025, as quais se encontram em fase de tratativas para regularização, podendo ensejar a formalização de parcelamento, nos termos da legislação vigente.

Ressalta-se que os procedimentos adotados visam assegurar a recuperação dos créditos previdenciários, observando-se os instrumentos administrativos disponíveis e a legislação aplicável.

15. AVALIAÇÃO ATUARIAL

A última avaliação atuarial foi realizada em 24/03/2026 por 2 (dois) atuários conforme os dados a seguir:

1. Data da elaboração da avaliação atuarial: 24/03/2026

Data base da avaliação atuarial: 31/12/2025

Atuário responsável: Raphael K. Cunha Silva

Registro MIBA: 1.453

2. Data da elaboração da avaliação atuarial: 24/03/2026

Data base da avaliação atuarial: 31/12/2025

Atuário responsável: Henrique Santos Santana

Registro MIBA: 2.800

16. ATENDIMENTO À PORTARIA MTP Nº 1.467/2022

As contribuições de responsabilidade do ente municipal, bem como aquelas devidas pelos servidores civis, ativos e inativos, e pelos pensionistas, destinam-se exclusivamente ao custeio dos benefícios previdenciários administrados pelo Instituto (Aposentadoria e Pensão por morte) e para Taxa de Administração, em conformidade com o disposto no art. 81, § 1º da Portaria nº 1.467, de 2 de junho de 2022, do Ministério da Previdência Social.

No âmbito do Município de Três Corações, verifica-se a existência de um único Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos, bem como de uma única unidade gestora responsável por sua administração, em atendimento ao que estabelece o art. 71 da Portaria nº 1.467, de 2 de junho de 2022, do Ministério da Previdência Social.

Registra-se, ainda, a inexistência de pagamento de benefícios previdenciários mediante convênio, consórcio ou outra forma de associação entre Estados, entre Estados e Municípios e entre Municípios, em observância ao disposto no art. 171, “x” da Portaria nº 1.467, de 2 de junho de 2022, do Ministério da Previdência Social.

17. PERCENTUAIS CONTRIBUTIVOS

Tipo de Contribuição	Percentual
Contribuição do Aposentado (*)	14,00 %
Contribuição da Pensionista (*)	14,00 %
Contribuição do Servidor Ativo	14,00 %
Contribuição Patronal	28,00%

Tabela 11: Inventário das Contas do Ativo Permanente. Fonte: Lei nº 4528/2020

(*) Contribuição de acordo com Emenda Constitucional 41/03.

18. DÉFICIT ATUARIAL

O Instituto de Previdência Municipal de Três Corações adota o regime de segregação de massas, conforme disposto na Lei Municipal nº 3.571/2009, por meio da qual os segurados foram distribuídos em dois fundos distintos: **Fundo Previdenciário Financeiro** e **Fundo Previdenciário Capitalizado**, sendo realizada avaliação atuarial individualizada para cada um deles.

O **Fundo Previdenciário Financeiro**, que abrange os segurados admitidos até 30 de novembro de 2009, apresentou déficit atuarial no montante de **R\$ 733.201.509,94**, conforme **Relatório de Avaliação Atuarial (data-base em 31/12/2025)**. Para o equacionamento do referido déficit, foi instituída forma de amortização baseada em aportes financeiros periódicos a cargo do Ente Federativo, nos termos da Lei Municipal nº 5.148/2025, a qual prevê a realização de aporte suplementar mensal, até o limite anual de R\$ 39.000.000,00. No exercício em análise, verificou-se a realização de aportes suplementares no montante de R\$ 32.497.782,75, em conformidade com os

parâmetros estabelecidos na legislação vigente e nas diretrizes atuariais aplicáveis.

A Avaliação Atuarial referente ao Fundo Previdenciário Financeiro apresentou o seguinte balanço atuarial:

DISCRIMINAÇÃO		ALÍQUOTA PRATICADA	ALÍQUOTA CALCULADA
ATIVOS GARANTIDORES DOS COMPROMISSOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS (a)		R\$ 5.800.347,62	R\$ 5.800.347,62
Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS		R\$ 5.125.713,68	R\$ 5.125.713,68
Aplicações em Segmento de Renda Variável - RPPS		R\$ -	R\$ -
Aplicações em Segmento Imobiliário - RPPS		R\$ -	R\$ -
Aplicações em Enquadramento - RPPS		R\$ -	R\$ -
Títulos e Valores não Sujeitos a Enquadramento - RPPS		R\$ -	R\$ -
Demais Direitos, Bens e Ativos		R\$ 674.633,94	R\$ 674.633,94
Acordos de Parcelamento de Dívida aprovados pelo MTPS		R\$ -	R\$ -
VALOR ATUAL DOS SALÁRIOS FUTUROS		R\$ 186.917.601,00	R\$ 186.917.601,00
PROVISÃO MATEMÁTICA TOTAL SEM COMPREV (b) = (c) + (d)		R\$ 769.804.031,90	R\$ 769.804.031,90
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos - PMBC sem COMPREV (c)		R\$ 579.960.592,63	R\$ 579.960.592,63
Valor Atual Benefícios Futuros - Concedidos		R\$ 587.266.242,56	R\$ 587.266.242,56
- Valor Atual das Contribuições Futuras - Concedidos (Ente)		R\$ -	R\$ -
- Valor Atual das Contribuições Futuras - Concedidos (Servidor)		R\$ (7.305.649,93)	R\$ (7.305.649,93)
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder - PMBaC sem COMPREV (d)		R\$ 189.843.439,27	R\$ 189.843.439,27
Valor Atual Benefícios Futuros - a Conceder		R\$ 248.665.722,54	R\$ 248.665.722,54
- Valor Atual das Contribuições Futuras - a Conceder (Ente)		R\$ (39.214.855,51)	R\$ (39.214.855,51)
- Valor Atual das Contribuições Futuras - a Conceder (Servidor)		R\$ (19.607.427,76)	R\$ (19.607.427,76)
AJUSTE DA PMBC e PMBAC REFERENTE A COMPREV (e) = (f) - (g) + (h) - (i)		R\$ 30.802.174,34	R\$ 30.802.174,34
Valor Atual da Compensação Previdenciária a Pagar - Benefícios Concedidos (f)		R\$ -	R\$ -
- Valor Atual da Compensação Previdenciária a Receber - Benefícios Concedidos (g)		R\$ (29.363.312,13)	R\$ (29.363.312,13)
Valor Atual da Compensação Previdenciária a Pagar - Benefícios a Conceder (h)		R\$ -	R\$ -
- Valor Atual da Compensação Previdenciária a Receber - Benefícios a Conceder (i)		R\$ (1.438.862,22)	R\$ (1.438.862,22)

PROVISÃO MATEMÁTICA TOTAL COM COMPREV (j) = (k) + (l)	R\$ 739.001.857,56	R\$ 739.001.857,56
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos - PMBC com Compreprev (k) = (c) - (g) + (f)	R\$ 550.597.280,50	R\$ 550.597.280,50
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder - PMBaC com Compreprev (l) = (d) - (i) + (h)	R\$ 188.404.577,05	R\$ 188.404.577,05
RESULTADO ATUARIAL (m) = (a) - (j)	R\$ (733.201.509,94)	R\$ (733.201.509,94)
Superávit	R\$ -	R\$ -
Reserva de Contingência	R\$ -	R\$ -
Reserva para Ajuste do Plano	R\$ -	R\$ -
Déficit	R\$ (733.201.509,94)	R\$ (733.201.509,94)
DÉFICIT EQUACIONADO	R\$ -	R\$ -
Valor Atual do Plano de Amortização do Déficit Atuarial estabelecido em Lei	R\$ -	R\$ -
Valor da Cobertura da Insuficiência Financeira	R\$ -	R\$ -
DÉFICIT ATUARIAL	R\$ (733.201.509,94)	R\$ (733.201.509,94)

Tabela 12: Balanço Atuarial. Fonte: Relatório de Avaliação Atuarial 2026 (data-base 31/12/2025)

Já o **Fundo Previdenciário Capitalizado**, cujos segurados são aqueles admitidos a partir de 1º de dezembro de 2009, apresentou superávit no valor de **R\$ 56.405.864,96**, de acordo com o **Relatório de Avaliação Atuarial (data-base 31/12/2025)**, entretanto, permanecem em vigor aportes suplementares anuais destinados a este Fundo, nos termos da Lei nº 4.061/2015, sendo constatado, no exercício em análise, o repasse no montante de R\$ 9.770,90, em observância às disposições legais vigentes.

A Avaliação Atuarial de 2026 referente ao Fundo Previdenciário Capitalizado apresentou o seguinte balanço atuarial:

DISCRIMINAÇÃO	ALÍQUOTA PRATICADA	ALÍQUOTA CALCULADA
ATIVOS GARANTIDORES DOS COMPROMISSOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS (a)	R\$ 61.918.437,86	R\$ 61.918.437,86
Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS	R\$ 37.885.236,58	R\$ 37.885.236,58
Aplicações em Segmento de Renda Variável - RPPS	R\$ 2.978.761,26	R\$ 2.978.761,26
Aplicações em Segmento Imobiliário - RPPS	R\$ -	R\$ -
Aplicações em Enquadramento - RPPS	R\$ -	R\$ -
Títulos e Valores não Sujeitos a Enquadramento - RPPS	R\$ -	R\$ -
Demais Direitos, Bens e Ativos	R\$ 614.697,81	R\$ 614.697,81
Acordos de Parcelamento de Dívida aprovados pelo MTPS	R\$ 20.439.742,21	R\$ 20.439.742,21
VALOR ATUAL DOS SALÁRIOS FUTUROS	R\$ 374.752.976,00	R\$ 374.752.976,00
PROVISÃO MATEMÁTICA TOTAL SEM COMPREV (b) = (c) + (d)	R\$ 5.512.572,90	R\$ 5.512.572,90
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos - PMBC sem COMPREV (c)	R\$ 3.210.848,46	R\$ 3.210.848,46

Valor Atual Benefícios Futuros - Concedidos	R\$ 3.210.848,46	R\$ 3.210.848,46
- Valor Atual das Contribuições Futuras - Concedidos (Ente)	R\$ -	R\$ -
- Valor Atual das Contribuições Futuras - Concedidos (Servidor)	R\$ -	R\$ -
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder - PMBaC sem COMPREV (d)	R\$ 2.301.724,44	R\$ 2.301.724,44
Valor Atual Benefícios Futuros - a Conceder	R\$ 75.906.152,58	R\$ 75.906.152,58
- Valor Atual das Contribuições Futuras - a Conceder (Ente)	R\$ (49.069.618,76)	R\$ (49.069.618,76)
- Valor Atual das Contribuições Futuras - a Conceder (Servidor)	R\$ (24.534.809,38)	R\$ (24.534.809,38)
AJUSTE DA PMBC e PMBAC REFERENTE A COMPREV (e) = (f) - (g) + (h) - (i)	R\$ -	R\$ -
Valor Atual da Compensação Previdenciária a Pagar - Benefícios Concedidos (f)	R\$ -	R\$ -
Valor Atual da Compensação Previdenciária a Receber - Benefícios Concedidos (g)	R\$ -	R\$ -
Valor Atual da Compensação Previdenciária a Pagar - Benefícios a Conceder (h)	R\$ -	R\$ -
Valor Atual da Compensação Previdenciária a Receber - Benefícios a Conceder (i)	R\$ -	R\$ -
PROVISÃO MATEMÁTICA TOTAL COM COMPREV (j) = (k) + (l)	R\$ 5.512.572,90	R\$ 5.512.572,90
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos - PMBC com Comprev (k) = (c) - (g) + (f)	R\$ 3.210.848,46	R\$ 3.210.848,46
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder - PMBaC com Comprev (l) = (d) - (i) + (h)	R\$ 2.301.724,44	R\$ 2.301.724,44
RESULTADO ATUARIAL (m) = (a) - (j)	R\$ 56.405.864,96	R\$ 56.405.864,96
Superávit	R\$ -	R\$ -
Reserva de Contingência	R\$ -	R\$ -
Reserva para Ajuste do Plano	R\$ -	R\$ -
Déficit	R\$ 56.405.864,96	R\$ 56.405.864,96
DÉFICIT EQUACIONADO	R\$ -	R\$ -
Valor Atual do Plano de Amortização do Déficit Atuarial estabelecido em Lei	R\$ -	R\$ -
Valor da Cobertura da Insuficiência Financeira	R\$ -	R\$ -
SUPERÁVIT ATUARIAL	R\$ 56.405.864,96	R\$ 56.405.864,96

Tabela 12: Balanço Atuarial. Fonte: Relatório de Avaliação Atuarial 2026 (data-base 31/12/2025)

19. CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS POR ÓRGÃO

A seguir, evidencia-se a composição das contribuições previdenciárias recebidas pelo Instituto, com discriminação por ente da Administração Pública Municipal, bem como os valores concernentes aos servidores cedidos a outros órgãos.

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS

Prefeitura de Três Corações - Patronal	R\$ 8.736.118,57
Prefeitura de Três Corações - Funcional	R\$ 9.755.568,14
Câmara de Três Corações - Patronal	R\$ 463.702,24
Câmara de Três Corações - Funcional	R\$ 205.616,90
Servidores Cedidos - Patronal	R\$ 40.768,18
Servidores Cedidos - Funcional	R\$ 24.199,91
Servidores IPRECOR - Patronal	R\$ 59.350,79
Servidores IPRECOR - Funcional	R\$ 51.470,49
Aposentados IPRECOR - Funcional	R\$ 585.893,48
Pensionistas IPRECOR - Funcional	R\$ 54.150,62
TOTAL	R\$ 19.976.839,32

Tabela 14: Contribuições Previdenciárias. Fonte: Relatório Contabilidade IPRECOR

Os dados demonstram que a arrecadação de contribuições previdenciárias atingiu o montante de R\$ 19.976.839,32, com participação predominante da Prefeitura Municipal, tanto na condição patronal quanto funcional, evidenciando sua relevância no financiamento do regime.

Observa-se regularidade na arrecadação das contribuições dos segurados (funcionais), inclusive de aposentados e pensionistas, o que contribui para a manutenção do fluxo financeiro do RPPS. Contudo, ao se considerar o histórico de parcelamentos vigentes, infere-se a necessidade de avaliação quanto à tempestividade das contribuições patronais.

20. ENQUADRAMENTO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Verifica-se que a aplicação dos recursos arrecadados pelo Instituto foi realizada em consonância com os parâmetros fixados pela Resolução BACEN/CMN nº 4.963 de 2021, conforme demonstrado na tabela a seguir:

ENQUADRAMENTO EM RELAÇÃO À RESOLUÇÃO 4.963/2021 E À PI

FUNDOS	CNPJ	ENQ.	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	ART. 18	ART. 19	ART. 21	GESTOR	ADMINISTRADOR	STATUS
FUNDOS DE RENDA FIXA									
BB FIC Prev. Perfil Renda Fixa	13.077.418/0001-49	7, III, a	35.450.409.668,75	3,80	0,00	Sim	30.822.936/0001-69	30.822.936/0001-69	✓
Bradesco FIC Inflação Crédito Privado	44.315.854/0001-32	-	444.595.092,88	1,71	0,18	Sim	60.746.948/0001-12	60.746.948/0001-12	✓
Bradesco FIC Títulos Públicos Institucional IMA-B	10.986.880/0001-70	7, I, b	284.187.002,97	4,23	0,69	Sim	60.746.948/0001-12	60.746.948/0001-12	✓
Bradesco Premium Renda Fixa Referenciada	03.399.411/0001-90	7, III, a	19.418.264.411,63	15,20	0,04	Sim	60.746.948/0001-12	60.746.948/0001-12	✓
Bradesco Títulos Públicos IRF-M 1	11.484.558/0001-06	7, I, b	1.069.829.445,66	15,33	0,66	Sim	60.746.948/0001-12	60.746.948/0001-12	✓
Caixa Brasil Matriz Renda Fixa	23.215.008/0001-70	7, III, a	9.268.553.910,44	4,59	0,02	Sim	42.040.639/0001-40	00.360.305/0001-04	✓
Caixa Brasil Referenciado	03.737.206/0001-97	7, III, a	23.774.757.726,40	3,80	0,01	Sim	42.040.639/0001-40	00.360.305/0001-04	✓
Caixa Brasil Títulos Públicos IMA-B 5	11.060.913/0001-10	7, I, b	5.189.835.856,34	4,07	0,04	Sim	42.040.639/0001-40	00.360.305/0001-04	✓
Caixa Brasil Títulos Públicos IRF-M	14.508.605/0001-00	7, I, b	1.447.057.183,84	3,34	0,11	Sim	42.040.639/0001-40	00.360.305/0001-04	✓
Caixa FIC Brasil Gestão Estratégica Renda Fixa	23.215.097/0001-55	7, I, b	3.416.572.299,02	7,74	0,10	Sim	42.040.639/0001-40	00.360.305/0001-04	✓
Itaú FIC Global Dinâmico Institucional	32.972.942/0001-28	7, III, a	2.110.557.901,78	9,55	0,21	Sim	40.430.971/0001-96	60.701.190/0001-04	✓
Itaú FIC Institucional Optimus Renda Fixa	40.635.061/0001-40	7, III, a	877.752.077,02	4,17	0,22	Sim	40.430.971/0001-96	60.701.190/0001-04	✓
FUNDOS DE RENDA VARIÁVEL									
Caixa FIA Small Caps Ativo	15.154.220/0001-47	8, I	471.715.390,80	0,70	0,07	Sim	42.040.639/0001-40	00.360.305/0001-04	✓
Caixa FIC FIA Valor Vinci Exp. Dividendos RPPS	15.154.441/0001-15	8, I	1.259.095.297,23	1,95	0,07	Sim	42.040.639/0001-40	00.360.305/0001-04	✓
FUNDOS MULTIMERCADO									
Bradesco FIC Multimercado S&P 500 Mais	18.079.540/0001-78	10, I	201.639.131,36	2,11	0,48	Sim	60.746.948/0001-12	60.746.948/0001-12	✓

Art. 18 retrata o percentual do PL do RPPS que está aplicado no fundo, cujo limite é de 20%. Art. 19 denota o percentual do PL do fundo que o RPPS detém, sendo limitado a 5% em fundos enquadrados no Art. 7 V, e de 15% para os demais. Ambos os Art. 18 e 19 não se aplicam aos fundos enquadrados no Art. 7 I. Art. 21 aponta se o administrador ou o gestor atende às exigências, estando destacado o CNPJ da instituição caso ela não atenda.

Tabela 15: Enquadramento à resolução 4.963/2021. Fonte: Relatório da empresa Mensurar Investimentos

21. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

A Lei Municipal nº 3.503/2009 determina que o valor anual da taxa de administração do Fundo de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Três Corações será de **2% (dois por cento)** do valor total das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados ao Regime Próprio, relativo ao exercício financeiro anterior.

Verificou-se que o valor total das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS, referente ao exercício de 2024, foi de **R\$ 133.242.034,81**, conforme demonstrado a seguir:

VALOR TOTAL DAS FOLHAS DE PAGAMENTOS 2024	
Ente	Valor
Prefeitura de Três Corações	R\$ 84.296.094,97
Câmara de Três Corações	R\$ 1.861.877,35
Aposentados - IPRECOR	R\$ 40.468.992,35
Pensionistas - IPRECOR	R\$ 6.615.070,14
TOTAL	R\$ 133.242.034,81

Tabela 16: Folhas de Pagamentos. Fonte: Relatórios da Contabilidade IPRECOR

Com base nesse montante, a taxa de administração para o exercício foi fixada em **R\$ 2.664.840,70**, correspondente ao percentual legal de **2% (dois por cento)** incidente sobre o total das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS no exercício anterior, nos termos da legislação municipal vigente.

As despesas custeadas à conta da taxa de administração, no exercício em análise, totalizaram **R\$ 1.206.448,10** representando aproximadamente **45,27% do limite máximo autorizado**, conforme detalhamento apresentado a seguir:

DESPESAS REALIZADAS COM TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

Mês	Valor
Janeiro	R\$ 82.367,37
Fevereiro	R\$ 81.511,36
Março	R\$ 92.368,12
Abril	R\$ 111.158,01
Maiο	R\$ 90.647,52
Junho	R\$ 93.113,38
Julho	R\$ 121.576,12
Agosto	R\$ 122.469,02
Setembro	R\$ 99.835,94
Outubro	R\$ 120.893,89
Novembro	R\$ 40.996,64
Dezembro	R\$ 149.510,73
TOTAL	R\$ 1.206.448,10

Tabela 17: Despesa com Taxa de Administração. Fonte: Relatórios do Sistema de Contabilidade E&L

Dessa forma, verifica-se que as despesas realizadas com a taxa de administração permaneceram **dentro do limite legal estabelecido**, tendo sido executado montante inferior ao máximo permitido no exercício.

22. CONCLUSÃO

Diante das análises realizadas, verifica-se que a gestão do Instituto de Previdência Municipal de Três Corações, no exercício de 2025, desenvolveu suas atividades em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, notadamente no que se refere à execução orçamentária, financeira e patrimonial, bem como à concessão e manutenção dos benefícios previdenciários.

De modo geral, constata-se que os procedimentos de controle, acompanhamento e registro vêm sendo realizados de forma a atender às exigências legais e às boas práticas de gestão previdenciária, ressalvando-se que determinadas contas e registros contábeis, em razão de sua natureza, podem demandar análises mais detalhadas e eventuais ajustes futuros, no curso regular das rotinas administrativas e contábeis.

Portanto, considerando as informações analisadas e os limites de atuação desta Unidade de Controle Interno, conclui-se que os atos de gestão examinados encontram-se, em linhas gerais, em conformidade com a legislação vigente, não sendo evidenciadas ocorrências que comprometam de forma relevante a regularidade da gestão, sem prejuízo do acompanhamento contínuo e da adoção de medidas de aprimoramento dos controles internos e da qualidade das informações contábeis.

Três Corações/MG, 27 de março de 2026

MAYCON DOS
SANTOS
GONCALVES:1328192
0675

Assinado de forma digital
por MAYCON DOS SANTOS
GONCALVES:13281920675
Dados: 2026.03.30 14:31:23
-03'00'

Maycon dos Santos Gonçalves
Controlador Interno

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Instituto de Previdência Municipal de Três Corações - IPRECOR, conforme determinado pelo art. 12 da Lei Municipal nº 3.641/2011, tem por finalidade, além de outras atribuições, fiscalizar os atos de gestão e emitir parecer sobre a conformidade das contas apresentadas.

Além disso, nos termos da Instrução Normativa nº 09/2008 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCE-MG, as contas anuais das autarquias, fundos previdenciários e demais entidades deverão ser acompanhadas, entre outros documentos, do relatório do órgão de controle interno e do parecer do Conselho Fiscal, instrumentos que visam subsidiar a análise e o julgamento das contas pelo referido Tribunal, em consonância com os princípios da transparência, responsabilidade e boa governança na gestão pública.

Nesse contexto, este Conselho Fiscal, procedeu à análise do Relatório de Controle Interno e dos demonstrativos contábeis referentes à prestação de contas do exercício de 2025, apresentados em reunião realizada em 27 de março de 2026, com o objetivo de avaliar a execução orçamentária, financeira e patrimonial do Instituto.

Após o exame dos documentos e informações fornecidas, verificou-se que as contas seguem os preceitos legais e as regras da contabilidade. Não foram identificadas irregularidades críticas que comprometam de forma relevante a regularidade da gestão. Observa-se, ainda, que os resultados e indicadores evidenciados refletem a adoção de práticas voltadas à manutenção do equilíbrio e à sustentabilidade do regime previdenciário.

Diante do exposto, este Conselho Fiscal manifesta-se pela **aprovação das contas do Instituto de Previdência Municipal de Três Corações - IPRECOR**, referentes ao exercício de 2025, recomendando seu encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais para fins de apreciação nos termos da legislação vigente.

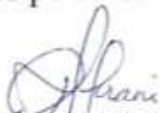
Três Corações, 27 de março de 2026.

PATRICIA DE MELO
CARVALHO:121546
70601

Aprovado de forma digital
por PATRICIA DE MELO
CARVALHO:12154670601
Data: 2026.03.27 14:46:14
-C100

PATRÍCIA DE MELO CARVALHO

Representante indicado pelo Poder Executivo Municipal



SÔNIA FÁTIMA SALVIANO

Representante indicado pelo Poder Legislativo Municipal



LÚCIA MARIA FELIPE

Representante indicado pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de
Três Corações



AVALIAÇÃO ATUARIAL 2026

MUNICÍPIO DE TRÊS CORAÇÕES/MG INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES - IPRECOR PLANO FINANCEIRO

Perfil Atuarial: II

Data Focal dos Dados: 31 de dezembro de 2025

Nota Técnica: 2026.000508.2

Versão: 01

Data de elaboração: 24/03/2026

SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente relatório tem por finalidade apresentar os resultados da avaliação atuarial, na data focal de 31/12/2025, contemplando as normas gerais aplicáveis aos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS e a legislação editada pelo ente federativo.

A Avaliação Atuarial tem por objetivo dimensionar a situação financeiro-atuarial do RPPS, de acordo com a metodologia, hipóteses e premissas constantes na Nota Técnica Atuarial - NTA.

A base cadastral dos servidores ativos, inativos e dos pensionistas vinculados ao RPPS foi fornecida pelo Ente Federativo e pela unidade gestora do RPPS, sendo a veracidade de exclusiva responsabilidade destes. Foi realizada uma análise da qualidade das informações e foram feitas recomendações, quando necessário, para compor uma base mais fidedigna.

O Instituto de Previdência Municipal de Três Corações, na data da avaliação, possuía um grupo de 1.460 segurados, composto por ativos, aposentados e pensionistas. O somatório dos ativos, bens e direitos destinados a cobertura dos benefícios dos segurados, pelo Regime, totalizava um montante de R\$ 5.800.347,62. Os benefícios atendidos pelo RPPS hoje são: Aposentadoria por tempo de contribuição, Aposentadoria por idade, Compulsória, Especial de Professor, Incapacidade Permanente para o Trabalho e Pensão por Morte.

Considerando os benefícios atendidos, o plano de custeio vigente, a metodologia de cálculo e demais variáveis, a avaliação atuarial apurou uma insuficiência financeira no valor de R\$ 733.201.509,94 que deverá ser financiada pelo Ente Federativo através de aporte especial, se as contribuições normais forem insuficientes. No custo normal foram utilizadas as alíquotas de custeio de 28,00% para o Ente e para os segurados 14,00% conforme legislação municipal vigente.

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO	2
1.INTRODUÇÃO	5
2.INDICADOR DE SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA.....	7
3.COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO	7
3.1.Servidores Ativos	8
3.2.Aposentados	12
3.3.Pensionistas	14
4.BASES TÉCNICAS E PREMISSAS.....	15
4.1.Premissas Atuarias	16
4.2.Regimes Financeiros e Métodos de Financiamento	16
5.DURATION DO PASSIVO x TAXA DE JUROS	17
6.RESULTADO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL	18
7.PLANO DE CUSTEIO	20
7.1.Custo Normal	20
8.VARIAÇÃO NO CUSTO PREVIDENCIÁRIO	21
9.ANÁLISE DE SENSIBILIDADE	22
10.1 Impacto do Crescimento Salarial no Custo Normal.....	23
10.2 Impacto da Expectativa de Vida no Custo Normal	24
10.3 Impacto da variação da Idade Média.....	24
10.4 Impacto da Variação na Idade Média de Aposentadoria.....	25
10.5 Taxa de Juros.....	26
10.INDICADORES DE SOLVÊNCIA.....	27
11.PARECER ATUARIAL	29
11.1.Perspectivas de alteração futura no perfil e na composição da massa de segurados.....	30
11.2.Adequação da base de dados utilizada e respectivos impactos em relação aos resultados apurados	30

11.3. Análise dos regimes financeiros e métodos atuariais adotados e perspectivas futuras de comportamento dos custos e dos compromissos do Plano de Benefícios	31
11.4. Adequação das hipóteses utilizadas às características da massa de segurados e de seus dependentes e análises de sensibilidade para os resultados	31
11.5. Metodologia utilizada para a determinação do valor da compensação previdenciária a receber e impactos nos resultados	33
11.6. Composição e características dos ativos garantidores do Plano de Benefícios	33
11.7. Variação dos compromissos do Plano (VABF e VACF)	34
11.8. Resultado da Avaliação Atuarial e situação financeira e atuarial do RPPS	35
11.9. Plano de Custeio a ser implementado e medidas para a manutenção do Equilíbrio Financeiro e Atuarial	36
11.10. Parecer sobre a análise comparativa dos resultados das três últimas Avaliações Atuariais	36
11.11. Identificação dos principais riscos do Plano de Benefícios	40
11.12. Considerações Finais	41
12. PROJEÇÃO ATUARIAL	42
13. REGISTROS CONTÁBEIS DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS	45
14. PROJEÇÕES ATUARIAIS – LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	48
15. INCONSISTÊNCIAS DA BASE DE DADOS	50
16. DURAÇÃO DO PASSIVO	51
17. PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS PARA OS PRÓXIMOS DOZE MESES	52
18. GLOSSÁRIO DE TERMOS TÉCNICOS ATUARIAIS	53

1. INTRODUÇÃO

O marco institucional dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS foi a Emenda Constitucional 20/98, seguida pela Emenda Constitucional 41/03. Ambas tiveram por objetivo garantir a sustentabilidade do sistema previdenciário. Entretanto, apesar das reformas citadas, ainda hoje a grande parte dos RPPS dos entes da federação apresenta expressivos déficits atuariais (NOGUEIRA, 2011).¹

Por fim, a Emenda Constitucional nº 103/2019 trouxe diversas regras ao sistema previdenciário nacional. Dentre as imposições com impacto atuarial, restringiu aos RPPS o pagamento de benefícios de aposentadorias e de pensões por morte, determinou novos limites mínimos para o custeio dos segurados e tornou obrigatória a implementação da previdência complementar a todos os RPPS (com a consequente limitação dos benefícios ao teto do RGPS àqueles servidores que ingressarem após a sua criação), cujo prazo se encerrou em 13/11/2021.

Com a publicação desta Emenda Constitucional, fica demonstrada a efetivação de uma política pública específica, voltada ao equilíbrio financeiro e atuarial dos RPPS, que requer a sua inclusão, por meio da atividade planejadora do Ente, em programas de ação governamental continuada, além de envolver a participação dos servidores em sua gestão e exigir o aperfeiçoamento de mecanismos de controle e transparência que possibilitem o acompanhamento da sociedade em geral.

A não implementação do equilíbrio financeiro e atuarial dos regimes de previdência dos servidores públicos poderá se refletir, dentro de alguns anos, em um desequilíbrio nas contas públicas dos entes federativos, ocasionado pelo crescimento contínuo das despesas com pessoal, comprometendo a capacidade de efetivação de outras políticas públicas de

¹ NOGUEIRA, N. G. t Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Out/Dez, 2011, v. 81, n. 4.

interesse dos cidadãos, tais como saúde, educação, segurança e moradia, e conduzindo à necessidade de novas reformas previdenciárias que ameçaçam os direitos dos servidores.

Assim o principal objetivo de um sistema previdenciário deve ser evitar a pobreza na velhice suavizando o consumo ao longo da vida. Para tanto é bom que ele seja financiável, sustentável e capaz de suportar variáveis econômicas, demográficas e políticas (HOLZMAN; HINZ, 2005)². Procurando a melhor forma de administrar os recursos, é elaborada a avaliação atuarial dos planos previdenciários que são estruturados segundo um regime financeiro (repartição simples, capital de cobertura ou capitalização) e uma modalidade – contribuição definida, benefício definido ou contribuição variável. No caso dos Regimes Próprios de Previdência é adotada a modalidade de benefício definido.

Os regimes financeiros são métodos adotados para proverem os recursos necessários ao cumprimento das obrigações assumidas pelo plano de benefícios.

Na apuração dos passivos e custos dos benefícios de aposentadoria programadas e pensões por morte do aposentado, adotamos o regime de capitalização, através do método de financiamento RS – REPARTIÇÃO SIMPLES, reconhecido pela Portaria MTP nº 1.467/2022.

A aplicação do método atuarial RS – REPARTIÇÃO SIMPLES pressupõe uma apuração do custo realizada de forma mutualista e seu somatório é pago pelas contribuições vertidas. Esse procedimento aponta um percentual de contribuição em cada momento do tempo e que será rateado entre os servidores e o Município.

No desenvolvimento da avaliação atuarial, as hipóteses biométricas são caracterizadas por tabuas biométricas de mortalidade de válidos ou inválidos e de entrada em invalidez. Elas são instrumentos que medem a probabilidade de um Participante Ativo ou Assistido vir a

² HOLZMAN, R.; HINZ, R. Old-Age Income Support in the Twenty-first Century: Na International Perspective on Pension Systems na Reform. Banco Mundial.

falecer, ou de participantes ativos solicitarem benefícios de aposentadoria por invalidez. Os parâmetros e hipóteses atuariais devem ser imparciais (não viesados) e mutuamente compatíveis, sendo que, para a realização da Avaliação Atuarial para fins da Portaria MTP nº 1.467/2022, as hipóteses consideradas são definidas em consonância ao normativo mencionado.

Em atendimento à Lei nº. 9.717/98, Portaria MTP nº 1.467/2022, e alicerçado nas Emendas Constitucionais n.º: 20/98, nº 41/03, nº 47/05, nº 70/12, pretendeu-se avaliar atuarialmente o plano de benefícios dos servidores e assistidos do Município de Três Corações para a garantia do equilíbrio financeiro e atuarial. Em relação aos impactos da Emenda Constitucional nº 103/2019, foram contempladas nesta avaliação atuarial apenas as determinações de aplicação imediata, uma vez que o Município não alterou a sua legislação municipal.

2. INDICADOR DE SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

QUADRO 1: POPULAÇÃO ESTUDADA

DISCRIMINAÇÃO	DADO
Grupo	MÉDIO PORTE
Subgrupo	MAIOR MATURIDADE
Indicador de Situação Previdenciária	C
Perfil Atuarial	II

Fonte: SPREV – ISP-RPPS 2025.

Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

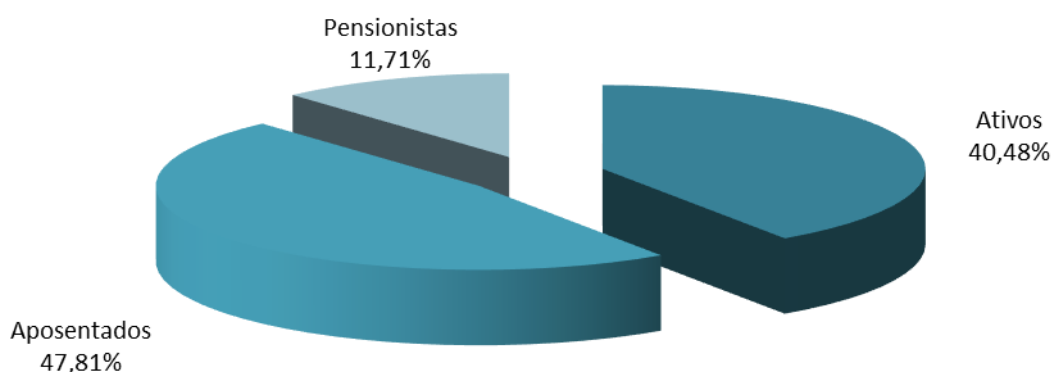
3. COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO

Foram remetidos dados sobre os servidores efetivos, aposentados e pensionistas do Município de Três Corações. Os quadros e gráficos seguintes apresentam o resumo estatístico da massa de servidores utilizados no estudo.

QUADRO 2: POPULAÇÃO ESTUDADA

DISCRIMINAÇÃO	FOLHA MENSAL	QUANTIDADE	REMUNERAÇÃO MÉDIA
Servidores Ativos	R\$2.368.829,47	591	R\$4.008,17
Aposentados	R\$3.207.403,68	698	R\$4.595,13
Pensionistas	R\$529.875,71	171	R\$3.098,69
Total	R\$6.106.108,86	1.460	R\$4.182,27

Fonte: Banco de Dados disponibilizados pelo IPRECOR – FUNDO FINANCEIRO.
 Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

GRAFICO 1: POPULAÇÃO ESTUDADA

3.1. Servidores Ativos

A base de dados dos servidores ativos contemplou 591 registros, um para cada servidor efetivo do Município de Três Corações, com ano de referência, mês, composição da massa, CNPJ, denominação do Ente, Poder, tipo, população coberta, especificação do cargo, critério de elegibilidade, identificação do segurado – matrícula, identificação do segurado – CPF, identificação do segurado – PASEP, sexo, estado civil, data de nascimento, situação funcional, tipo de vínculo, data de ingresso no Ente, data de ingresso na carreira atual, identificação da carreira atual, data de início de exercício no cargo atual, identificação do cargo atual, base de cálculo mensal do servidor ativo, remuneração mensal total do servidor ativo, contribuição mensal, segura em abono permanência, data de início do abono permanência, previdência complementar, teto constitucional remuneratório específico, tempo de contribuição do servidor ativo anterior à admissão no Ente para o RGPS, tempo de contribuição do servidor

ativo anterior à admissão no Ente para outros RPPS, número de dependentes do servidor ativo, data de nascimento do dependente, condição do dependente e tipo de dependência.

O quadro a seguir apresenta o resumo dados dos servidores ativos segmentados entre sexos masculino e feminino. Conforme as regras atuais de concessão do benefício de aposentadoria as servidoras têm cinco anos de redução na idade e no tempo de contribuição, em relação aos servidores, para preenchimento dos requisitos mínimos.

QUADRO 3: RESUMO DOS DADOS DOS SERVIDORES ATIVOS

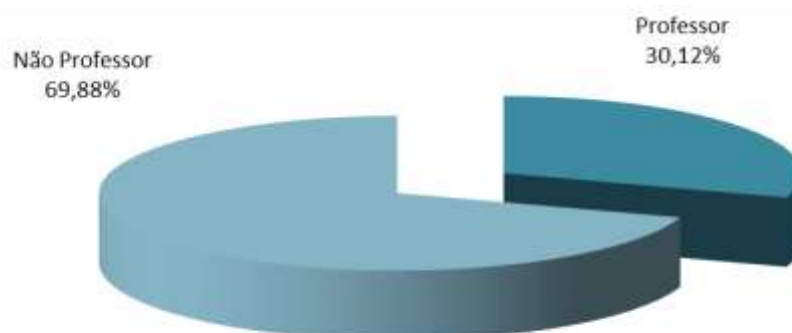
DESCRIÇÃO	SEXO		TOTAL
	FEMININO	MASCULINO	
Frequência	363	228	591
Idade Média	53	54	54
Idade Média de Admissão	32	30	31
Idade Média de Aposentadoria Projetada	61	65	63
Remuneração Média	R\$4.053,72	R\$3.935,66	R\$4.008,17
Remuneração Total	R\$1.471.499,21	R\$897.330,26	R\$2.368.829,47

Fonte: Banco de Dados disponibilizados pelo IPRECOR – FUNDO FINANCEIRO.

Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

O gráfico a seguir apresenta a proporção de servidores ativos segmentados entre professores e não-professores. Conforme as regras atuais de concessão do benefício de aposentadoria os servidores professores têm cinco anos de redução na idade e no tempo de contribuição, em relação aos demais servidores, para preenchimento dos requisitos mínimos.

GRÁFICO 2: DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES ATIVOS POR TIPO DE CARREIRA

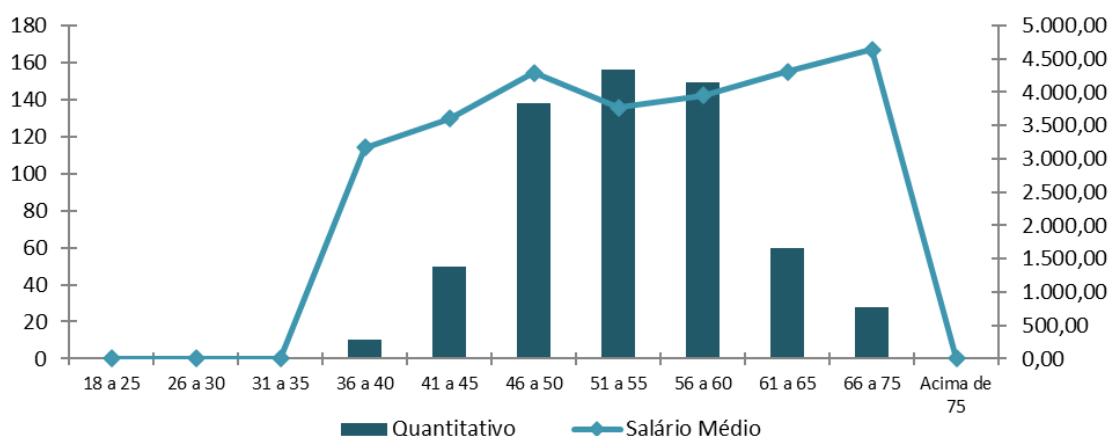


QUADRO 4: DISTRIBUIÇÃO DA FREQUÊNCIA POR IDADE E REMUNERAÇÃO

IDADE - INTERVALO	FREQUÊNCIA	REMUNERAÇÃO MÉDIA (R\$)	REMUNERAÇÃO TOTAL (R\$)
18 a 25	0	R\$0,00	R\$0,00
26 a 30	0	R\$0,00	R\$0,00
31 a 35	0	R\$0,00	R\$0,00
36 a 40	10	R\$3.169,70	R\$31.696,96
41 a 45	50	R\$3.599,65	R\$179.982,56
46 a 50	138	R\$4.289,99	R\$592.018,66
51 a 55	156	R\$3.768,08	R\$587.820,89
56 a 60	149	R\$3.953,76	R\$589.110,52
61 a 65	60	R\$4.307,24	R\$258.434,45
66 a 75	28	R\$4.634,48	R\$129.765,43
Acima de 75	0	R\$0,00	R\$0,00
TOTAL	591	R\$4.008,17	R\$2.368.829,47

Fonte: Banco de Dados disponibilizados pelo IPRECOR – FUNDO FINANCEIRO.

Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

GRÁFICO 3: FREQUÊNCIA POR IDADE E REMUNERAÇÃO

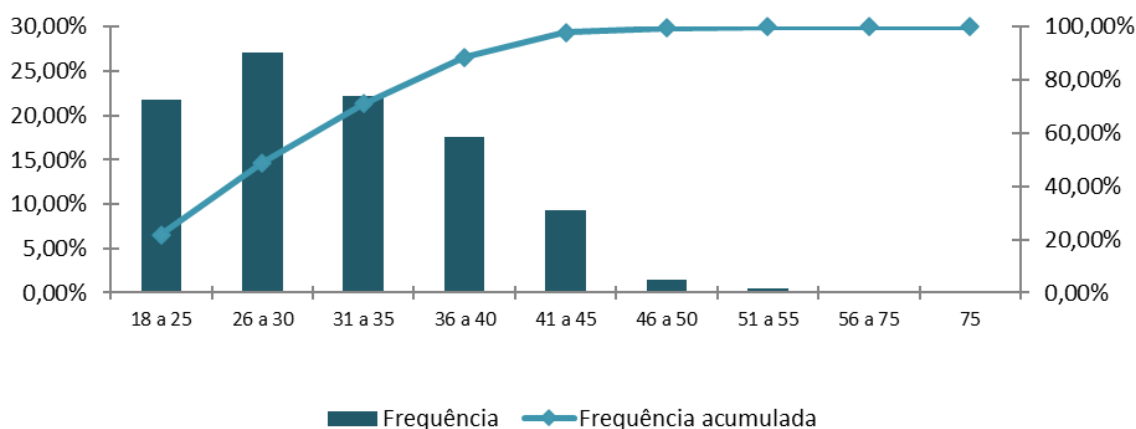
Os dados relativos à admissão e tempo anterior, combinados com a idade, são os ingredientes para a definição de uma função vital no estudo em epígrafe, que é o tempo que falta para a aposentadoria.

QUADRO 5: DISTRIBUIÇÃO DA FREQUÊNCIA DA IDADE DE ADMISSÃO

INTERVALO	QUANTITATIVO	FREQUÊNCIA	FREQUÊNCIA ACUMULADA
18 a 25	129	21,83%	21,83%
26 a 30	160	27,07%	48,90%
31 a 35	131	22,17%	71,07%
36 a 40	104	17,60%	88,67%
41 a 45	55	9,31%	97,98%
46 a 50	9	1,52%	99,50%
51 a 55	3	0,51%	100,00%
56 a 75	0	0,00%	100,00%
75	0	0,00%	100,00%
Total	591	100,00%	100,00%

Fonte: Banco de Dados disponibilizados pelo IPRECOR – FUNDO FINANCEIRO.

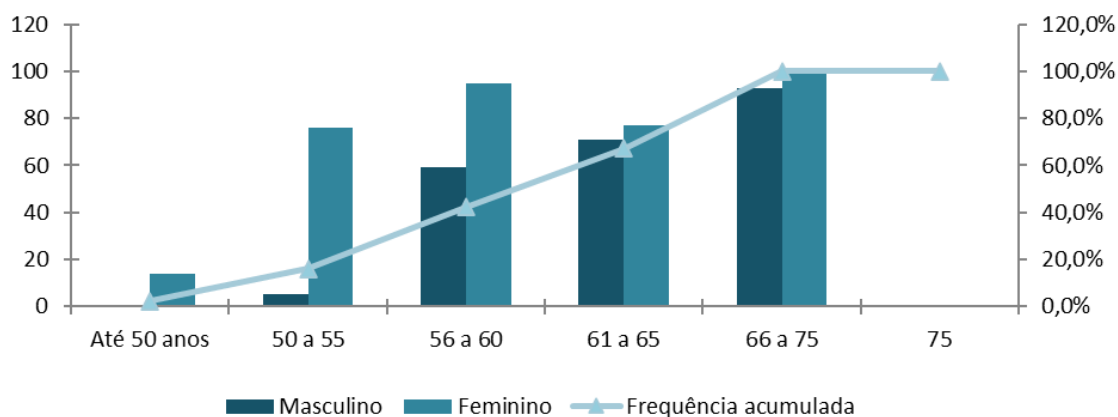
Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

GRÁFICO 4: FREQUÊNCIA DA IDADE DE ADMISSÃO**QUADRO 6: DISTRIBUIÇÃO DA IDADE DE APOSENTADORIA PROJETADA**

INTERVALO	FEMININO	MASCULINO
Até 50 anos	14	0
50 a 55	76	5
56 a 60	95	59
61 a 65	77	71
66 a 75	101	93
Acima de 75	0	0
TOTAL	363	228

Fonte: Banco de Dados disponibilizados pelo IPRECOR – FUNDO FINANCEIRO.

Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

GRÁFICO 5: FREQUÊNCIA DOS SERVIDORES ATIVOS POR IDADE PROJETADA DE APOSENTADORIA


3.2. Aposentados

Os arquivos contemplaram as informações de 698 aposentados do IPRECOR. Cada um dos registros continha ano de referência, mês, composição da massa, CNPJ, denominação do Órgão, Poder, tipo, população coberta, especificação do tipo de cargo, tipo do benefício, identificação do aposentado – matrícula, identificação do aposentado – CPF, identificação do aposentado – PIS/PASEP, sexo do aposentado, estado civil do aposentado, data de nascimento do aposentado, data de ingresso no Ente, data de início do benefício de aposentadoria, valor mensal do benefício de aposentadoria, contribuição mensal do aposentado, identificador de paridade com servidores ativos, condição do aposentado, valor *pró-rata* mensal recebido de compensação previdenciária, previdência complementar, teto constitucional remuneratório específico, tempo de contribuição do servidor ativo anterior à admissão no Ente para outro RPPS, número de dependentes do aposentado, data de nascimento do dependente, condição do dependente e tipo de dependência:

QUADRO 7: RESUMO DOS DADOS DOS SERVIDORES APOSENTADOS

DESCRIÇÃO	SEXO		TOTAL
	FEMININO	MASCULINO	
Frequência	475	223	698
Idade Mínima	51	50	50
Idade Média	66	71	67
Idade Máxima	91	96	96
Benefício Médio	R\$4.573,22	R\$4.641,81	R\$4.595,13
Benefício Total	R\$2.172.279,96	R\$1.035.123,72	R\$3.207.403,68

Fonte: Banco de Dados disponibilizados pelo IPRECOR – FUNDO FINANCEIRO.

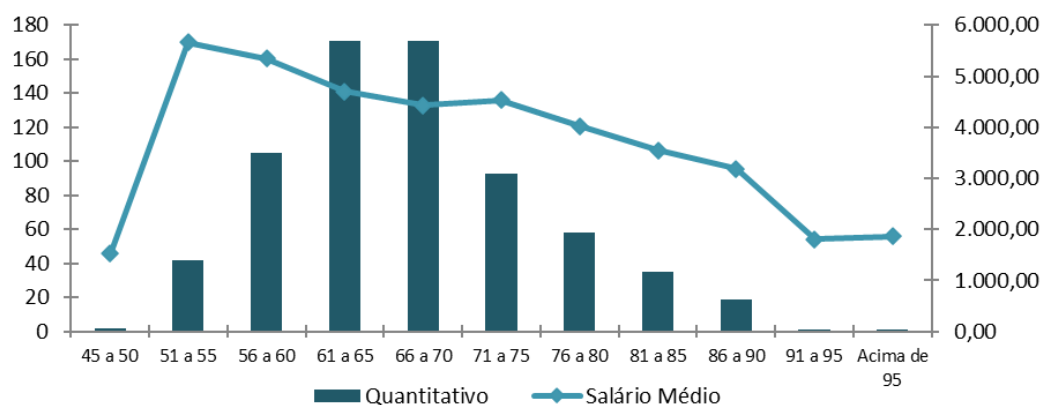
Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

QUADRO 8: DISTRIBUIÇÃO DA FREQUÊNCIA POR IDADE E BENEFÍCIO MÉDIO

IDADE	FREQUÊNCIA	REMUNERAÇÃO MÉDIA (R\$)	REMUNERAÇÃO TOTAL (R\$)
45 a 50	2	1.518,97	3.037,93
51 a 55	42	5.661,65	237.789,28
56 a 60	105	5.342,28	560.939,87
61 a 65	171	4.703,04	804.219,13
66 a 70	171	4.433,87	758.191,36
71 a 75	93	4.530,37	421.324,70
76 a 80	58	4.025,47	233.477,48
81 a 85	35	3.552,70	124.344,51
86 a 90	19	3.179,66	60.413,63
91 a 95	1	1.800,74	1.800,74
Acima de 95	1	1.865,05	1.865,05
TOTAL	698	4.595,13	3.207.403,68

Fonte: Banco de Dados disponibilizados pelo IPRECOR – FUNDO FINANCEIRO.

Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

GRÁFICO 6: FREQUÊNCIA DOS APOSENTADOS POR IDADE E PROVENTO MÉDIO

3.3. Pensionistas

O arquivo apresentou informações para 171 pensionistas distribuídos em grupos familiares, contemplando ano de referência, mês, composição da massa, CNPJ, denominação do Órgão, Poder, tipo, identificação do instituidor da pensão, identificação do segurado instituidor da pensão – matrícula, identificação do segurado instituidor da pensão – CPF, identificação do segurado instituidor da pensão – PIS/PASEP, data de nascimento do instituidor da pensão, data do falecimento do instituidor da pensão, identificação do pensionista – CPF, matrícula do pensionista, sexo do pensionista, data de nascimento do pensionista, tipo de relação do pensionista com o segurado instituidor, data de início do benefício de pensão, valor mensal do benefício recebido pelo pensionista, valor total da pensão, valor percentual da quota recebida pelo pensionista, contribuição mensal do pensionista, valor *pró-rata* mensal recebido de compensação previdenciária, identificador de paridade com servidores ativos, condição do pensionista, duração do benefício, tempo de duração do benefício, previdência complementar e teto constitucional remuneratório específico:

Os resumos das informações sobre o conjunto de pensionistas do IPRECOR se encontram detalhados a seguir:

QUADRO 9: RESUMO DOS DADOS DOS PENSIONISTAS

DESCRIÇÃO	SEXO		TOTAL
	FEMININO	MASCULINO	
Frequência	122	49	171
Idade Mínima	11	7	7
Idade Média	66	55	63
Idade Máxima	91	85	91
Benefício Médio	R\$3.072,99	R\$3.162,68	R\$3.098,69
Benefício Total	R\$374.904,21	R\$154.971,50	R\$529.875,71

Fonte: Banco de Dados disponibilizados pelo IPRECOR – FUNDO FINANCEIRO.

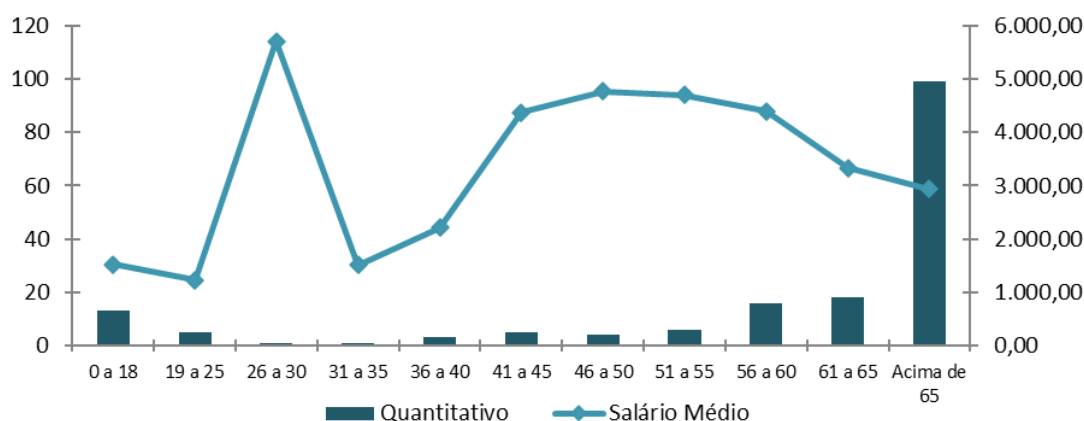
Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

QUADRO 10: DISTRIBUIÇÃO DA FREQUÊNCIA POR IDADE E BENEFÍCIO MÉDIO

IDADE	FREQUENCIA	BENEFÍCIO MÉDIO (R\$)	BENEFÍCIO TOTAL (R\$)
0 a 18	13	1.526,19	19.840,42
19 a 25	5	1.233,36	6.166,79
26 a 30	1	5.703,51	5.703,51
31 a 35	1	1.513,90	1.513,90
36 a 40	3	2.216,59	6.649,78
41 a 45	5	4.370,45	21.852,25
46 a 50	4	4.771,08	19.084,31
51 a 55	6	4.700,40	28.202,40
56 a 60	16	4.394,67	70.314,78
61 a 65	18	3.333,35	60.000,33
Acima de 65	99	2.934,82	290.547,24
TOTAL	171	3.098,69	529.875,71

Fonte: Banco de Dados disponibilizados pelo IPRECOR – FUNDO FINANCEIRO.

Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

GRÁFICO 7: FREQUÊNCIA DOS PENSIONISTAS POR IDADE E BENEFÍCIO MÉDIO

4. BASES TÉCNICAS E PREMISSAS

A legislação brasileira estabelece alguns princípios básicos que devem ser seguidos em uma Avaliação Atuarial, dentre eles os métodos aceitáveis para a Avaliação dos custos de cada tipo de benefício, e regulamenta a aplicabilidade dos regimes de financiamento em relação aos benefícios oferecidos.

4.1. Premissas Atuarias

Em conformidade com a legislação em vigor, em especial a Portaria MTP nº 1.467, de 02 de junho de 2022, apresentamos a seguir as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras que foram utilizadas na presente Reavaliação Atuarial.

Embora o plano seja classificado como de médio porte, não foi realizado o teste de hipóteses obrigatório, conforme estabelecido na Portaria MPS nº 1.467/2022. Dessa forma, para a Avaliação Atuarial de 2026, foram adotadas as premissas atuariais padrão previstas na referida normativa, em conformidade com as disposições regulamentares vigentes, até que sejam realizados os testes necessários para eventual adequação das hipóteses à realidade específica do plano.

QUADRO 11: PREMISSAS

ITEM	HIPÓTESE ADOTADA
Taxa de Juros	5,46% a.a.
Crescimento Salarial	1,00% a. a.
Rotatividade	1,00% a. a.
Taxa de Sobrevivência	IBGE – 2024 (Segregadas por sexo)
Taxa de Mortalidade	IBGE – 2024 (Ambos os sexos)
Taxa de Invalidez	Álvaro Vindas
Salário-Mínimo	R\$ 1.518,00
Compensação Previdenciária	Lei 9.796/96, Decreto 10.188/19 e Portaria 15.829/20
Contribuição do Aposentado (*)	14,00%
Contribuição da Pensionista (*)	14,00%
Contribuição do Servidor Ativo	14,00%
Contribuição Patronal Vigente (Custo Normal)	26,00%
Contribuição Patronal Vigente (Tx. Administrativa)	2,00%
Contribuição Patronal Vigente (Suplementar)	Não há

Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

(*) Contribuição de acordo com Emenda Constitucional 41/03.

4.2. Regimes Financeiros e Métodos de Financiamento

O quadro a seguir apresenta os benefícios oferecidos pelo RPPS, bem como o Regime Financeiro adotado em cada benefício.

QUADRO 12: REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO POR TIPO DE BENEFÍCIO

BENEFÍCIO	REGIME FINANCEIRO
Aposentadoria Voluntária e Compulsória	RS
Reversão da Aposentadoria Voluntária e Compulsória em Pensão	RS
Aposentadoria por Invalidez	RS
Reversão da Aposentadoria por Invalidez em Pensão	RS
Pensão por Morte do Servidor Ativo	RS

Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

Onde:

 ✓ **RS** = Repartição Simples

A metodologia de cálculo, bem como as formulações adotadas para a elaboração desta Avaliação Atuarial de acordo com os Regimes Financeiros e o Método de Custeio descritos no quadro anterior, estão de acordo com a Nota Técnica Atuarial vigente do RPPS.

5. DURATION DO PASSIVO x TAXA DE JUROS

A *Duration do Passivo* corresponde à média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios futuros do plano de benefícios, líquidos das contribuições apuradas conforme o plano de custeio.

Para definição da hipótese da taxa de juros real a ser utilizada nas avaliações atuariais dos RPPS considerou-se a metodologia introduzida a partir da planilha de Fluxos Atuariais que permite o cálculo da *Duration do Passivo*, nos termos do artigo 29º combinado com o artigo 39 da Portaria MTP nº 1.467/2022 e ainda com a redação do artigo 4º do anexo VII da mesma Portaria, alterado pela Portaria MPS nº 2.010/2025:

QUADRO 13: CÁLCULO DA DURATION DO PASSIVO

DURATION AA2025 (EM ANOS)	TAXA DE JUROS DE PARÂMETRO 2026	ADICIONAL (ART. 39 § 4º DA PORTARIA 1.467/22)	TAXA DE JUROS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL 2026
14,19	5,46%	0,00%	5,46%

Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

Conforme disposto no art. 39, § 4º da Portaria 1.467/2022, foi possibilitado o acréscimo de 0,15% a cada ano em que a rentabilidade da carteira de investimentos superou os juros reais da meta atuarial considerando os últimos 5 (cinco) anos.

O Fundo Financeiro do IPRECOR não possui um patrimônio maior que o limite mínimo (R\$ 10.000.000,00). Assim, não foi adicionado nenhum percentual à taxa parâmetro para compor a taxa de juros atuarial do plano.

6. RESULTADO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

Elaborou-se a Avaliação Atuarial com o objetivo de apurar os encargos previdenciários para subsidiar tecnicamente o equilíbrio da previdência dos servidores públicos do Município de Três Corações.

Segmentou-se o grupo de estudo em riscos expirados e riscos não expirados. Os riscos expirados representam o passivo atuarial relativo aos benefícios já concedidos e aqueles que já teriam, de acordo com as premissas da avaliação, direito à aposentadoria.

De acordo com os dados recebidos, o IPRECOR apresenta a seguinte situação financeira e atuarial:

QUADRO 14: BALANÇO ATUARIAL

DISCRIMINAÇÃO	ALÍQUOTA PRATICADA		ALÍQUOTA CALCULADA	
ATIVOS GARANTIDORES DOS COMPROMISSOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS (a)	R\$	5.800.347,62	R\$	5.800.347,62
Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS	R\$	5.125.713,68	R\$	5.125.713,68
Aplicações em Segmento de Renda Variável - RPPS	R\$	-	R\$	-

DISCRIMINAÇÃO	ALÍQUOTA PRATICADA	ALÍQUOTA CALCULADA
Aplicações em Segmento Imobiliário - RPPS	R\$ -	R\$ -
Aplicações em Enquadramento - RPPS	R\$ -	R\$ -
Títulos e Valores não Sujeitos a Enquadramento - RPPS	R\$ -	R\$ -
Demais Direitos, Bens e Ativos	R\$ 674.633,94	R\$ 674.633,94
Acordos de Parcelamento de Dívida aprovados pelo MTPS	R\$ -	R\$ -
VALOR ATUAL DOS SALÁRIOS FUTUROS	R\$ 186.917.601,00	R\$ 186.917.601,00
PROVISÃO MATEMÁTICA TOTAL SEM COMPREV (b) = (c) + (d)	R\$ 769.804.031,90	R\$ 769.804.031,90
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos - PMBC sem COMPREV (c)	R\$ 579.960.592,63	R\$ 579.960.592,63
Valor Atual Benefícios Futuros - Concedidos	R\$ 587.266.242,56	R\$ 587.266.242,56
- Valor Atual das Contribuições Futuras - Concedidos (Ente)	R\$ -	R\$ -
- Valor Atual das Contribuições Futuras - Concedidos (Servidor)	R\$ (7.305.649,93)	R\$ (7.305.649,93)
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder - PMBaC sem COMPREV (d)	R\$ 189.843.439,27	R\$ 189.843.439,27
Valor Atual Benefícios Futuros - a Conceder	R\$ 248.665.722,54	R\$ 248.665.722,54
- Valor Atual das Contribuições Futuras - a Conceder (Ente)	R\$ (39.214.855,51)	R\$ (39.214.855,51)
- Valor Atual das Contribuições Futuras - a Conceder (Servidor)	R\$ (19.607.427,76)	R\$ (19.607.427,76)
AJUSTE DA PMBC e PMBAC REFERENTE A COMPREV (e) = (f) - (g) + (h) - (i)	R\$ 30.802.174,34	R\$ 30.802.174,34
Valor Atual da Compensação Previdenciária a Pagar - Benefícios Concedidos (f)	R\$ -	R\$ -
Valor Atual da Compensação Previdenciária a Receber - Benefícios Concedidos (g)	R\$ (29.363.312,13)	R\$ (29.363.312,13)
- Valor Atual da Compensação Previdenciária a Pagar - Benefícios a Conceder (h)	R\$ -	R\$ -
Valor Atual da Compensação Previdenciária a Receber - Benefícios a Conceder (i)	R\$ (1.438.862,22)	R\$ (1.438.862,22)
PROVISÃO MATEMÁTICA TOTAL COM COMPREV (j) = (k) + (l)	R\$ 739.001.857,56	R\$ 739.001.857,56
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos - PMBC com Comprev (k) = (c) - (g) + (f)	R\$ 550.597.280,50	R\$ 550.597.280,50
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder - PMBaC com Comprev (l) = (d) - (i) + (h)	R\$ 188.404.577,05	R\$ 188.404.577,05
RESULTADO ATUARIAL (m) = (a) - (j)	R\$ (733.201.509,94)	R\$ (733.201.509,94)
Superávit	R\$ -	R\$ -
Reserva de Contingência	R\$ -	R\$ -
Reserva para Ajuste do Plano	R\$ -	R\$ -
Déficit	R\$ (733.201.509,94)	R\$ (733.201.509,94)
DÉFICIT EQUACIONADO	R\$ -	R\$ -
Valor Atual do Plano de Amortização do Déficit Atuarial estabelecido em Lei	R\$ -	R\$ -
Valor da Cobertura da Insuficiência Financeira	R\$ -	R\$ -
DÉFICIT ATUARIAL	R\$ (733.201.509,94)	R\$ (733.201.509,94)

Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

Pelo fato de o plano estar estruturado no Regime de Repartição Simples e sendo custeio normal insuficiente para a cobertura das aposentadorias e pensões, é necessário que

o Ente Municipal promova a cobertura de eventuais insuficiências por ventura apresentadas no exercício.

Desta forma, o Plano encontra-se com uma insuficiência financeira de R\$ 733.201.509,94, que deverá coberta através de aportes financeiros, quando necessário.

7. PLANO DE CUSTEIO

7.1. Custo Normal

O Custo Normal corresponde às necessidades de custeio do plano de benefícios gerido pelo IPRECOR, atuarialmente calculadas, conforme os regimes financeiros e método de financiamento mencionados, referentes a períodos compreendidos entre a data da avaliação e a data de início dos benefícios.

Desde o início do trabalho, o grande desafio foi encontrar a melhor forma de iniciar o processo de constituição de um fundo previdenciário que, ao longo do tempo, possa arcar com o pagamento desses benefícios, levando em consideração a capacidade de financiamento do Governo Municipal e seus servidores.

Os grandes desafios a superar são: (1) como iniciar o processo de capitalização de um fundo previdenciário sem impor ao Poder Executivo um grande ônus contributivo que ele não poderia, nas condições atuais, suportar; (2) como elaborar uma justa distribuição das contribuições entre o ente e o servidor ao longo dos anos. O quadro a seguir apresenta os Custos Normais calculados para os benefícios concedidos e a conceder, na data base da avaliação, pelo IPRECOR.

QUADRO 15: CUSTO NORMAL MENSAL

CONTRIBUIÇÃO SOBRE FOLHA MENSAL		
DISCRIMINAÇÃO	CUSTO TOTAL (R\$)	%
Aposentadoria por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória	R\$4.225.044,24	13,72%

CONTRIBUIÇÃO SOBRE FOLHA MENSAL		
DISCRIMINAÇÃO	CUSTO TOTAL (R\$)	%
Aposentadoria por Invalidez	R\$1.542.818,63	5,01%
Pensão por Morte de Segurado Ativo	R\$1.435.036,89	4,66%
Pensão por Morte de Aposentado por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória	R\$323.345,22	1,05%
Pensão por Morte de Aposentado por Invalidez	R\$0,00	0,00%
Taxa Administrativa	R\$1.587.588,30	2,00%
TOTAL	R\$9.113.833,28	26,44%

Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

As contribuições normais, atualmente vertidas ao IPRECOR, somam 42,00% (28,00% para o Município e 14,00% para o Servidor), sendo o **Custo Normal apurado nesta avaliação de 26,44%.** O Ente, deverá manter o plano de custeio atual, mas em caso de insuficiência financeira, deverá aportar recursos financeiro para a garantia do pagamento dos benefícios previdenciários.

8. VARIAÇÃO NO CUSTO PREVIDENCIÁRIO

QUADRO 16: VARIAÇÃO DOS CUSTOS NORMAIS DAS ÚLTIMAS AVALIAÇÕES ATUARIAIS

CUSTO NORMAL	AV. ATUARIAL 2024	AV. ATUARIAL 2025	AV. ATUARIAL 2026
Aposentadorias com reversão ao dependente	27,58%	17,29%	14,77%
Invalidez com reversão ao dependente	5,07%	4,86%	5,01%
Pensão por morte	4,90%	5,09%	4,66%
Auxílios	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa de Administração	2,00%	2,00%	2,00%
CUSTO NORMAL	39,55%	29,24%	26,44%

Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

QUADRO 17: VARIAÇÃO DOS RESULTADOS DAS ÚLTIMAS AVALIAÇÕES ATUARIAIS

RESERVAS MATEMÁTICAS (RMBAC + RMBC)		AV. ATUARIAL 2024	AV. ATUARIAL 2025	AV. ATUARIAL 2026
(-)	Reserva Matemática de Benefícios Concedidos (RMBC)	R\$561.350.230,77	R\$606.381.959,69	R\$579.960.592,63
(-)	Reserva Matemática de Benefícios a Conceder (RMBaC)	R\$196.007.150,24	R\$204.391.335,74	R\$189.843.439,27
=	Reservas Matemáticas (RMBaC + RMBC)	R\$ 757.357.381,01	R\$ 810.773.295,43	R\$ 769.804.031,90
(+)	Ativo Líquido do Plano	R\$0,00	R\$2.187.191,63	R\$5.800.347,62
(+)	Compensação Previdenciária	R\$51.502.055,96	R\$44.799.495,85	R\$30.802.174,34
(=)	RESERVA A AMORTIZAR	R\$ (705.855.325,05)	R\$ (763.786.607,95)	R\$ (733.201.509,94)

Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

Dos dados disponibilizados nos quadros acima, podem ser feitas as seguintes análises:

- ✓ Houve uma redução do custo normal, referente às Aposentadorias com reversão ao dependente, em relação a Avaliação Atuarial realizada em 2025 para esta Avaliação Atuarial de 2026. A redução desse custo é reflexo do aumento da idade média projetada para a aposentadoria em 1 ano, reduzindo o custeio do plano;
- ✓ Observa-se uma redução de 5,36% na Reserva Matemática de Benefícios Concedidos, que apesar do aumento do quadro quantitativo, houve a elevação da taxa de juros do plano e redução do benefício médio dos aposentados.
- ✓ Já a Reserva Matemáticas de Benefícios a Conceder - RMBaC apresentou uma redução de 7,12%, influenciada, principalmente, pela redução do número de servidores em atividade e da elevação da taxa de juros adotada nesta Avaliação Atuarial.

9. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Para uma melhor percepção da influência que algumas variáveis têm na apuração do Custo Previdenciário, serão realizadas a seguir algumas simulações, com base nos resultados apresentados:

- ✓ quanto ao crescimento salarial;
- ✓ quanto à variação da expectativa de vida;
- ✓ quanto à variação na idade média atual;
- ✓ quanto à variação na idade média de aposentadoria;
- ✓ quanto à variação da taxa de juros real considerada no cálculo;

10.1 Impacto do Crescimento Salarial no Custo Normal

Analisando-se uma possível variação no crescimento real médio dos salários dos servidores ativos de todas as carreiras consideradas nesta avaliação, verificou-se o seguinte resultado:

QUADRO 18: VARIAÇÃO NO CUSTO NORMAL

CRESCIMENTO SALARIAL	CUSTO NORMAL
0,00%	23,73%
0,50%	25,03%
1,00%	26,44%
1,50%	27,97%
2,00%	29,60%
2,50%	31,35%

Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

As oscilações positivas em relação ao crescimento real médio dos salários dos servidores públicos fazem com que o Custo Previdenciário se eleve, ao passo que oscilações negativas provocam uma redução do mesmo Custo Previdenciário.

Vale lembrar que o crescimento salarial é fortemente influenciado pelas incorporações (anuênios, triênios, quinquênios, funções etc.), pelas progressões no quadro funcional e pelos reajustes salariais concedidos aos servidores ativos, definidos pela política de recursos humanos peculiar a cada Município da Federação.

Observa-se que a taxa de crescimento salarial atua de forma inversa à taxa de juros pois, enquanto um crescimento salarial mais elevado tem como consequência um maior custo para o plano, a taxa de juros mais elevada origina custo mais baixo.

Isto posto, ao adotar a taxa de crescimento salarial de 1,00% a.a., o plano terá um custeio normal de 26,44%.

10.2 Impacto da Expectativa de Vida no Custo Normal

A expectativa de vida influencia no Custo Previdenciário pois este parâmetro serve para medir por quanto tempo o Plano pagará benefícios previdenciários a um participante aposentado.

Por exemplo, considerando-se a idade média de aposentadoria projetada para o grupo de servidores ativos (63 anos) espera-se pagar o benefício de aposentadoria por mais 20,26 anos. Para efeito de simulação, consideramos as principais tábuas de mortalidade utilizadas em Planos Previdenciários, sendo avaliadas as expectativas de vida resultantes e os efeitos no Custo Normal, conforme quadro e gráfico seguintes:

QUADRO 19: VARIAÇÃO NA EXPECTATIVA DE VIDA

TÁBUA MORTALIDADE	EXPECTATIVA DE VIDA AOS 63 ANOS	CUSTO NORMAL
AT - 49	16,37	25,41%
AT - 83	20,20	26,85%
AT - 2000	23,02	28,51%
IBGE - 2021	20,65	26,54%
IBGE - 2022	19,61	26,01%
IBGE - 2023	20,15	26,38%
IBGE - 2024	20,26	26,44%

Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

10.3 Impacto da variação da Idade Média

Variações na idade média atual geram impacto no Custo Normal do benefício de aposentadoria e os benefícios de risco (aposentadoria por invalidez e pensão por morte) variam conforme a idade média, uma vez que o risco de entrada em invalidez e morte aumenta conforme a idade média do grupo cresce.

Por outro lado, o envelhecimento do grupo de servidores ativos implica em aumento nos valores de Reservas de Benefícios a Conceder. Isso porque a reserva financeira garantidora

do pagamento dos benefícios previdenciários futuros, apurada na idade de aposentadoria, é financiada entre a idade da primeira admissão no Município e a idade de aposentadoria. A RMBaC representa o saldo deste financiamento que deve estar coberto na idade atual. O gráfico seguinte ilustra a evolução da RMBaC:

QUADRO 20: VARIAÇÃO NA IDADE MÉDIA

VARIA IDADE ATUAL	CUSTO NORMAL				RMBAC
	APOSENTADORIA	INVALIDEZ	PENSÃO	TOTAL	
51	14,77%	3,78%	3,84%	24,39%	R\$168.032.310,91
52	14,77%	4,15%	4,11%	25,03%	R\$183.495.814,70
53	14,77%	4,56%	4,39%	25,72%	R\$200.090.051,17
54	14,77%	5,01%	4,66%	26,44%	R\$217.938.155,67
55	14,77%	5,53%	4,98%	27,28%	R\$236.528.644,28
56	14,78%	6,10%	5,31%	28,19%	R\$252.272.315,80
57	14,78%	6,71%	5,62%	29,11%	R\$267.972.966,54

Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

10.4 Impacto da Variação na Idade Média de Aposentadoria

Da mesma forma que há variação da idade média atual, ao se alterar a idade média de aposentadoria, elevando-se o tempo futuro de contribuição, a Reserva Matemática se reduz. Porém, ao fazer isso, o Custo Normal sofre forte impacto. Isso porque o Custo Normal é financiado entre a idade média de admissão e a idade média de aposentadoria e, portanto, ao se alterar este parâmetro, tem-se alteração no tempo total de financiamento e consequente impacto nos valores de contribuição ao Plano.

Já o Custo Normal dos benefícios de risco, bem como os auxílios, não sofre variação. O quadro abaixo revela que variações na idade média de aposentadoria têm forte impacto no Custo Normal e na RMBaC. Desta forma, é de grande importância que, na Avaliação Atuarial, o cálculo desta estatística seja consistente, caso contrário, corre-se o risco de se incorrer em significativo erro destas contas.

QUADRO 21: VARIAÇÃO NA IDADE DE APOSENTADORIA

VARIA IDADE APOSENTADORIA	CUSTO NORMAL	RMBAC
60	31,42%	R\$279.521.102,45
61	29,62%	R\$259.559.008,14
62	27,96%	R\$239.963.561,10
63	26,44%	R\$217.938.155,67
64	25,05%	R\$197.123.577,05
65	23,77%	R\$178.030.042,25
66	22,59%	R\$160.517.258,09

Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

10.5 Taxa de Juros

Considerando a taxa de retorno financeiro de 5,46% ao ano (taxa de juros parâmetro + adicionais³ previstos no Art. 39 da Portaria 1.467/2022), foi apurado um Custo Normal para equilíbrio do Plano Financeiro de 26,44%. Entretanto, as oscilações positivas e negativas em torno desta taxa de 5,46%, como pode ser observado no quadro seguinte, provocam variações do custo apurado, elevando-o ou reduzindo-o.

Fica evidente, a importância de se buscar uma boa rentabilidade para os ativos financeiros do IPRECOR seguindo, entretanto, os parâmetros definidos na Resolução CMN nº. 5.272/2025:

QUADRO 22: VARIAÇÃO DA TAXA DE JUROS

JUROS	CUSTO NORMAL
0,00%	91,56%
1,00%	70,74%
2,00%	55,39%

³ Art. 39. A taxa de juros real anual a ser utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente dos fluxos de benefícios e contribuições do RPPS será equivalente à taxa de juros parâmetro cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média - ETTJ seja o mais próximo à duração do passivo do RPPS.

(...)

§ 4º A taxa de juros parâmetro, estabelecida conforme o Anexo VII, poderá ser acrescida em 0,15 (quinze centésimos) a cada ano em que a rentabilidade da carteira de investimentos superar os juros reais da meta atuarial dos últimos 5 (cinco) anos, limitados ao total de 0,60 (sessenta centésimos).

JUROS	CUSTO NORMAL
3,00%	43,95%
4,00%	35,37%
5,00%	28,89%
6,00%	23,94%
7,00%	20,14%
8,00%	17,20%
9,00%	14,90%
10,00%	13,09%
TAXA PARÂMETRO	CUSTO NORMAL
5,46%	26,44%

Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

10. INDICADORES DE SOLVÊNCIA

Para que o IPRECOR seja solvente, é necessário que suas receitas provenientes das contribuições previdenciárias e das aplicações financeiras sejam suficientes para cobrir as suas despesas (benefícios concedidos e a conceder e as despesas administrativas).

Existem dois tipos de solvência: a econômica e a financeira. Aquela trata da superioridade das receitas em relação ao total das obrigações, redundando num superávit atuarial, funcionando como um capital próprio do Ente. Já a solvência financeira demonstra que o RPPS tem sempre disponibilidade de recursos líquidos para honrar as suas obrigações correntes. Afirma ainda que “uma estreiteza severa de caixa determinará, ou a liquidação gravosa de ativos, ou a tomada emergencial de empréstimos, a custos compatíveis com a gravidade da crise e com a adequação das garantias”⁴.

- a) Índice de Cobertura Total (ICTt) – Indica a macrossolvência do Plano e é representado pela razão entre o Ativo Líquido e o Passivo Previdencial em uma data t. O valor ótimo desse índice ocorre quando ele é igual ou maior que 1.

$$ICT = \frac{Alt}{PPt}$$

⁴ Recamone (2001).

Onde:

- ✓ AL_t = Ativo Líquido em uma data t
- ✓ PP_t = Passivo Previdencial em uma data t

- b) Índice de Cobertura Parcial dos Participantes em Benefício (ICPCt) – Indica o nível de solvência do Plano, no que diz respeito aos compromissos com os participantes em benefício, e é representado pela razão entre o Ativo Líquido e a Reserva Matemática de Benefícios Concedidos em uma data t. O valor ótimo desse índice ocorre quando ele é maior que 1.

$$ICPCt = \frac{AL_t}{RMBC}$$

Onde:

- ✓ AL_t = Ativo Líquido em uma data t
- ✓ $RMBC_t$ = Reserva Matemática de Benefícios Concedidos em uma data t

- c) Índice de Cobertura Parcial dos Participantes Ativos (ICPaCt) – Indica o nível de solvência do Plano, no que diz respeito aos compromissos com os participantes ainda ativos, e é representado pela razão entre o Ativo Líquido e a Reserva Matemática de benefícios a conceder em uma data t. O valor ótimo desse índice ocorre quando ele é maior que 1.

$$ICPaCt = \frac{AL_t}{RMBaC}$$

Onde:

- ✓ AL_t = Ativo Líquido em uma data t
- ✓ $RMBaC_t$ = Reserva Matemática de Benefícios a Conceder em uma data t

- d) Índice de Correlação à Meta Atuarial (ICMA_t) – Indica a correlação entre o crescimento da Reserva Matemática e a meta atuarial estabelecida para o Plano. É representado pela razão entre a Reserva Matemática e a meta atuarial, a qual é representada pelas taxas de inflação e pelos juros atuariais na época t . O valor ótimo desse índice ocorre quando ele é igual a 1.

$$ICMA_t = \frac{RM_t}{(RM_t - 1x(1 + O_t) + (1 + i_t))}$$

Onde:

- ✓ RM_t = Reserva Matemática em uma data t
- ✓ O_t = taxa de inflação na época T
- ✓ i_t = taxa de juros de parâmetro na época T
- ✓ $RM_{(t-1)}$ = Reserva Matemática do ano anterior

QUADRO 23: QUADRO ÍNDICES DE SOLVÊNCIA

ÍNDICES	RESULTADOS
Índice de Cobertura Total	0,66%
Índice de Cobertura Parcial dos Participantes em Benefício	1,00%
Índice de Cobertura Parcial dos Participantes Ativos	2,51%
Índice de Correlação à Meta Atuarial	95,00%

Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

11. PARECER ATUARIAL

Atendendo às disposições da Lei nº 9.717/98, Portaria MTP nº 1.467/2022, demais normas e a Nota Técnica Atuarial do Plano, apresentamos o Parecer Técnico Atuarial do Plano de Benefício Previdenciário, administrado pelo IPRECOR, em face da Reavaliação Atuarial anual do exercício de 2026, com data focal em 31 de dezembro de 2025.

Os dados individualizados dos servidores ativos, aposentados e pensionistas estão posicionados em 31/08/2025 e as informações contábeis e patrimoniais, levantados e informados pelo RPPS, estão posicionadas na data-base de 31/12/2025.

11.1. Perspectivas de alteração futura no perfil e na composição da massa de segurados

A composição da população de servidores de Três Corações demonstra que o total de aposentados e pensionistas representa uma parcela de 59,52% da massa de segurados. Esta distribuição aponta para uma proporção de 0,68 servidores ativos para cada inativo.

Considerando que a massa de servidores ativos tende a uma certa estabilidade, considerando a evolução na expectativa de vida da população brasileira e mundial, a proporção de participantes em gozo de benefício aumenta, podendo chegar à equiparação com a massa de servidores ativos.

Neste íterim, torna-se essencial a constituição de um plano previdenciário plenamente equilibrado e financiado pelo Regime Financeiro de Capitalização, tendo em vista a formação de Reservas Matemáticas para a garantia de pagamento dos benefícios futuros.

11.2. Adequação da base de dados utilizada e respectivos impactos em relação aos resultados apurados

Procedemos à Avaliação Atuarial com o intuito de avaliar as alíquotas de contribuições, com base nos dados individualizados dos servidores ativos, aposentados e pensionistas do Município de Três Corações, na data base de 31 de agosto de 2025. Após o processamento das informações, consideramos os dados suficientes para a elaboração da Avaliação Atuarial.

Os dados encaminhados atenderam em quase sua totalidade ao leiaute da Secretária Previdência Social – SPS. Alertamos o Executivo e o Legislativo para que adotem medidas que visam o atendimento da totalidade do leiaute da SPREV no próximo estudo atuarial.

Entretanto, cabe ressaltar que a base de dados disponibilizada para a elaboração deste estudo técnico atuarial não contemplava o tempo de serviço anterior para os participantes, razão pela qual adotamos como premissa a idade de entrada no mercado de trabalho de 24 (vinte e quatro) anos.

11.3. Análise dos regimes financeiros e métodos atuariais adotados e perspectivas futuras de comportamento dos custos e dos compromissos do Plano de Benefícios

Para as RMBaC de aposentadorias programadas, adotou-se o método de Repartição Simples. O cálculo do custo é realizado de forma mutualista e seu somatório é pago pelas contribuições vertidas. Esse procedimento aponta um percentual de contribuição em cada momento do tempo que deverá ser rateado entre os servidores e o Município.

11.4. Adequação das hipóteses utilizadas às características da massa de segurados e de seus dependentes e análises de sensibilidade para os resultados

As bases técnicas utilizadas foram eleitas devido às características da massa de participantes e particularidades do Plano.

Embora o plano seja classificado como de médio porte, não foi realizado o teste de hipóteses obrigatório, conforme estabelecido na Portaria MPS nº 1.467/2022. Dessa forma, para a Avaliação Atuarial de 2026, foram adotadas as premissas atuariais padrão previstas na referida normativa, em conformidade com as disposições regulamentares vigentes, até que sejam realizados os testes necessários para eventual adequação das hipóteses à realidade específica do plano.

- ✓ Taxa de Juros Reais utilizada nas Projeções contidas neste estudo técnico atuarial de 5,46%;
- ✓ Tábua de Mortalidade de Válido (evento gerador sobrevivência): IBGE-2024 M&F;
- ✓ Tábua de Mortalidade de Válido (evento gerador morte): IBGE-2024 M&F;
- ✓ Tábua Entrada em Invalidez: ALVARO VINDAS;
- ✓ Tábua de Mortalidade de Inválidos: IBGE-2024 Ambos Sexos;
- ✓ Crescimento Salarial: 1,00% a.a. (um por cento);
- ✓ Rotatividade: 1,00% a.a. (um por cento);
- ✓ Despesa Administrativa correspondente a 2,00% (dois por cento) calculado do valor total das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados ao Regime Próprio.

Utilizou-se o fator de capacidade dos benefícios dos assistidos de 98,00% (noventa e oito por cento), o fator de capacidade reflete a perda do poder aquisitivo em termos reais ocorrida nos salários ou benefícios, obtidos em função do nível de inflação estimada no longo prazo e da frequência de reajustes.

Esclarecemos que, para a projeção da idade média projetada de aposentadoria foi utilizada as regras de concessões estabelecida nas Emendas Constitucionais nº 20/98, nº 41/03 e nº 47/05, bem como as regras transitórias. Ressalva-se que o Ente ainda não implementou as mudanças que a Emenda Constitucional nº 103/2019 proporcionou.

Para a utilização da taxa de crescimento salarial descrita acima, fez-se uma projeção do crescimento salarial dos servidores ativos com base no banco de dados enviado. Esta projeção foi elaborada a partir de uma regressão exponencial do salário médio dos servidores por idade. Desta forma, chegou-se à conclusão de que a cada ano de trabalho no Município o salário real do servidor sofre um impacto real de 0,40%. Assim, em atendimento à Portaria nº

1.467/2022, utilizou-se a taxa de crescimento real salarial máxima de 1,00% a.a. (um por cento ao ano).

11.5. Metodologia utilizada para a determinação do valor da compensação previdenciária a receber e impactos nos resultados

A Compensação Previdenciária a receber, relativa aos Benefícios a Conceder, foi calculada tendo por base o tempo de serviço anterior dos servidores ativos. Porém, em virtude da base dados cadastral ter apresentado a falta dessa informação para os servidores, o valor calculado adicionado o valor estimado (considerando a idade de entrada de 24 no mercado de trabalho) foi de 0,60% das Reservas Matemáticas.

Como esse valor é menor que o limite definido na Portaria nº 1.467/22, o valor a receber de Compensação Previdenciária foi limitado em 0,60% sobre o Valor Atual dos Benefícios Futuros do Plano.

Em relação aos Benefícios Concedidos, calculou-se o percentual recebido de compensação recebido durante o último exercício e utilizou-se o método de recorrência para estimar percentual de 5,00%. Com isso, aplicou-se tal percentual sobre o Valor Presente de Benefícios Futuros de Aposentados e Pensionistas.

11.6. Composição e características dos ativos garantidores do Plano de Benefícios

Os Ativos Garantidores do Plano estão posicionados em 31/12/2023, tendo a seguinte composição:

- ✓ Renda Fixa: R\$ 5.125.713,68;
- ✓ Renda Variável: R\$ 0,00;
- ✓ Demais bens, direitos e ativos: R\$ 674.633,94; e
- ✓ Saldo Devedor Parcelamentos: R\$ 0,00;

✓ **TOTAL: R\$ 5.800.347,62.**

No exercício de 2025 o IPRECOR obteve rentabilidade real de 14,83%, ficando assim acima da meta estabelecida (IPCA + 5,28% a.a.) de 9,77%.

A princípio não há relação entre a meta atuarial e o valor expresso na como benchmark da política de investimentos, já que a primeira tem como padrão a taxa de juros a termo e a segunda deva refletir o resultado esperado da carteira no exercício. Entretanto, aconselha-se que seja usado o mesmo valor para taxa de juros e para meta atuarial, que é definido pelo Atuário responsável.

Entretanto, em virtude do cenário de queda na taxa de juros ocorrida nos últimos exercícios e tendo em vista a expectativa da redução dos retornos dos investimentos para os próximos anos, a Taxa de Juros do Plano deverá ser 5,46% a.a. Caso tal cenário não se confirme, a Taxa de Juros do Plano deverá ser revista nas próximas Avaliações Atuariais, inclusive no que se refere à Política de Investimentos do RPPS.

Conforme disposto no art. 39, § 4º da Portaria 1.467/2022, foi possibilitado o acréscimo de 0,15% a cada ano em que a rentabilidade da carteira de investimentos superar os juros reais da meta atuarial dos últimos 5 (cinco) anos.

O fundo financeiro do IPRECOR não possui um patrimônio maior que o limite mínimo (R\$ 10.000.000,00). Assim, não foi adicionado nenhum percentual à taxa parâmetro para compor a taxa de juros atuarial do plano.

11.7. Variação dos compromissos do Plano (VABF e VACF)

Os comentários pormenorizados acerca da variação dos Resultados desta Avaliação e Avaliações Atuariais anteriores constam no corpo do relatório de Avaliação Atuarial 2026.

Confrontando-se o Valor Atual dos Benefícios Futuros – VABF do Plano, em relação ao exercício anterior, observa-se que o VABF relativo aos Benefícios Concedidos teve uma redução de 4,41%, decorrente da redução dos benefícios médios de aposentados, e da elevação da taxa de juros.

Em relação aos Benefícios a Conceder, observa-se também uma redução do VABF de 11,71%, decorrente da redução dos servidores em atividade e elevação da taxa de juros nesta Avaliação, reduzindo as obrigações futuras. O Valor Atual das Contribuições Futuras – VACF apresentou uma redução de 23,84%.

Cabe ressaltar que o método de financiamento adotado nesta Avaliação é o de Repartição Simples - RS.

11.8. Resultado da Avaliação Atuarial e situação financeira e atuarial do RPPS

As Provisões (Reservas) Matemáticas de Benefícios Concedidos – RMBC, fixadas com base focal nas informações individuais dos servidores aposentados e pensionistas do IPRECOR, existentes em 31 de dezembro de 2025, são determinadas atuarialmente pelo valor presente dos benefícios futuros líquido de eventuais contribuições de aposentados e pensionistas.

Assim, as RMBC perfaziam, na data-base da Avaliação Atuarial, o montante de R\$ 579.960.592,63. Já as Provisões (Reservas) Matemáticas de Benefícios a Conceder – RMBaC foram avaliadas em R\$ 189.843.439,27.

Com base na metodologia utilizada para se estimar a compensação previdenciária sobre os benefícios concedidos, o valor estimado foi de R\$ 30.802.174,34, sendo o Ativo Líquido de cobertura das obrigações do passivo atuarial no montante de R\$ 5.800.347,62.

Dessa forma, atestamos que o plano de benefícios previdenciário do IPRECOR apresentou um Déficit Técnico Atuarial no valor de R\$ 733.201.509,94.

11.9. Plano de Custeio a ser implementado e medidas para a manutenção do Equilíbrio Financeiro e Atuarial

As contribuições normais, atualmente vertidas ao IPRECOR, somam 42,00% (28,00% para o Município e 14,00% para o Servidor), **sendo o Custo Normal apurado nesta avaliação de 26,44%. O Ente, poderá manter o plano de custeio atual, mas em caso de insuficiência financeira, deverá aportar recursos financeiro para a garantia do pagamento dos benefícios previdenciários.**

11.10. Parecer sobre a análise comparativa dos resultados das três últimas Avaliações Atuariais

Em relação às alterações da Avaliação Atuarial realizada em 2025 para esta Avaliação Atuarial de 2026, houve uma redução de 2,15 pontos percentuais no Custo de Aposentadoria Programada.

Houve aumento de 0,14 pontos percentuais no Custo de Aposentadoria por Invalidez, já o Custo da Pensão por Morte teve uma redução de 0,41 pontos percentuais, devido ao aumento da idade média dos servidores ativos em 1 (um) ano.

A Reserva Matemática de Benefícios a Conceder apresentou uma redução de 7,12%, influenciada, principalmente, pela redução do número de servidores em atividade e da elevação da taxa de juros adotada nesta Avaliação Atuarial.

A Reserva Matemática de Benefícios Concedidos apresentou uma redução de 4,36%, consequência da elevação da taxa de juros reduzindo as obrigações, além disso, o benefício médio dos aposentados teve uma redução de 1,59%.

As alterações nas premissas e metodologias, estabelecidas pela Portaria MTP nº 1.467/2022, também afetam a estrutura do cálculo, podendo provocar oscilações no Custo Normal e Provisões Matemáticas deste exercício, quais sejam:

- ✓ Movimentação Cadastral (conforme bases de dados disponibilizadas);
- ✓ Alteração da taxa de juros (conforme taxa de juros parâmetro + adicionais); e
- ✓ Alteração das tábuas de mortalidade/sobrevivência;

QUADRO 24: COMPARATIVO PREMISSAS ATUARIAIS

	AA2025	AA2026
Tábua de Mortalidade Geral	IBGE – 2022 M&F	IBGE – 2024 M&F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	IBGE – 2022 (Ambos os sexos)	IBGE – 2022 (Ambos os sexos)
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Rotatividade	1,00%	1,00%
Crescimento Salarial	1,00%	1,00%
Fator de capacidade dos salários	100,00%	98,00%
Fator de capacidade dos benefícios	100,00%	98,00%
Taxa real anual de juros	4,84%	5,46%

Com base no disposto no artigo 39, §7º, da Portaria MTP nº 1.467/2022, a alteração na taxa de juros utilizada na Avaliação Atuarial impacta diretamente os resultados atuariais do plano, refletindo em um ganho ou perda atuarial. Quando a taxa de juros é reduzida, os passivos atuariais aumentam, gerando uma perda atuarial devido à maior necessidade de recursos para cumprir as obrigações futuras. Por outro lado, o aumento da taxa de juros resulta em uma redução dos passivos atuariais, configurando um ganho atuarial.

Os quadros a seguir apresentam as variações decorrentes da movimentação cadastral (alterações na base de dados), da mudança na taxa de juros e da alteração das tábuas de

mortalidade/sobrevivência para a Avaliação Atuarial de 2026, em comparação com os resultados da Avaliação Atuarial de 2025.

QUADRO 25: GANHOS E PERDAS ATUARIAIS – IMPACTO EXPERIÊNCIA DO PLANO

Discriminação	Av. Atuarial 2025	Av. Atuarial 2026 (Premissas de 2025)	Diferença
(=) Reserva Matemática de Benefícios Concedidos (RMBC)	R\$ (606.381.959,69)	R\$ (602.103.481,00)	R\$ 4.278.478,69
(-) Valor Atual dos Benefícios Futuros (aposentados)	R\$ (542.035.539,64)	R\$ (532.440.646,43)	R\$ 9.594.893,21
(+) Valor Atual das Contribuições Futuras (aposentados)	R\$ 7.278.650,27	R\$ 6.781.168,55	R\$ (497.481,72)
(-) Valor Atual dos Benefícios Futuros (Pensionistas)	R\$ (72.323.518,84)	R\$ (77.224.772,31)	R\$ (4.901.253,47)
(+) Valor Atual das Contribuições Futuras (pensionistas)	R\$ 698.448,52	R\$ 780.769,19	R\$ 82.320,67
(=) Reserva Matemática de Benefícios a Conceder (RMBaC)	R\$ (204.391.335,74)	R\$ (250.659.798,36)	R\$ (46.268.462,62)
(-) Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ (281.630.858,50)	R\$ (268.459.252,37)	R\$ 13.171.606,13
(+) Valor Atual das Contribuições Futuras	R\$ 77.239.522,76	R\$ 17.799.454,01	R\$ (59.440.068,75)
(=) Total Reservas Matemáticas (RMBaC + RMBC)	R\$ (810.773.295,43)	R\$ (852.763.279,36)	R\$ (41.989.983,93)

Conforme evidenciado no quadro anterior, a atualização da base de dados utilizada na Avaliação Atuarial de 2026 resultou em uma perda atuarial nas reservas matemáticas, totalizando R\$ 41.989.983,93.

QUADRO 26: GANHOS E PERDAS ATUARIAIS – IMPACTO TAXA DE JUROS

Discriminação	Av. Atuarial 2026 (Exp. do Plano)	Av. Atuarial 2026 (Tx. Juros 5,46%)	Diferença
(=) Reserva Matemática de Benefícios Concedidos (RMBC)	R\$ (602.103.481,00)	R\$ (570.392.847,11)	R\$ 31.710.633,89
(-) Valor Atual dos Benefícios Futuros (aposentados)	R\$ (532.440.646,43)	R\$ (504.398.520,93)	R\$ 28.042.125,50
(+) Valor Atual das Contribuições Futuras (aposentados)	R\$ 6.781.168,55	R\$ 6.443.039,86	R\$ (338.128,69)
(-) Valor Atual dos Benefícios Futuros (Pensionistas)	R\$ (77.224.772,31)	R\$ (73.172.536,43)	R\$ 4.052.235,88
(+) Valor Atual das Contribuições Futuras (pensionistas)	R\$ 780.769,19	R\$ 735.170,39	R\$ (45.598,80)

Discriminação	Av. Atuarial 2026 (Exp. do Plano)	Av. Atuarial 2026 (Tx. Juros 5,46%)	Diferença
(=) Reserva Matemática de Benefícios a Conceder (RMBaC)	R\$ (250.659.798,36)	R\$ (226.483.793,28)	R\$ 24.176.005,08
(-) Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ (268.459.252,37)	R\$ (243.557.649,57)	R\$ 24.901.602,80
(+) Valor Atual das Contribuições Futuras	R\$ 17.799.454,01	R\$ 17.073.856,29	R\$ (725.597,72)
(=) Total Reservas Matemáticas (RMBaC + RMBC)	R\$ (852.763.279,36)	R\$ (796.876.640,39)	R\$ 55.886.638,97

Conforme evidenciado no quadro anterior, a atualização da taxa de juros utilizada na Avaliação Atuarial de 2026 resultou em um ganho atuarial nas reservas matemáticas, totalizando R\$ 55.886.638,97.

QUADRO 27: GANHOS E PERDAS ATUARIAIS – IMPACTO ALTERAÇÃO DAS TÁBUAS

Discriminação	Av. Atuarial 2026 (Tx. Juros 5,46%)	Av. Atuarial 2026 (Tábuas)	Diferença
(=) Reserva Matemática de Benefícios Concedidos (RMBC)	R\$ (570.392.847,11)	R\$ (579.960.592,63)	R\$ (9.567.745,52)
(-) Valor Atual dos Benefícios Futuros (aposentados)	R\$ (504.398.520,93)	R\$ (512.844.047,56)	R\$ (8.445.526,63)
(+) Valor Atual das Contribuições Futuras (aposentados)	R\$ 6.443.039,86	R\$ 6.559.749,17	R\$ 116.709,31
(-) Valor Atual dos Benefícios Futuros (Pensionistas)	R\$ (73.172.536,43)	R\$ (74.422.195,00)	R\$ (1.249.658,57)
(+) Valor Atual das Contribuições Futuras (pensionistas)	R\$ 735.170,39	R\$ 745.900,76	R\$ 10.730,37
(=) Reserva Matemática de Benefícios a Conceder (RMBaC)	R\$ (226.483.793,28)	R\$ (189.843.439,27)	R\$ 36.640.354,01
(-) Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ (243.557.649,57)	R\$ (248.665.722,54)	R\$ (5.108.072,97)
(+) Valor Atual das Contribuições Futuras	R\$ 17.073.856,29	R\$ 58.822.283,27	R\$ 41.748.426,98
(=) Total Reservas Matemáticas (RMBaC + RMBC)	R\$ (796.876.640,39)	R\$ (769.804.031,90)	R\$ 27.072.608,49

Conforme evidenciado no quadro anterior, a alteração das tábuas de mortalidade/sobrevivência utilizadas na Avaliação Atuarial de 2026 resultou em um ganho atuarial nas reservas matemáticas, totalizando R\$ 27.072.608,49.

11.11. Identificação dos principais riscos do Plano de Benefícios

Os riscos atuariais, aos quais o Plano de Benefícios está submetido, decorrem principalmente da inadequação das hipóteses e premissas atuariais. Elas apresentam volatilidade ao longo do período de contribuição e percepção de benefícios sendo que, para o RPPS, caracterizam-se, basicamente, como Demográficas, Biométricas e Econômico-Financeiras.

Contudo, cabe ressaltar que as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados estão em acordo com as práticas atuariais aceitas, bem como estão em consonância com a legislação em vigor que parametriza as Avaliações e Reavaliações Atuariais dos RPPS.

Ademais, reafirmamos, de modo especial, a importância da regularidade e pontualidade das receitas de contribuição a serem auferidas pelo RPPS. Quaisquer receitas lançadas e não efetivadas pelo Ente ou Segurados deverão ser atualizadas monetariamente e acrescidas de juros, a partir da data em que foram devidas. Isto decorre do fato de que, sendo as contribuições partes integrantes do plano de custeio, a falta de repasse ou atraso e sua consequente não incorporação às Reservas Técnicas, além de inviabilizar o RPPS em médio prazo, resulta em déficit futuro, certo e previsível. Ressaltamos que as contribuições referentes aos servidores ativos deverão ser repassadas integralmente, conforme determina a legislação vigente e pertinente.

11.12. Considerações Finais

Ante todo o exposto, conclui-se que a situação econômico-atuarial do Plano de Benefícios Previdenciários do IPRECOR, em 31 de dezembro de 2025, apresenta-se de forma desequilibrada no seu aspecto atuarial, conforme comprova a existência da insuficiência financeira no valor de R\$ 733.201.509,94.

Assim, recomendamos a adequação da legislação municipal às alterações recomendadas e/ou determinadas pela Emenda Constitucional nº 103/2019 e ainda às demais alterações técnicas estabelecidas pela Portaria MTP nº 1.467/2022, especialmente no que diz respeito à atualização cadastral dos segurados do plano de benefícios e os estudos complementares necessários à boa prática atuarial.

Este é o parecer

Documento assinado digitalmente por: Raphael K. Cunha Silva, CPF: 058.674.496-70 e Henrique Santos Santana, CPF: 103.848.426-07.

Raphael K. Cunha Silva
Atuário MIBA 1.453

Henrique Santos Santana
Atuário MIBA 2.800

12. PROJEÇÃO ATUARIAL

Abaixo, apresentamos a projeção atuarial considerando o atual plano de custeio praticado no Município.

A projeção atuarial demonstra o nível de arrecadação de contribuições e acumulação das provisões do plano de benefícios previdenciários administrado pelo IPRECOR. Verifica-se se há compatibilidade com as suas obrigações futuras em regime de capitalização para demonstrar a solvência e liquidez do plano de benefícios.

Dessa maneira, a projeção atuarial apresenta a movimentação financeira do IPRECOR, com os valores de receita e obrigações que os Entes Públicos terão com seus servidores ao longo do tempo. Por meio do fluxo atuarial pode-se verificar se o Ente está deficitário ou superavitário em cada instante do tempo.

O fluxo atuarial foi elaborado de forma prospectiva e de acordo com a necessidade de financiamentos previdenciários, ou seja, a diferença entre as receitas e despesas previdenciárias em cada momento do tempo.

QUADRO 28: PROJEÇÃO ATUARIAL

ANO	FLUXO MONETARIO		
	RECEITA	DESPESA	SALDO
2026	3.554.565,00	50.213.140,72	(38.442.565,07)
2027	3.580.459,44	52.120.238,29	(43.643.770,09)
2028	3.550.886,82	53.069.408,75	(42.218.652,92)
2029	3.618.458,16	53.983.030,04	(40.716.841,24)
2030	3.587.022,17	54.016.269,90	(38.658.380,35)
2031	3.679.861,62	54.080.296,72	(36.635.969,06)
2032	3.761.544,36	53.959.852,73	(34.599.889,61)
2033	3.703.657,07	55.892.843,08	(34.109.738,29)
2034	3.640.718,01	57.875.435,67	(33.611.467,98)
2035	3.595.027,47	57.705.134,22	(31.798.067,05)
2036	3.680.094,62	58.127.391,09	(30.339.672,13)
2037	3.646.343,45	57.515.035,38	(28.463.167,33)
2038	3.748.848,15	57.729.698,89	(27.045.732,84)

ANO	FLUXO MONETARIO		
	RECEITA	DESPESA	SALDO
2039	3.655.164,40	58.355.385,88	(25.987.251,35)
2040	3.566.494,89	57.185.067,77	(24.154.538,58)
2041	3.472.131,27	56.071.127,26	(22.468.453,57)
2042	3.375.191,31	54.720.675,99	(20.797.456,22)
2043	3.273.592,30	53.426.301,24	(19.262.585,97)
2044	3.169.321,20	51.949.965,37	(17.765.603,22)
2045	3.063.300,82	50.155.573,95	(16.262.762,30)
2046	2.955.561,79	48.313.596,77	(14.852.895,47)
2047	2.846.156,37	46.404.440,53	(13.525.081,47)
2048	2.735.613,87	44.454.548,77	(12.283.286,21)
2049	2.624.615,45	42.478.594,35	(11.126.671,82)
2050	2.514.276,24	40.486.933,35	(10.052.563,22)
2051	2.404.684,30	38.467.393,46	(9.052.664,13)
2052	2.297.788,63	36.594.662,82	(8.163.658,54)
2053	2.194.385,41	35.009.597,19	(7.406.580,30)
2054	2.090.456,02	33.187.219,59	(6.655.335,43)
2055	1.992.764,30	31.362.561,75	(5.960.297,56)
2056	1.901.549,17	29.701.850,35	(5.349.691,32)
2057	1.819.500,77	28.839.060,73	(4.930.258,92)
2058	1.739.096,55	28.803.843,84	(4.682.822,17)
2059	1.653.688,13	28.340.259,06	(4.378.332,05)
2060	1.578.101,66	27.698.173,77	(4.063.521,17)
2061	1.506.143,33	26.335.148,65	(3.662.686,18)
2062	1.453.722,95	25.122.712,85	(3.310.795,42)
2063	1.409.417,62	24.205.045,11	(3.023.544,78)
2064	1.366.923,36	23.185.764,04	(2.744.155,76)
2065	1.333.526,93	22.532.083,47	(2.528.107,93)
2066	1.443.532,48	22.296.532,37	(2.358.142,76)
2067	1.416.454,51	21.551.374,99	(2.159.055,00)
2068	1.433.713,37	21.409.187,23	(2.031.061,67)
2069	1.406.463,73	21.409.982,22	(1.928.611,02)
2070	1.378.363,10	21.022.738,68	(1.795.927,14)
2071	1.359.116,41	20.591.081,69	(1.667.194,94)
2072	1.342.550,56	20.066.255,35	(1.539.099,64)
2073	1.384.301,52	19.713.781,35	(1.428.687,76)
2074	1.388.543,13	19.377.855,17	(1.329.578,46)
2075	1.372.872,41	18.938.814,58	(1.231.070,99)
2076	1.394.289,90	18.684.863,08	(1.149.035,04)
2077	1.380.252,90	18.331.933,41	(1.068.190,90)
2078	1.377.212,44	18.128.900,10	(1.000.937,40)
2079	1.363.328,11	17.867.659,43	(935.100,99)
2080	1.349.252,57	17.497.136,62	(867.537,86)
2081	1.336.886,97	17.149.552,03	(805.545,58)
2082	1.326.257,88	16.800.927,11	(747.512,84)

ANO	FLUXO MONETARIO		
	RECEITA	DESPESA	SALDO
2083	1.314.630,68	16.477.902,54	(694.548,27)
2084	1.304.532,90	16.151.543,05	(644.853,04)
2085	1.285.917,77	15.736.127,33	(595.124,91)
2086	1.270.362,12	15.366.609,61	(550.490,37)
2087	1.259.647,08	14.977.935,02	(507.993,74)
2088	1.246.389,90	14.603.236,09	(469.001,90)
2089	1.232.901,51	14.212.010,56	(432.143,31)
2090	1.222.254,16	13.825.457,16	(397.901,96)
2091	1.210.265,80	13.376.194,56	(364.210,66)
2092	1.200.542,75	12.922.091,29	(332.739,69)
2093	1.192.077,21	12.531.812,14	(305.235,29)
2094	1.183.711,20	12.128.281,05	(279.346,20)
2095	1.175.439,95	11.771.784,01	(256.455,70)
2096	1.167.176,46	11.397.563,50	(234.779,73)
2097	1.159.057,64	11.011.385,21	(214.397,45)
2098	1.149.559,58	10.726.243,48	(197.609,66)
2099	1.143.993,46	10.448.569,76	(182.054,68)
2100	1.136.770,37	10.201.824,36	(168.185,24)
2101	1.127.485,04	9.982.053,01	(155.774,76)

Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

13. REGISTROS CONTÁBEIS DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Segundo nova determinação do IPC/STN nº 14, deverá ser utilizado o método de financiamento de Crédito Unitário Projetado (PUC), no regime de capitalização dos benefícios de aposentadorias e suas reversões, para a apuração das provisões matemáticas. Assim, deverá ser utilizado este método de financiamento para efetuar o lançamento das provisões matemáticas no balanço patrimonial, conforme apresentamos abaixo:

QUADRO 29: PLANO DE CONTAS

PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS - REGISTROS CONTÁBEIS NOME DO MUNICÍPIO: TRÊS CORAÇÕES ESTADO: MG DRAA/DADOS CADASTRAIS DO MÊS DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO DE 2025		
ATIVO		
CÓDIGO DA CONTA	(1) NOME	VALORES (R\$)
(APF)	(1) ATIVO - PLANO FINANCEIRO	5.800.347,62
1.1.1.1.1.06.02	Bancos Conta Movimento - Fundo em Repartição	403.520,37
1.1.1.1.1.06.04	Bancos Conta Movimento - Taxa de Administração	271.113,57
1.1.1.1.1.51.00	Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - RPPS - Fundo em Repartição	5.125.713,68
(APP)	(2) ATIVO - PLANO PREVIDENCIÁRIO	61.918.437,86
1.1.1.1.1.06.03	Bancos Conta Movimento - Fundo em Capitalização	498.087,60
1.1.1.1.1.06.04	Bancos Conta Movimento - Taxa de Administração	114.630,64
1.1.1.1.1.52.00	Aplicações Financeiras de Liquidez imediata RPPS - Taxa de Administração	1.183.296,91
1.1.1.1.1.53.00	Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - RPPS - Fundo em Capitalização	11.720.961,38
1.1.3.4.1.01.09	Créditos a Receber por Pagamentos Indevidos de Benefícios Previdenciários	1.381,78
1.1.3.6.2.02.01	Créditos Previdenciários do RPPS Parcelados - Patronal - Fundo em Capitalização	597,79
1.1.4.4.1.00.00	Investimentos e Aplicações Temporárias de Curto Prazo do RPPS - Fundo em Capitalização	27.959.739,55
1.2.1.1.2.06.04	Créditos Previdenciários do RPPS Parcelados - Patronal - Fundo em Capitalização	20.439.742,21
REGISTROS CONTÁBEIS NO BALANÇO DO RPPS		
PASSIVO		
2.2.7.2.0.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	3.268.481,20
2.2.7.2.1.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	781.705.241,65
PLANO FINANCEIRO		
2.2.7.2.1.01.00	FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	550.597.280,50
2.2.7.2.1.01.01	(+) APOSENTADORIAS/PENSÕES CONCEDIDAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	587.266.242,56
2.2.7.2.1.01.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	(6.559.749,17)
2.2.7.2.1.01.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	(745.900,76)
2.2.7.2.1.01.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	(29.363.312,13)
2.2.7.2.1.01.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	0,00
2.2.7.2.1.02.00	FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	227.839.479,95

PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS - REGISTROS CONTÁBEIS		
NOME DO MUNICÍPIO: TRÊS CORAÇÕES ESTADO: MG		
DRAA/DADOS CADASTRAIS DO MÊS DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO DE 2025		
2.2.7.2.1.02.01	(+) APOSENTADORIAS/PENSÕES A CONCEDER DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	248.665.722,54
2.2.7.2.1.02.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	(12.924.920,25)
2.2.7.2.1.02.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR E FUTURO APOSENTADO/PENSIONISTA PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	(6.462.460,13)
2.2.7.2.1.02.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	(1.438.862,22)
2.2.7.2.1.02.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	0,00
PLANO PREVIDENCIÁRIO		
2.2.7.2.1.03.00	FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	3.268.481,20
2.2.7.2.1.03.01	(+) APOSENTADORIAS/PENSÕES CONCEDIDAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	3.268.481,20
2.2.7.2.1.03.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O FUNDO DE CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.03.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O FUNDO DE CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.03.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO DE CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.03.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	0,00
2.2.7.2.1.04.00	FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	0,00
2.2.7.2.1.04.01	(+) APOSENTADORIAS/PENSÕES A CONCEDER DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	79.079.427,35
2.2.7.2.1.04.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	(52.719.618,23)
2.2.7.2.1.04.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	(26.359.809,12)
2.2.7.2.1.04.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.04.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	0,00
		0,00
2.2.7.2.2.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - INTRA OFSS	(778.436.760,45)
2.2.7.2.2.01.00	FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	(550.597.280,50)
2.2.7.2.2.01.01	(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA - FUNDO EM REPARTIÇÃO - BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	(550.597.280,50)
2.2.7.2.2.02.00	FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	(227.839.479,95)
2.2.7.2.2.02.03	(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA - FUNDO EM REPARTIÇÃO - BENEFÍCIOS A CONCEDER	(227.839.479,95)
OBSERVAÇÃO: NO RPPS AS CONTAS ACIMA DEVEM SER CREDITADAS EM CONTRAPARTIDA ÀS CONTAS 2.2.7.2.1.01.00 E 2.2.7.2.1.02.00, RESPECTIVAMENTE		
2.3.6.2.0.00.00	RESERVAS ATUARIAIS	58.649.956,66
2.3.6.2.1.00.00	RESERVA ATUARIAL - CONSOLIDAÇÃO	58.649.956,66
2.3.6.2.1.01.00	RESERVAS ATUARIAIS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	58.649.956,66
2.3.6.2.1.01.01	RESERVA ATUARIAL PARA CONTIGÊNCIAS	1.004.359,44
2.3.6.2.1.01.02	RESERVA ATUARIAL PARA AJUSTES DO FUNDO	57.645.597,22
REGISTROS CONTÁBEIS NO BALANÇO DO ENTE FEDERATIVO		
3.9.9.9.2.02.00 (DEBITA)	AJUSTE DO VALOR ATUAL DAS INSUFICIÊNCIAS FINANCEIRAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO	778.436.760,45
2.2.7.2.2.05.00 (CREDITA)	OBRIGAÇÃO ATUAL DE COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA RPPS - FUNDO EM REPARTIÇÃO - (INTRA OFSS)	778.436.760,45
2.2.7.2.2.05.01	OBRIGAÇÃO ATUAL DE COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA RPPS - FUNDO EM REPARTIÇÃO - BENEFÍCIOS CONCEDIDOS (INTRA OFSS)	550.597.280,50
2.2.7.2.2.05.02	OBRIGAÇÃO ATUAL DE COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA RPPS - FUNDO EM REPARTIÇÃO - BENEFÍCIOS A CONCEDER (INTRA OFSS)	227.839.479,95

PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS - REGISTROS CONTÁBEIS NOME DO MUNICÍPIO: TRÊS CORAÇÕES ESTADO: MG DRAA/DADOS CADASTRAIS DO MÊS DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO DE 2025		
3.9.9.9.2.01.00 (DEBITA)	AJUSTE DO VALOR ATUAL DO PLANO DE EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT DO RPPS	0,00
2.2.7.9.2.00.00 (CREDITA)	OUTRAS PROVISÕES A LONGO PRAZO - INTRA OFSS	0,00
2.2.7.9.2.09.00	Valor Atual da Obrigação com Amortização de Déficit Atuarial - Fundo em Capitalização - Intra OFSS	0,00
NOTAS EXPLICATIVAS: O art. 26, § 3º, da Portaria 1.467/2022 estabelece que para a contabilização das provisões matemáticas deverá ser adotado método de financiamento (atuarial) alinhado às normas de contabilidade aplicáveis ao setor público e no caso de utilização de outro método para a avaliação atuarial, seus resultados deverão ser apresentados em notas explicativas. A 9ª edição do MCASP, aplicável a partir de 2022, estabelece, na Parte III, Capítulo 4, normas para a contabilização dos RPPS, determinando que o método de financiamento a ser usado para a contabilização das provisões matemáticas é o Crédito Unitário Projetado (PUC).		

Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

14. PROJEÇÕES ATUARIAIS – LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

QUADRO 30: LRF ART. 4º, § 2º, INCISO IV, ALÍNEA A

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ANO	FLUXO MONETÁRIO			
	RECEITA	DESPESA	SALDO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO
2025	0,00	0,00	0,00	5.800.347,62
2026	13.538.432,18	49.200.538,04	(35.662.105,86)	(29.861.758,24)
2027	13.262.126,54	51.867.024,24	(38.604.897,71)	(68.466.655,95)
2028	13.115.777,62	53.310.039,20	(40.194.261,58)	(108.660.917,53)
2029	12.944.968,09	54.724.592,38	(41.779.624,29)	(150.440.541,81)
2030	12.919.263,60	55.016.947,13	(42.097.683,53)	(192.538.225,34)
2031	12.858.968,32	55.368.530,24	(42.509.561,92)	(235.047.787,26)
2032	12.813.439,75	55.500.918,99	(42.687.479,24)	(277.735.266,50)
2033	12.527.847,42	58.328.170,92	(45.800.323,50)	(323.535.590,00)
2034	12.209.598,87	61.239.387,49	(49.029.788,62)	(372.565.378,62)
2035	12.144.013,51	61.368.747,43	(49.224.733,92)	(421.790.112,54)
2036	11.974.963,95	62.289.698,69	(50.314.734,74)	(472.104.847,28)
2037	11.957.361,88	61.885.597,29	(49.928.235,41)	(522.033.082,69)
2038	11.775.626,06	62.580.795,67	(50.805.169,61)	(572.838.252,30)
2039	11.553.192,62	63.830.489,55	(52.277.296,93)	(625.115.549,23)
2040	11.582.836,99	62.767.184,49	(51.184.347,50)	(676.299.896,73)
2041	11.585.095,48	61.798.195,35	(50.213.099,86)	(726.512.996,60)
2042	11.613.705,35	60.538.901,01	(48.925.195,66)	(775.438.192,26)
2043	11.619.701,36	59.369.926,58	(47.750.225,22)	(823.188.417,48)
2044	11.642.132,24	57.979.483,83	(46.337.351,59)	(869.525.769,08)
2045	11.703.048,87	56.192.164,38	(44.489.115,50)	(914.014.884,58)
2046	11.763.736,15	54.348.254,93	(42.584.518,78)	(956.599.403,36)
2047	11.827.639,95	52.422.938,84	(40.595.298,88)	(997.194.702,24)
2048	11.891.539,86	50.447.760,76	(38.556.220,90)	(1.035.750.923,14)
2049	11.954.671,76	48.437.772,11	(36.483.100,35)	(1.072.234.023,49)
2050	12.020.469,43	46.402.827,17	(34.382.357,73)	(1.106.616.381,22)
2051	12.083.510,96	44.325.117,28	(32.241.606,32)	(1.138.857.987,54)
2052	12.147.411,00	42.428.179,37	(30.280.768,37)	(1.169.138.755,91)
2053	12.191.423,38	40.891.124,44	(28.699.701,06)	(1.197.838.456,96)
2054	12.197.793,53	39.022.849,08	(26.825.055,55)	(1.224.663.512,51)
2055	12.239.003,21	37.131.606,98	(24.892.603,77)	(1.249.556.116,29)
2056	12.283.675,02	35.429.239,41	(23.145.564,39)	(1.272.701.680,68)
2057	12.309.670,31	34.741.441,61	(22.431.771,29)	(1.295.133.451,98)
2058	12.224.975,52	35.100.561,15	(22.875.585,63)	(1.318.009.037,61)
2059	12.037.362,41	34.863.264,87	(22.825.902,46)	(1.340.834.940,06)
2060	11.920.079,18	34.364.455,43	(22.444.376,25)	(1.363.279.316,31)
2061	11.832.618,42	32.892.368,36	(21.059.749,94)	(1.384.339.066,25)
2062	11.860.255,89	31.591.364,60	(19.731.108,71)	(1.404.070.174,95)

ANO	FLUXO MONETÁRIO			
	RECEITA	DESPESA	SALDO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO
2063	11.875.778,12	30.644.638,50	(18.768.860,38)	(1.422.839.035,33)
2064	11.856.694,54	29.534.515,29	(17.677.820,75)	(1.440.516.856,08)
2065	11.866.615,95	28.877.345,12	(17.010.729,18)	(1.457.527.585,25)
2066	11.831.305,78	28.739.201,73	(16.907.895,95)	(1.474.435.481,20)
2067	11.761.637,87	27.909.830,99	(16.148.193,13)	(1.490.583.674,33)
2068	11.766.316,54	27.851.139,02	(16.084.822,48)	(1.506.668.496,81)
2069	11.688.677,30	27.956.175,32	(16.267.498,02)	(1.522.935.994,83)
2070	11.591.442,46	27.535.643,57	(15.944.201,12)	(1.538.880.195,94)
2071	11.568.536,79	27.045.511,57	(15.476.974,78)	(1.554.357.170,73)
2072	11.563.933,33	26.421.574,54	(14.857.641,21)	(1.569.214.811,94)
2073	11.585.461,89	26.013.079,27	(14.427.617,38)	(1.583.642.429,31)
2074	11.594.208,16	25.616.145,29	(14.021.937,13)	(1.597.664.366,44)
2075	11.607.444,37	25.076.790,25	(13.469.345,87)	(1.611.133.712,32)
2076	11.643.722,63	24.774.255,28	(13.130.532,65)	(1.624.264.244,96)
2077	11.662.003,10	24.336.184,69	(12.674.181,59)	(1.636.938.426,55)
2078	11.696.728,30	24.090.842,06	(12.394.113,76)	(1.649.332.540,32)
2079	11.700.703,23	23.764.708,65	(12.064.005,42)	(1.661.396.545,74)
2080	11.706.529,55	23.293.359,96	(11.586.830,41)	(1.672.983.376,15)
2081	11.729.372,82	22.850.909,44	(11.121.536,61)	(1.684.104.912,76)
2082	11.772.336,31	22.406.564,14	(10.634.227,84)	(1.694.739.140,60)
2083	11.797.930,39	21.993.699,30	(10.195.768,92)	(1.704.934.909,52)
2084	11.840.497,24	21.576.367,73	(9.735.870,49)	(1.714.670.780,01)
2085	11.775.757,09	21.036.689,39	(9.260.932,30)	(1.723.931.712,31)
2086	11.742.458,86	20.557.869,38	(8.815.410,52)	(1.732.747.122,83)
2087	11.769.490,41	20.056.364,49	(8.286.874,08)	(1.741.033.996,92)
2088	11.754.146,06	19.570.726,57	(7.816.580,51)	(1.748.850.577,42)
2089	11.734.525,67	19.063.045,27	(7.328.519,60)	(1.756.179.097,02)
2090	11.741.034,31	18.562.480,27	(6.821.445,96)	(1.763.000.542,98)
2091	11.730.963,20	17.979.026,64	(6.248.063,44)	(1.769.248.606,42)
2092	11.745.460,85	17.390.358,00	(5.644.897,15)	(1.774.893.503,58)
2093	11.766.604,34	16.885.437,72	(5.118.833,37)	(1.780.012.336,95)
2094	11.784.411,77	16.362.987,76	(4.578.575,99)	(1.784.590.912,94)
2095	11.797.610,71	15.901.785,48	(4.104.174,76)	(1.788.695.087,71)
2096	11.801.856,25	15.416.952,02	(3.615.095,77)	(1.792.310.183,48)
2097	11.810.688,63	14.916.676,75	(3.105.988,12)	(1.795.416.171,59)
2098	11.786.187,50	14.546.839,09	(2.760.651,59)	(1.798.176.823,19)
2099	11.804.039,30	14.188.675,75	(2.384.636,45)	(1.800.561.459,64)
2100	11.789.029,05	13.869.233,72	(2.080.204,67)	(1.802.641.664,31)

Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

15. INCONSISTÊNCIAS DA BASE DE DADOS

O quadro a seguir apresenta as inconsistências apuradas nas bases de dados dos servidores ativos, aposentados e pensionistas. Apresenta-se as respectivas premissas técnicas utilizadas para suprir as ausências ou deficiências de informações cadastrais.

QUADRO 31: INCONSISTÊNCIAS DOS SERVIDORES ATIVOS

QUANTIDADE	PERCENTUAL	INCONSISTÊNCIA	AÇÃO
591	100,00%	Tempo de Serviço anterior não informado	Utilizada a idade de 24 anos como idade de entrada no mercado de trabalho
9	1,47%	Servidores com situação funcional "3-Licenciado(a) sem Remuneração"	Exclusão da base de dados
5	0,82%	Servidores com situação funcional "5-Cedido(a) sem Ônus"	Exclusão da base de dados
1	0,16%	Servidor com situação "Demitido"	Exclusão da base de dados
7	1,14%	Servidores com situação "Aposentado"	Exclusão da base de dados

Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

16. DURAÇÃO DO PASSIVO

A duração do passivo corresponde à média dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios do RPPS, líquidos das contribuições dos aposentados e pensionistas, ponderada pelos valores presentes desses fluxos.

QUADRO 32: EVOLUÇÃO DA DURAÇÃO DO PASSIVO

EXERCÍCIO	DURAÇÃO DO PASSIVO (DURATION) EM ANOS
2020	-
2021	-
2022	16,30
2023	16,85
2024	14,19
2025	13,30

Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

17. PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS PARA OS PRÓXIMOS DOZE MESES

A tabela abaixo apresenta a projeção das reservas matemáticas para os próximos 12 meses.

QUADRO 33: PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS PARA OS PRÓXIMOS DOZE MESES

MÊS	VASF	VABF CONCEDIDO	VACF CONCEDIDO	PMBC	VABF A CONCEDER	VACF ENTE	VACF SERVIDORES	PMBAC	VACOMPREV A RECEBER	VACOMPREV A PAGAR
0	186.917.601,00	587.266.242,56	7.305.649,93	579.960.592,63	248.665.722,54	11.534.999,32	5.767.499,66	231.363.223,57	30.802.174,34	-
1	187.950.838,28	589.881.153,71	7.320.261,23	582.560.892,48	248.736.550,26	11.537.065,79	5.769.566,13	231.429.918,34	30.938.934,66	-
2	188.988.835,91	592.507.656,72	7.334.901,75	585.172.754,97	248.807.519,63	11.541.208,26	5.773.708,60	231.492.602,77	31.076.302,18	-
3	190.031.615,37	595.145.803,01	7.349.571,56	587.796.231,45	248.878.630,94	11.547.436,29	5.779.936,63	231.551.258,02	31.214.279,62	-
4	191.079.198,22	597.795.644,25	7.364.270,70	590.431.373,55	248.949.884,48	11.555.759,48	5.788.259,83	231.605.865,17	31.352.869,66	-
5	192.131.606,16	600.457.232,31	7.378.999,24	593.078.233,07	249.021.280,52	11.566.187,49	5.798.687,84	231.656.405,19	31.492.075,04	-
6	193.188.860,95	603.130.619,33	7.393.757,24	595.736.862,09	249.092.819,35	11.578.730,01	5.811.230,36	231.702.858,98	31.631.898,48	-
7	194.250.984,45	605.815.857,65	7.408.544,75	598.407.312,90	249.164.501,26	11.593.396,78	5.825.897,12	231.745.207,36	31.772.342,74	-
8	195.317.998,63	608.512.999,86	7.423.361,84	601.089.638,02	249.236.326,54	11.610.197,58	5.842.697,92	231.783.431,05	31.913.410,56	-
9	196.389.925,57	611.222.098,76	7.438.208,57	603.783.890,20	249.308.295,46	11.629.142,22	5.861.642,57	231.817.510,67	32.055.104,71	-
10	197.466.787,41	613.943.207,42	7.453.084,98	606.490.122,44	249.380.408,33	11.650.240,60	5.882.740,94	231.847.426,79	32.197.427,99	-
11	198.548.606,42	616.676.379,11	7.467.991,15	609.208.387,96	249.452.665,42	11.673.502,61	5.906.002,95	231.873.159,86	32.340.383,17	-
12	199.635.404,97	619.421.667,36	7.482.927,14	611.938.740,22	249.525.067,02	11.698.938,22	5.931.438,56	231.894.690,25	32.483.973,06	-

Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

18. GLOSSÁRIO DE TERMOS TÉCNICOS ATUARIAIS

- ✓ **Alíquota de contribuição normal:** percentual de contribuição, instituído em lei do ente federativo, definido, a cada ano, para cobertura do custo normal e cujos valores são destinados à constituição de reservas com a finalidade de prover o pagamento de benefícios.
- ✓ **Alíquota de contribuição suplementar:** percentual de contribuição extraordinária, estabelecido em lei do ente federativo, para cobertura do custo suplementar e equacionamento do déficit atuarial.
- ✓ **Análise de sensibilidade:** método que busca mensurar o efeito de uma hipótese ou premissa no resultado final de um estudo ou avaliação atuarial.
- ✓ **Aposentadoria:** benefício concedido aos segurados ativos do RPPS em prestações continuadas e nas condições previstas na Constituição Federal, nas normas gerais de organização e funcionamento desses regimes e na legislação do ente federativo.
- ✓ **Aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho:** benefício concedido aos segurados do RPPS que, por doença ou acidente, forem considerados, por perícia médica do ente federativo ou da unidade gestora do RPPS, incapacitados para exercer suas atividades ou outro tipo de serviço que lhes garanta o sustento, nas condições previstas na Constituição Federal, nas normas gerais de organização e funcionamento desses regimes e na legislação do ente federativo.
- ✓ **Ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios:** somatório dos recursos provenientes das contribuições, das disponibilidades decorrentes das receitas correntes e de capital e demais ingressos financeiros auferidos pelo RPPS, e dos bens, direitos, ativos financeiros e ativos de qualquer natureza vinculados, por lei, ao regime, destacados como investimentos e avaliados pelo seu valor justo, conforme normas contábeis aplicáveis

ao setor público, excluídos os recursos relativos ao financiamento do custo administrativo do regime e aqueles vinculados aos fundos para oscilação de riscos e os valores das provisões para pagamento dos benefícios avaliados em regime de repartição simples e de repartição de capitais de cobertura.

✓ **Atuário:** profissional técnico especializado, bacharel em Ciências Atuariais e legalmente habilitado para o exercício da profissão nos termos do Decreto-lei nº 806, de 04 de setembro de 1969.

✓ **Auditoria atuarial:** exame dos aspectos atuariais do plano de benefícios do RPPS realizado por atuário ou empresa de consultoria atuarial certificada, na forma de instrução normativa específica, com o objetivo de verificar e avaliar a coerência e a consistência da base cadastral, das bases técnicas adotadas, da adequação do plano de custeio, dos montantes estimados para as provisões (reservas) matemáticas e fundos de natureza atuarial, bem como de demais aspectos que possam comprometer a liquidez e solvência do plano de benefícios.

✓ **Avaliação atuarial:** documento elaborado por atuário, em conformidade com as bases técnicas estabelecidas para o plano de benefícios do RPPS, que caracteriza a população segurada e a base cadastral utilizada, discrimina os encargos, estima os recursos necessários e as alíquotas de contribuição normal e suplementar do plano de custeio de equilíbrio para todos os benefícios do plano, que apresenta os montantes dos fundos de natureza atuarial, das reservas técnicas e provisões matemáticas a contabilizar, o fluxo atuarial e as projeções atuariais exigidas pela legislação pertinente e que contem parecer atuarial conclusivo relativo à solvência e liquidez do plano de benefícios.

✓ **Bases técnicas:** premissas, pressupostos, hipóteses e parâmetros biométricos, demográficos, econômicos e financeiros utilizados e adotados no plano de benefícios pelo atuário, com a concordância dos representantes do RPPS, adequados e aderentes às

características da massa de segurados e beneficiários do RPPS e ao seu regramento. Como bases técnicas entendem-se, também, os regimes financeiros adotados para o financiamento dos benefícios, as tábuas biométricas utilizadas, bem como fatores e taxas utilizados para a estimação de receitas e encargos.

- ✓ **Beneficiário:** a pessoa física amparada pela cobertura previdenciária do RPPS, compreendendo o segurado e seus dependentes.
- ✓ **Conselho deliberativo:** órgão colegiado instituído na estrutura do ente federativo ou da unidade gestora do RPPS para o atendimento ao critério de organização e funcionamento desse regime pelo qual deve ser garantida a participação de representantes dos beneficiários do regime, nos colegiados ou instâncias de decisão em que seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação.
- ✓ **Conselho fiscal:** órgão colegiado instituído na estrutura do ente federativo ou da unidade gestora do RPPS que supervisiona a execução das políticas formuladas pelo conselho deliberativo e as medidas e ações desenvolvidas pelo órgão de direção do RPPS.
- ✓ **Custeio administrativo:** é a contribuição considerada na avaliação atuarial, expressa em alíquota e estabelecida em lei para o financiamento do custo administrativo do RPPS.
- ✓ **Custo administrativo:** o valor correspondente às necessidades de custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento da unidade gestora do RPPS, inclusive para a conservação de seu patrimônio, conforme limites estabelecidos em parâmetros gerais.
- ✓ **Custo normal:** o valor correspondente às necessidades de custeio do plano de benefícios do RPPS, atuarialmente calculadas, conforme os regimes financeiros adotados,

referentes a períodos compreendidos entre a data da avaliação e a data de início dos benefícios.

- ✓ **Custo suplementar:** o valor correspondente às necessidades de custeio, atuarialmente calculadas, destinado à cobertura do tempo de serviço passado, ao equacionamento de déficit gerados pela ausência ou insuficiência de alíquotas de contribuição, inadequação das bases técnicas ou outras causas que ocasionaram a insuficiência de ativos necessários à cobertura das provisões matemáticas previdenciárias, de responsabilidade de todos os poderes, órgãos e entidades do ente federativo.
- ✓ **Data focal da avaliação atuarial:** data na qual foram posicionados, a valor presente, os encargos, as contribuições e aportes relativos ao plano de benefícios, bem como o ativo real líquido e na qual foi apurado o resultado e a situação atuarial do plano. Nas avaliações atuariais anuais, a data focal é a data do último dia do ano civil, 31 de dezembro.
- ✓ **Déficit atuarial:** resultado negativo apurado por meio do confronto entre o somatório dos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios e os valores atuais do fluxo de contribuições futuras, do fluxo dos valores líquidos da compensação financeira a receber e do fluxo dos parcelamentos vigentes a receber, menos o somatório dos valores atuais dos fluxos futuros de pagamento dos benefícios do plano de benefícios.
- ✓ **Déficit financeiro:** valor da insuficiência financeira, período a período, apurada por meio do confronto entre o fluxo das receitas e o fluxo das despesas do RPPS em cada exercício financeiro.
- ✓ **Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial (DRAA):** documento elaborado em conformidade com os atos normativos da Secretaria de Previdência do Ministério da Previdência, exclusivo de cada RPPS, que demonstra, de forma resumida, as características gerais do plano de benefícios, da massa segurada pelo plano e os principais resultados da avaliação atuarial.

- ✓ **Dependente previdenciário:** a pessoa física que mantenha vinculação previdenciária com o segurado, na forma da lei.
- ✓ **Dirigente da unidade gestora do RPPS:** representante legal da unidade gestora do RPPS que compõe o seu órgão de direção ou diretoria executiva.
- ✓ **Duração do passivo:** a média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios de cada plano, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios, conforme instrução normativa da Secretaria de Previdência.
- ✓ **Ente federativo:** a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- ✓ **Equacionamento de déficit atuarial:** decisão do ente federativo quanto às formas, prazos, valores e condições em que se dará o completo reequilíbrio do plano de benefícios do RPPS, observadas as normas legais e regulamentares.
- ✓ **Equilíbrio atuarial:** garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, ambas estimadas e projetadas atuarialmente, até a extinção da massa de segurados a que se refere; expressão utilizada para denotar a igualdade entre o total dos recursos garantidores do plano de benefícios do RPPS, acrescido das contribuições futuras e direitos, e o total de compromissos atuais e futuros do regime.
- ✓ **Equilíbrio financeiro:** garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações do RPPS em cada exercício financeiro.
- ✓ **Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média:** a média das Estruturas a Termo de Taxa de Juros diárias embasadas nos títulos públicos federais indexados ao Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA, conforme instrução normativa da Secretaria de Previdência.

- ✓ **Evento gerador do benefício:** evento que gera o direito e torna o segurado do RPPS ou o seu dependente elegível ao benefício.

- ✓ **Fluxo atuarial:** discriminação dos fluxos de recursos, direitos, receitas e encargos do plano de benefícios do RPPS, benefício a benefício, período a período, que se trazidos a valor presente pela taxa atuarial de juros adotada no plano, convergem para os resultados do Valor Atual dos Benefícios Futuros e do Valor Atual das Contribuições Futuras que deram origem aos montantes dos fundos de natureza atuarial, às provisões matemáticas (reservas) a contabilizar e ao eventual deficit ou superavit apurados da avaliação atuarial.

- ✓ **Fundo em capitalização:** fundo especial, instituído nos termos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, com a finalidade de acumulação de recursos para pagamento dos compromissos definidos no plano de benefícios do RPPS, no qual o benefício de aposentadoria por tempo de contribuição e idade foi estruturado sob o regime financeiro de capitalização e os demais benefícios em conformidade com as regras dispostas nesta Portaria MTP nº 1.467/2022.

- ✓ **Fundo em repartição:** fundo especial, instituído nos termos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, em caso de segregação da massa, em que as contribuições a serem pagas pelo ente federativo, pelos segurados ativos, aposentados e pensionistas vinculados ao RPPS são fixadas sem objetivo de acumulação de recursos, sendo as insuficiências aportadas pelo ente federativo, admitida a constituição de fundo para oscilação de riscos.

- ✓ **Fundo para oscilação de riscos:** valor destinado à cobertura de riscos decorrentes de desvios das hipóteses adotadas na avaliação atuarial ou com o objetivo de antisseleção de riscos, cuja finalidade é manter nível de estabilidade do plano de custeio do RPPS e garantir sua solvência.

- ✓ **Ganhos e perdas atuariais:** demonstrativo sobre o ajuste entre a realidade e a expectativa que se tinha quando da formulação do plano de custeio, acerca do comportamento das hipóteses ou premissas atuariais.
- ✓ **Meta de rentabilidade:** é a taxa real anual de retorno esperada dos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios, definida pela política de investimentos do RPPS.
- ✓ **Método de financiamento atuarial:** metodologia adotada pelo atuário para estabelecer o nível de constituição das reservas necessárias à cobertura dos benefícios estruturados no regime financeiro de capitalização, em face das características biométricas, demográficas, econômicas e financeiras dos segurados e beneficiários do RPPS.
- ✓ **Nota técnica atuarial (NTA):** documento técnico elaborado por atuário e exclusivo de cada RPPS, em conformidade com a instrução normativa emanada da Secretaria de Previdência do Ministério da Previdência, que contém todas as formulações e expressões de cálculo das alíquotas de contribuição e dos encargos do plano de benefícios, das provisões (reservas) matemáticas previdenciárias e fundos de natureza atuarial, em conformidade com as bases técnicas aderentes à população do RPPS, bem como descreve, de forma clara e precisa, as características gerais dos benefícios, as bases técnicas adotadas e metodologias utilizadas nas formulações.
- ✓ **Órgãos de controle externo:** Os tribunais de contas, responsáveis pela fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos entes federativos e entidades da Administração Pública direta e indireta, nos termos dos arts. 70 a 75 da Constituição Federal e respectivas constituições estaduais, e dos RPPS, na forma do inciso IX do art. 1º da Lei nº 9.717, de 1998.

- ✓ **Parecer atuarial:** documento emitido por atuário que apresenta de forma conclusiva a situação financeira e atuarial do plano de benefícios, no que se refere à sua liquidez de curto prazo e solvência, que certifica a adequação da base cadastral e das bases técnicas utilizadas na avaliação atuarial, a regularidade ou não do repasse de contribuições ao RPPS e a observância do plano de custeio vigente, a discrepância ou não entre o plano de custeio vigente e o plano de custeio de equilíbrio estabelecido na última avaliação atuarial e aponta medidas para a busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial.

- ✓ **Passivo atuarial:** é o valor presente, atuarialmente calculado, dos benefícios referentes aos servidores, dado determinado método de financiamento do plano de benefícios.

- ✓ **Pensionista:** o dependente em gozo de pensão previdenciária em decorrência de falecimento do segurado ao qual se encontrava vinculado.

- ✓ **Plano de benefícios:** benefícios de natureza previdenciária oferecidos aos segurados do RPPS, segundo as regras constitucionais e legais, limitados ao conjunto estabelecido para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

- ✓ **Plano de custeio:** conjunto de alíquotas normais e suplementares e de aportes, discriminados por benefício, para financiamento do plano de benefícios e dos custos com a administração desse plano, necessários para se garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefícios.

- ✓ **Plano de custeio de equilíbrio:** conjunto de alíquotas normais e suplementares e de aportes, discriminadas por benefício, para financiamento do plano de benefícios e dos custos com a administração desse plano, necessárias para se garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefícios, proposto na avaliação atuarial.

- ✓ **Plano de custeio vigente:** conjunto de alíquotas normais e suplementares e de aportes para financiamento do plano de benefícios e dos custos com a administração desse plano, estabelecido em lei pelo ente federativo e vigente na posição da avaliação atuarial.
- ✓ **Projeções atuariais com as alíquotas de equilíbrio:** compreendem as projeções de todas as receitas e despesas do RPPS, considerando o fluxo atuarial dos benefícios calculados pelo regime financeiro de capitalização, os benefícios calculados por capitais de cobertura e os benefícios calculados por repartição simples e taxa de administração, calculados com base nas novas alíquotas de equilíbrio, para atender as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- ✓ **Projeções atuariais com as alíquotas vigentes:** compreendem as projeções de todas as receitas e despesas do RPPS, considerando o fluxo atuarial dos benefícios calculados pelo regime financeiro de capitalização, os benefícios calculados por repartição de capitais de cobertura, os benefícios calculados por repartição simples e taxa de administração, calculados com base nas alíquotas vigentes, para atender as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- ✓ **Provisão matemática de benefícios a conceder:** corresponde ao valor presente dos encargos (compromissos) com um determinado benefício não concedido, líquidos das contribuições futuras e aportes futuros, ambos também a valor presente.
- ✓ **Provisão matemática de benefícios concedidos:** corresponde ao valor presente dos encargos (compromissos) com um determinado benefício já concedido, líquidos das contribuições futuras e aportes futuros, ambos também a valor presente.
- ✓ **Regime financeiro de capitalização:** regime onde há a formação de uma massa de recursos, acumulada durante o período de contribuição, capaz de garantir a geração de

receitas equivalentes ao fluxo de fundos integralmente constituídos, para garantia dos benefícios iniciados após o período de acumulação dos recursos.

- ✓ **Regime financeiro de repartição de capitais de cobertura:** regime no qual o valor atual do fluxo de contribuições normais futuras de um único exercício é igual ao valor atual de todo o fluxo de pagamento de benefícios futuros, fluxo esse considerado até sua extinção e apenas para benefícios cujo evento gerador do benefício venha ocorrer naquele único exercício.
- ✓ **Regime financeiro de repartição simples:** regime em que o valor atual do fluxo de contribuições normais futuras de um único exercício é igual ao valor atual de todo o fluxo de benefícios futuros cujo pagamento venha a ocorrer nesse mesmo exercício.
- ✓ **Regime Geral de Previdência Social - RGPS:** regime de filiação obrigatória para os trabalhadores não vinculados a regime próprio de previdência social.
- ✓ **Regime Próprio de Previdência Social - RPPS:** o regime de previdência estabelecido no âmbito do ente federativo e que assegure por lei, a todos os servidores titulares de cargo efetivos, pelo menos os benefícios de aposentadoria e pensão por morte previstos no art. 40 da Constituição Federal.
- ✓ **Relatório da avaliação atuarial:** documento elaborado por atuário legalmente habilitado que apresenta os resultados do estudo técnico desenvolvido, baseado na Nota Técnica Atuarial e demais bases técnicas, com o objetivo principal de estabelecer, de forma suficiente e adequada, os recursos necessários para a garantia do equilíbrio financeiro e atuarial do plano de previdência.
- ✓ **Relatório de análise das hipóteses:** instrumento de responsabilidade da unidade gestora do RPPS, elaborado por atuário legalmente responsável, pelo qual demonstra-se a

adequação e aderência das bases técnicas adotadas na avaliação atuarial do regime próprio às características da massa de beneficiários do regime, às normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS e às normas editadas pelo ente federativo.

- ✓ **Reserva administrativa:** constituída com os recursos destinados ao financiamento do custo administrativo do RPPS, relativos ao exercício corrente ou de sobras de custeio de exercícios anteriores e respectivos rendimentos, provenientes de alíquota de contribuição integrante do plano de custeio normal, aportes preestabelecidos para essa finalidade, repasses financeiros ou pagamentos diretos pelo ente federativo ou destinados a fundo administrativo instituído nos termos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.
- ✓ **Reserva de contingência:** montante decorrente do resultado superavitário, para garantia de benefícios.
- ✓ **Resultado atuarial:** resultado apurado por meio do confronto entre o somatório dos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios com os valores atuais do fluxo de contribuições futuras, do fluxo dos valores líquidos da compensação financeira a receber, menos o somatório dos valores atuais dos fluxos futuros de pagamento dos benefícios do plano de benefícios, sendo superavitário caso as receitas superem as despesas, e, deficitário, em caso contrário.
- ✓ **Segregação da massa:** a separação dos segurados do plano de benefícios do RPPS em grupos distintos que integrarão o Fundo em Capitalização e o Fundo em Repartição.
- ✓ **Segurado:** o servidor público civil titular de cargo efetivo, o magistrado e o membro do Ministério Público e de tribunal de contas, ativo e aposentado; o militar estadual ativo, da reserva remunerada ou reformado, com vinculação previdenciária ao RPPS, abrangendo os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, instituições, órgãos e entidades autônomas.

- ✓ **Segurado aposentado:** o segurado em gozo de aposentadoria.
- ✓ **Segurado ativo:** o segurado que esteja em fase laborativa.
- ✓ **Serviço passado:** parcela do passivo atuarial do servidor ativo correspondente ao período anterior a seu ingresso no RPPS do ente, para a qual não exista compensação previdenciária integral. No caso do aposentado ou pensionista, é a parcela do passivo atuarial referente a esses beneficiários, relativa ao período anterior à assunção pelo regime próprio e para o qual não houve contribuição para o correspondente custeio.
- ✓ **Sobrevida média dos aposentados e pensionistas:** representa a sobrevida média da tábua de mortalidade na data da avaliação atuarial e expresso em anos dos aposentados, pensionistas vitalícios e da duração do tempo do benefício das pensões temporárias, conforme instrução normativa da Secretaria de Previdência.
- ✓ **Superavit atuarial:** resultado positivo apurado por meio do confronto entre o somatório dos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios com os valores atuais do fluxo de contribuições futuras e do fluxo dos valores líquidos da compensação financeira a receber, menos o somatório dos valores atuais dos fluxos futuros de pagamento dos benefícios do plano de benefícios.
- ✓ **Tábuas biométricas:** instrumentos demográficos estatísticos utilizados nas bases técnicas da avaliação atuarial que estimam as probabilidades de ocorrência de eventos relacionados de determinado grupo de pessoas, tais como: sobrevivência, mortalidade, invalidez, morbidade, etc.
- ✓ **Taxa atuarial de juros:** é a taxa anual de retorno esperada dos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios do RPPS, no horizonte de longo prazo, utilizada no cálculo dos direitos e compromissos do plano de benefícios a valor presente, sem utilização do índice oficial de inflação de referência do plano de benefícios.

- ✓ **Taxa de administração:** compreende os limites a que o custo administrativo está submetido, expressos em termos de alíquotas e calculados nos termos dos parâmetros e diretrizes gerais para a organização e funcionamento dos RPPS.
- ✓ **Taxa de juros parâmetro:** aquela cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média, divulgada anualmente pela Secretaria de Previdência, seja o mais próximo à duração do passivo do respectivo plano de benefícios.
- ✓ **Valor atual das contribuições futuras:** valor presente atuarial do fluxo das futuras contribuições de um plano de benefícios, considerando as bases técnicas indicadas na Nota Técnica Atuarial e os preceitos da Ciência Atuarial.
- ✓ **Valor atual dos benefícios futuros:** valor presente atuarial do fluxo de futuros pagamentos de benefícios de um plano de benefícios, considerados as bases técnicas indicadas na Nota Técnica Atuarial e os preceitos da Ciência Atuarial.
- ✓ **Viabilidade financeira:** capacidade de o ente federativo dispor de recursos financeiros suficientes para honrar os compromissos previstos no plano de benefícios do RPPS.
- ✓ **Viabilidade fiscal:** capacidade de cumprimento dos limites fiscais previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.
- ✓ **Viabilidade orçamentária:** capacidade de o ente federativo consignar receitas e fixar despesas, em seu orçamento anual, suficientes para honrar os compromissos com o RPPS.
- ✓ **Unidade gestora:** a entidade ou órgão integrante da estrutura da administração pública do ente federativo que tenha por finalidade a administração, o gerenciamento e a operacionalização do RPPS, incluindo a arrecadação e a gestão de recursos, a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios.

- ✓ **Valor Justo:** valor pelo qual um ativo pode ser negociado ou um passivo liquidado entre as partes interessadas em condições ideais e com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação de comercialização.



AVALIAÇÃO ATUARIAL 2026

MUNICÍPIO DE TRÊS CORAÇÕES/MG INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES – IPRECOR PLANO PREVIDENCIÁRIO

Perfil Atuarial: II

Data Focal dos Dados: 31 de dezembro de 2025

Nota Técnica: 2026.000507.1

Versão: 01

Data de elaboração: 24/03/2026

SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente relatório tem por finalidade apresentar os resultados da avaliação atuarial, na data focal de 31/12/2025, contemplando as normas gerais aplicáveis aos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS e a legislação editada pelo ente federativo.

A Avaliação Atuarial tem por objetivo dimensionar a situação financeiro-atuarial do RPPS, de acordo com a metodologia, hipóteses e premissas constantes na Nota Técnica Atuarial - NTA.

A base cadastral dos servidores ativos, inativos e dos pensionistas vinculados ao RPPS foi fornecida pelo Ente Federativo e pela unidade gestora do RPPS, sendo a veracidade de exclusiva responsabilidade destes. Foi realizada uma análise da qualidade das informações e foram feitas recomendações, quando necessário, para compor uma base mais fidedigna.

O Instituto de Previdência Municipal de Três Corações, na data da avaliação, possuía um grupo de 867 segurados, composto por ativos, aposentados e pensionistas. O somatório dos ativos, bens e direitos destinados a cobertura dos benefícios dos segurados, pelo Regime, totalizava um montante de R\$ 61.918.437,86. Os benefícios atendidos pelo RPPS hoje são: Aposentadoria por tempo de contribuição, Aposentadoria por idade, Compulsória, Especial de Professor, Incapacidade Permanente para o Trabalho e Pensão por Morte.

Considerando os benefícios atendidos, o plano de custeio vigente, a metodologia de cálculo e demais variáveis, a avaliação atuarial apurou um superávit no valor de R\$ 56.405.864,96, o qual deverá ser financiado pelo Ente Federativo através do custeio suplementar (especial). No custo normal foram utilizadas as alíquotas de custeio de 28,00% para o Ente e para os segurados 14,00% conforme legislação municipal vigente.

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO	2
1.INTRODUÇÃO	5
2.INDICADOR DE SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA.....	7
3.COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO	7
3.1.Servidores Ativos	8
3.2.Aposentados	12
3.3.Pensionistas	14
4.BASES TÉCNICAS E PREMISSAS.....	15
4.1.Premissas Atuariais	16
4.2.Regimes Financeiros e Métodos de Financiamento	16
5.DURATION DO PASSIVO x TAXA DE JUROS	17
6.RESULTADO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL	18
7.PLANO DE CUSTEIO	20
7.1.Custo Normal	20
8.EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL.....	22
9.VARIAÇÃO NO CUSTO PREVIDENCIÁRIO	22
10.ANÁLISE DE SENSIBILIDADE	24
10.1 Impacto do Crescimento Salarial no Custo Normal.....	24
10.2 Impacto da Expectativa de Vida no Custo Normal	25
10.3 Impacto da variação da Idade Média.....	26
10.4 Impacto da Variação na Idade Média de Aposentadoria.....	27
10.5 Taxa de Juros.....	28
11.INDICADORES DE SOLVÊNCIA.....	29
12.PARECER ATUARIAL	31
12.1.Perspectivas de alteração futura no perfil e na composição da massa de segurados.....	31
12.2.Adequação da base de dados utilizada e respectivos impactos em relação aos resultados apurados	32

12.3. Análise dos regimes financeiros e métodos atuariais adotados e perspectivas futuras de comportamento dos custos e dos compromissos do Plano de Benefícios	32
12.4. Adequação das hipóteses utilizadas às características da massa de segurados e de seus dependentes e análises de sensibilidade para os resultados	33
12.5. Metodologia utilizada para a determinação do valor da compensação previdenciária a receber e impactos nos resultados	34
12.6. Composição e características dos ativos garantidores do Plano de Benefícios	35
12.7. Variação dos compromissos do Plano (VABF e VACF)	36
12.8. Resultado da Avaliação Atuarial e situação financeira e atuarial do RPPS	37
12.9. Plano de Custeio a ser implementado e medidas para a manutenção do Equilíbrio Financeiro e Atuarial	37
12.10. Parecer sobre a análise comparativa dos resultados das Avaliações Atuariais	38
12.11. Identificação dos principais riscos do Plano de Benefícios	42
12.12. Considerações Finais	43
13. PROJEÇÃO ATUARIAL	44
14. REGISTROS CONTÁBEIS DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS	47
15. PROJEÇÕES ATUARIAIS – LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	50
16. INCONSISTÊNCIAS DA BASE DE DADOS	52
17. DURAÇÃO DO PASSIVO	53
18. VIABILIDADE DO PLANO DE CUSTEIO	54
19. PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS PARA OS PRÓXIMOS DOZE MESES	61
20. GLOSSÁRIO DE TERMOS TÉCNICOS ATUARIAIS	62

1. INTRODUÇÃO

O marco institucional dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS foi a Emenda Constitucional 20/98, seguida pela Emenda Constitucional 41/03. Ambas tiveram por objetivo garantir a sustentabilidade do sistema previdenciário. Entretanto, apesar das reformas citadas, ainda hoje a grande parte dos RPPS dos entes da federação apresenta expressivos déficits atuariais (NOGUEIRA, 2011).¹

Por fim, a Emenda Constitucional nº 103/2019 trouxe diversas regras ao sistema previdenciário nacional. Dentre as imposições com impacto atuarial, restringiu aos RPPS o pagamento de benefícios de aposentadorias e de pensões por morte, determinou novos limites mínimos para o custeio dos segurados e tornou obrigatória a implementação da previdência complementar a todos os RPPS (com a consequente limitação dos benefícios ao teto do RGPS àqueles servidores que ingressarem após a sua criação), cujo prazo se encerrou em 13/11/2021.

Com a publicação desta Emenda Constitucional, fica demonstrada a efetivação de uma política pública específica, voltada ao equilíbrio financeiro e atuarial dos RPPS, que requer a sua inclusão, por meio da atividade planejadora do Ente, em programas de ação governamental continuada, além de envolver a participação dos servidores em sua gestão e exigir o aperfeiçoamento de mecanismos de controle e transparência que possibilitem o acompanhamento da sociedade em geral.

A não implementação do equilíbrio financeiro e atuarial dos regimes de previdência dos servidores públicos poderá se refletir, dentro de alguns anos, em um desequilíbrio nas contas públicas dos entes federativos, ocasionado pelo crescimento contínuo das despesas com pessoal, comprometendo a capacidade de efetivação de outras políticas públicas de

¹ NOGUEIRA, N. G. t Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Out/Dez, 2011, v. 81, n. 4.

interesse dos cidadãos, tais como saúde, educação, segurança e moradia, e conduzindo à necessidade de novas reformas previdenciárias que ameçarão os direitos dos servidores.

Assim o principal objetivo de um sistema previdenciário deve ser evitar a pobreza na velhice suavizando o consumo ao longo da vida. Para tanto é bom que ele seja financiável, sustentável e capaz de suportar variáveis econômicas, demográficas e políticas (HOLZMAN; HINZ, 2005)². Procurando a melhor forma de administrar os recursos, é elaborada a avaliação atuarial dos planos previdenciários que são estruturados segundo um regime financeiro (repartição simples, capital de cobertura ou capitalização) e uma modalidade – contribuição definida, benefício definido ou contribuição variável. No caso dos Regimes Próprios de Previdência é adotada a modalidade de benefício definido.

Os regimes financeiros são métodos adotados para proverem os recursos necessários ao cumprimento das obrigações assumidas pelo plano de benefícios.

Na apuração dos passivos e custos dos benefícios de aposentadoria programadas e pensões por morte de aposentado, adotamos o regime de capitalização, através do método de financiamento IEN – ENTRY AGE NORMAL (Idade Normal de Entrada), reconhecido pela Portaria MTP nº 1.467/2022.

A aplicação do método atuarial EAN/IEN – ENTRY AGE NORMAL (Idade Normal de Entrada) pressupõe uma premissa que permite estabelecer um Custo Normal mais constante ao longo do tempo, fazendo com que os atuários passem a utilizar a acumulação do benefício de forma linear na fase laborativa do participante, utilizando para tal, o tempo de serviço entre a data de admissão e a data prevista para a concessão do benefício. Isso permite que o custo do plano de benefícios seja mais uniforme ao longo do tempo.

² HOLZMAN, R.; HINZ, R. Old-Age Income Support in the Twenty-first Century: Na International Perspective on Pension Systems na Reform. Banco Mundial.

No desenvolvimento da avaliação atuarial, as hipóteses biométricas são caracterizadas por tabuas biométricas de mortalidade de válidos ou inválidos e de entrada em invalidez. Elas são instrumentos que medem a probabilidade de um Participante Ativo ou Assistido vir a falecer, ou de participantes ativos solicitarem benefícios de aposentadoria por invalidez. Os parâmetros e hipóteses atuariais devem ser imparciais (não viesados) e mutuamente compatíveis, sendo que, para a realização da Avaliação Atuarial para fins da Portaria MTP nº 1.467/2022, as hipóteses consideradas são definidas em consonância ao normativo mencionado.

Em atendimento à Lei nº. 9.717/98, Portaria MTP nº 1.467/2022, e alicerçado nas Emendas Constitucionais n.º: 20/98, nº 41/03, nº 47/05, nº 70/12, pretendeu-se avaliar atuarialmente o plano de benefícios dos servidores e assistidos do Município de Três Corações para a garantia do equilíbrio financeiro e atuarial. Em relação aos impactos da Emenda Constitucional nº 103/2019, foram contempladas nesta avaliação atuarial apenas as determinações de aplicação imediata, uma vez que o Município não alterou a sua legislação municipal.

2. INDICADOR DE SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

QUADRO 1: POPULAÇÃO ESTUDADA

DISCRIMINAÇÃO	DADO
Grupo	MÉDIO PORTE
Subgrupo	MAIOR MATURIDADE
Indicador de Situação Previdenciária	C
Perfil Atuarial	II

Fonte: SPREV – ISP-RPPS 2025.

Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

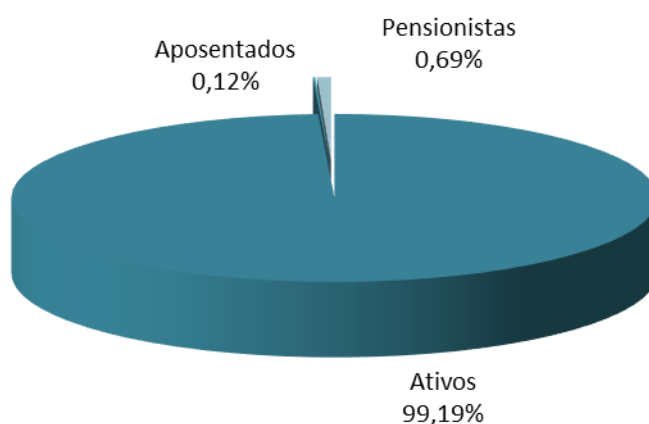
3. COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO

Foram remetidos dados sobre os servidores efetivos, aposentados e pensionistas do Município de Três Corações. Os quadros e gráficos seguintes apresentam o resumo estatístico da massa de servidores utilizados no estudo.

QUADRO 2: POPULAÇÃO ESTUDADA

DISCRIMINAÇÃO	FOLHA MENSAL	QUANTIDADE	REMUNERAÇÃO MÉDIA
Servidores Ativos	R\$2.415.342,63	860	R\$2.808,54
Aposentados	R\$1.558,46	1	R\$1.558,46
Pensionistas	R\$15.385,50	6	R\$2.564,25
Total	R\$2.432.286,59	867	R\$2.805,41

Fonte: Banco de Dados disponibilizados pelo IPRECOR- FUNDO PREVIDENCIÁRIO.
 Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

GRAFICO 1: POPULAÇÃO ESTUDADA

3.1. Servidores Ativos

A base de dados dos servidores ativos contemplou 860 registros, um para cada servidor efetivo do Município de Três Corações, com ano de referência, mês, composição da massa, CNPJ, denominação do Ente, Poder, tipo, população coberta, especificação do cargo, critério de elegibilidade, identificação do segurado – matrícula, identificação do segurado – CPF, identificação do segurado – PASEP, sexo, estado civil, data de nascimento, situação funcional, tipo de vínculo, data de ingresso no Ente, data de ingresso na carreira atual, identificação da carreira atual, data de início de exercício no cargo atual, identificação do cargo atual, base de cálculo mensal do servidor ativo, remuneração mensal total do servidor ativo, contribuição mensal, segura em abono permanência, data de início do abono permanência, previdência complementar, teto constitucional remuneratório específico, tempo de contribuição do servidor ativo anterior à admissão no Ente para o RGPS, tempo de contribuição do servidor

ativo anterior à admissão no Ente para outros RPPS, número de dependentes do servidor ativo, data de nascimento do dependente, condição do dependente e tipo de dependência.

O quadro a seguir apresenta o resumo dados dos servidores ativos segmentados entre sexos masculino e feminino. Conforme as regras atuais de concessão do benefício de aposentadoria as servidoras têm cinco anos de redução na idade e no tempo de contribuição, em relação aos servidores, para preenchimento dos requisitos mínimos.

QUADRO 3: RESUMO DOS DADOS DOS SERVIDORES ATIVOS

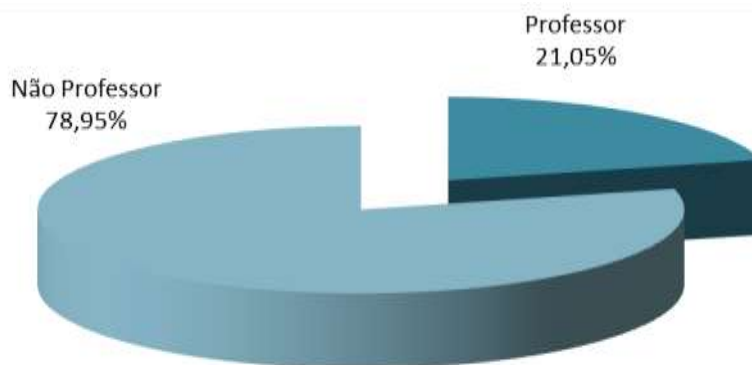
DESCRIÇÃO	SEXO		TOTAL
	FEMININO	MASCULINO	
Frequência	619	241	860
Idade Média	44	42	43
Idade Média de Admissão	39	37	39
Idade Média de Aposentadoria Projetada	67	69	67
Remuneração Média	R\$2.805,09	R\$2.817,39	R\$2.808,54
Remuneração Total	R\$1.736.352,68	R\$678.989,94	R\$2.415.342,63

Fonte: Banco de Dados disponibilizados pelo IPRECOR- FUNDO PREVIDENCIÁRIO.

Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

O gráfico a seguir apresenta a proporção de servidores ativos segmentados entre professores e não-professores. Conforme as regras atuais de concessão do benefício de aposentadoria os servidores professores têm cinco anos de redução na idade e no tempo de contribuição, em relação aos demais servidores, para preenchimento dos requisitos mínimos.

GRÁFICO 2: DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES ATIVOS POR TIPO DE CARREIRA

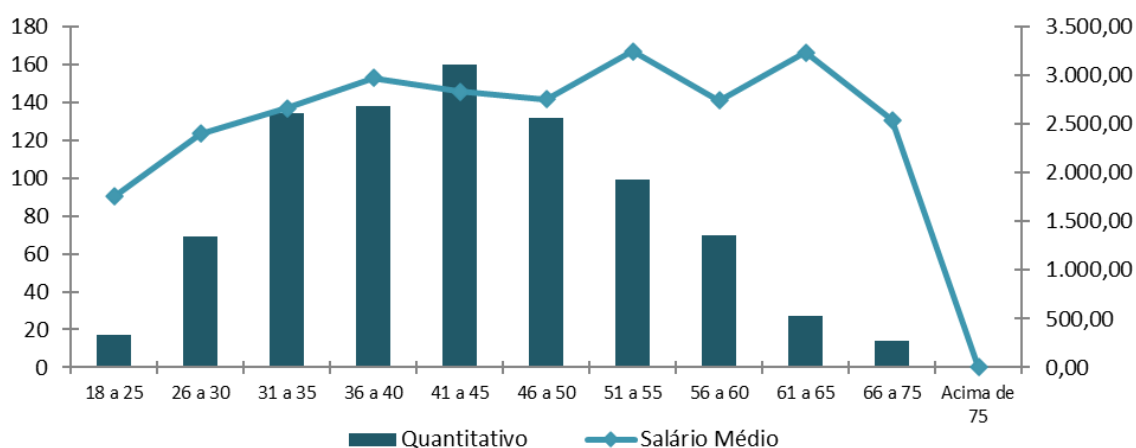


QUADRO 4: DISTRIBUIÇÃO DA FREQUÊNCIA POR IDADE E REMUNERAÇÃO

IDADE - INTERVALO	FREQUÊNCIA	REMUNERAÇÃO MÉDIA (R\$)	REMUNERAÇÃO TOTAL (R\$)
18 a 25	17	R\$1.756,46	R\$29.859,90
26 a 30	69	R\$2.401,97	R\$165.735,84
31 a 35	134	R\$2.662,77	R\$356.810,83
36 a 40	138	R\$2.972,37	R\$410.186,55
41 a 45	160	R\$2.830,63	R\$452.901,08
46 a 50	132	R\$2.756,25	R\$363.824,40
51 a 55	99	R\$3.244,50	R\$321.205,39
56 a 60	70	R\$2.741,57	R\$191.909,58
61 a 65	27	R\$3.233,33	R\$87.299,87
66 a 75	14	R\$2.543,51	R\$35.609,17
Acima de 75	0	R\$0,00	R\$0,00
TOTAL	860	R\$2.808,54	R\$2.415.342,63

Fonte: Banco de Dados disponibilizados pelo IPRECOR – FUNDO PREVIDENCIÁRIO.

Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

GRÁFICO 3: FREQUÊNCIA POR IDADE DE ADMISSÃO

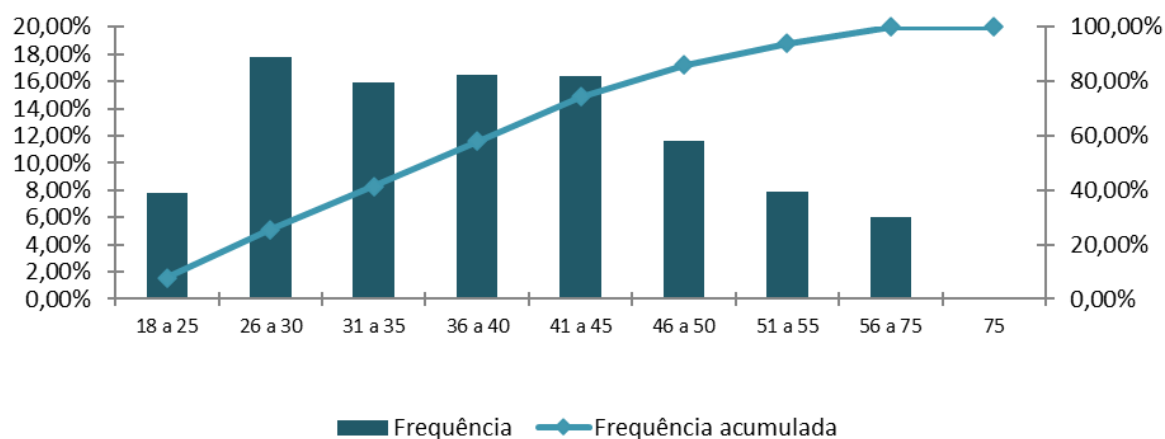
Os dados relativos à admissão e tempo anterior, combinados com a idade, são os ingredientes para a definição de uma função vital no estudo em epígrafe, que é o tempo que falta para a aposentadoria.

QUADRO 5: DISTRIBUIÇÃO DA FREQUÊNCIA DA IDADE DE ADMISSÃO

INTERVALO	QUANTITATIVO	FREQUÊNCIA	FREQUÊNCIA ACUMULADA
18 a 25	67	7,79%	7,79%
26 a 30	153	17,79%	25,58%
31 a 35	137	15,93%	41,51%
36 a 40	142	16,51%	58,02%
41 a 45	141	16,40%	74,42%
46 a 50	100	11,63%	86,05%
51 a 55	68	7,91%	93,96%
56 a 75	52	6,05%	100,00%
75	0	0,00%	100,00%
Total	860	100,00%	100,00%

Fonte: Banco de Dados disponibilizados pelo IPRECOR – FUNDO PREVIDENCIÁRIO.

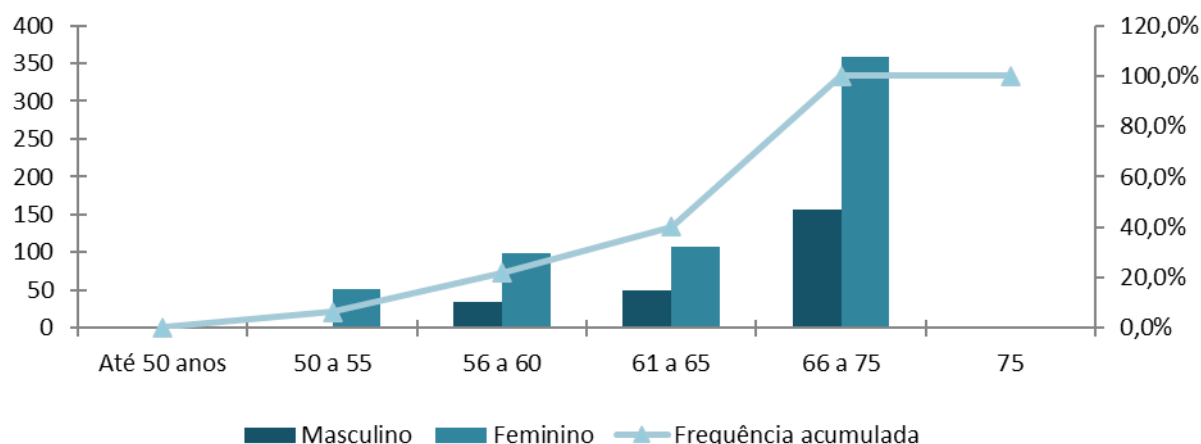
Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

GRÁFICO 4: FREQUÊNCIA DA IDADE DE ADMISSÃO**QUADRO 6: DISTRIBUIÇÃO DA IDADE DE APOSENTADORIA PROJETADA**

INTERVALO	FEMININO	MASCULINO
Até 50 anos	2	0
50 a 55	52	0
56 a 60	99	35
61 a 65	107	50
66 a 75	359	156
Acima de 75	0	0
TOTAL	619	241

Fonte: Banco de Dados disponibilizados pelo IPRECOR – FUNDO PREVIDENCIÁRIO.

Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

GRÁFICO 5: FREQUÊNCIA DOS SERVIDORES ATIVOS POR IDADE PROJETADA DE APOSENTADORIA


3.2. Aposentados

Os arquivos contemplaram as informações de 1 aposentados do IPRECOR. Cada um dos registros continha ano de referência, mês, composição da massa, CNPJ, denominação do Órgão, Poder, tipo, população coberta, especificação do tipo de cargo, tipo do benefício, identificação do aposentado – matrícula, identificação do aposentado – CPF, identificação do aposentado – PIS/PASEP, sexo do aposentado, estado civil do aposentado, data de nascimento do aposentado, data de ingresso no Ente, data de início do benefício de aposentadoria, valor mensal do benefício de aposentadoria, contribuição mensal do aposentado, identificador de paridade com servidores ativos, condição do aposentado, valor *pró-rata* mensal recebido de compensação previdenciária, previdência complementar, teto constitucional remuneratório específico, tempo de contribuição do servidor ativo anterior à admissão no Ente para outro RPPS, número de dependentes do aposentado, data de nascimento do dependente, condição do dependente e tipo de dependência:

QUADRO 7: RESUMO DOS DADOS DOS SERVIDORES APOSENTADOS

DESCRIÇÃO	SEXO		TOTAL
	FEMININO	MASCULINO	
Frequência	0	1	1
Idade Mínima	0	43	43
Idade Média	0	43	43
Idade Máxima	0	43	43
Benefício Médio	R\$0,00	R\$1.558,46	R\$1.558,46
Benefício Total	R\$0,00	R\$1.558,46	R\$1.558,46

Fonte: Banco de Dados disponibilizados pelo IPRECOR – FUNDO PREVIDENCIÁRIO.

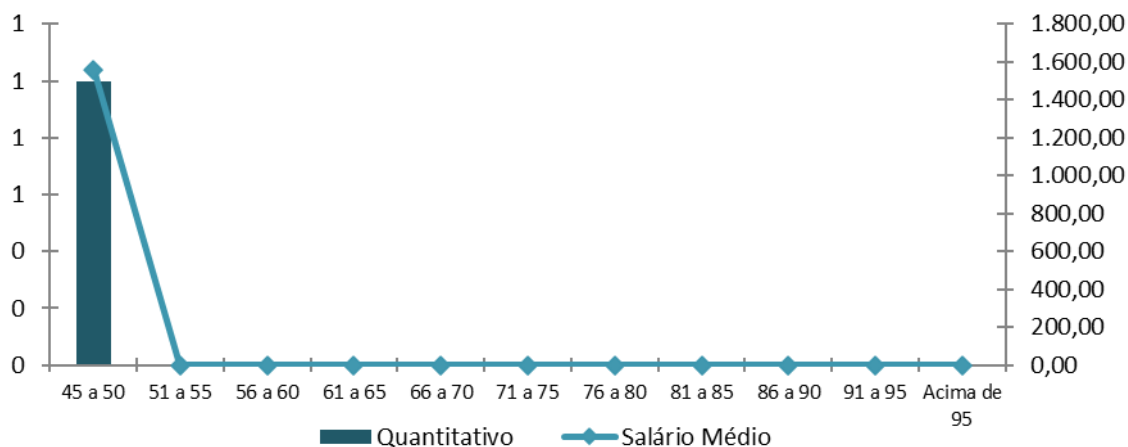
Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

QUADRO 8: DISTRIBUIÇÃO DA FREQUÊNCIA POR IDADE E BENEFÍCIO MÉDIO

IDADE	FREQUÊNCIA	REMUNERAÇÃO MÉDIA (R\$)	REMUNERAÇÃO TOTAL (R\$)
45 a 50	1	1.558,46	1.558,46
51 a 55	0	0,00	0,00
56 a 60	0	0,00	0,00
61 a 65	0	0,00	0,00
66 a 70	0	0,00	0,00
71 a 75	0	0,00	0,00
76 a 80	0	0,00	0,00
81 a 85	0	0,00	0,00
86 a 90	0	0,00	0,00
91 a 95	0	0,00	0,00
Acima de 95	0	0,00	0,00
TOTAL	1	1.558,46	1.558,46

Fonte: Banco de Dados disponibilizados pelo IPRECOR – FUNDO PREVIDENCIÁRIO.

Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

GRÁFICO 6: FREQUÊNCIA DOS APOSENTADOS POR IDADE E PROVENTO MÉDIO

3.3. Pensionistas

O arquivo apresentou informações para 6 pensionistas distribuídos em grupos familiares, contemplando ano de referência, mês, composição da massa, CNPJ, denominação do Órgão, Poder, tipo, identificação do instituidor da pensão, identificação do segurado instituidor da pensão – matrícula, identificação do segurado instituidor da pensão – CPF, identificação do segurado instituidor da pensão – PIS/PASEP, data de nascimento do instituidor da pensão, data do falecimento do instituidor da pensão, identificação do pensionista – CPF, matrícula do pensionista, sexo do pensionista, data de nascimento do pensionista, tipo de relação do pensionista com o segurado instituidor, data de início do benefício de pensão, valor mensal do benefício recebido pelo pensionista, valor total da pensão, valor percentual da quota recebida pelo pensionista, contribuição mensal do pensionista, valor *pró-rata* mensal recebido de compensação previdenciária, identificador de paridade com servidores ativos, condição do pensionista, duração do benefício, tempo de duração do benefício, previdência complementar e teto constitucional remuneratório específico:

Os resumos das informações sobre o conjunto de pensionistas do IPRECOR se encontram detalhados a seguir:

QUADRO 9: RESUMO DOS DADOS DOS PENSIONISTAS

DESCRIÇÃO	SEXO		TOTAL
	FEMININO	MASCULINO	
Frequência	4	2	6
Idade Mínima	18	11	11
Idade Média	30	33	31
Idade Máxima	60	54	60
Benefício Médio	R\$3.069,39	R\$1.553,97	R\$2.564,25
Benefício Total	R\$12.277,56	R\$3.107,94	R\$15.385,50

Fonte: Banco de Dados disponibilizados pelo IPRECOR – FUNDO PREVIDENCIÁRIO.

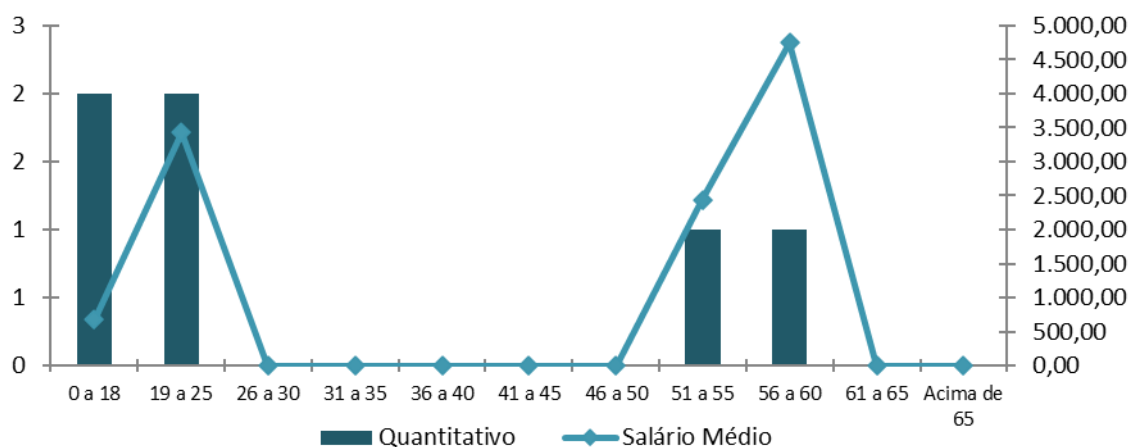
Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

QUADRO 10: DISTRIBUIÇÃO DA FREQUÊNCIA POR IDADE E BENEFÍCIO MÉDIO

IDADE	FREQUENCIA	BENEFÍCIO MÉDIO (R\$)	BENEFÍCIO TOTAL (R\$)
0 a 18	2	672,67	1.345,34
19 a 25	2	3.426,92	6.853,84
26 a 30	0	0,00	0,00
31 a 35	0	0,00	0,00
36 a 40	0	0,00	0,00
41 a 45	0	0,00	0,00
46 a 50	0	0,00	0,00
51 a 55	1	2.435,27	2.435,27
56 a 60	1	4.751,05	4.751,05
61 a 65	0	0,00	0,00
Acima de 65	0	0,00	0,00
TOTAL	6	2.564,25	15.385,50

Fonte: Banco de Dados disponibilizados pelo IPRECOR – FUNDO PREVIDENCIÁRIO.

Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

GRÁFICO 7: FREQUÊNCIA DOS PENSIONISTAS POR IDADE E BENEFÍCIO MÉDIO

4. BASES TÉCNICAS E PREMISSAS

A legislação brasileira estabelece alguns princípios básicos que devem ser seguidos em uma Avaliação Atuarial, define dos métodos aceitáveis para a Avaliação dos custos de cada tipo de benefício e regulamenta a aplicabilidade dos regimes de financiamento em relação aos benefícios oferecidos.

4.1. Premissas Atuariais

Em conformidade com a legislação em vigor, em especial a Portaria MTP nº 1.467, de 02 de junho de 2022, apresentamos a seguir as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras que foram utilizadas na presente Avaliação Atuarial.

Embora o plano seja classificado como de médio porte, não foi realizado o teste de hipóteses obrigatório, conforme estabelecido na Portaria MPS nº 1.467/2022. Dessa forma, para a Avaliação Atuarial de 2026, foram adotadas as premissas atuariais padrão previstas na referida normativa, em conformidade com as disposições regulamentares vigentes, até que sejam realizados os testes necessários para eventual adequação das hipóteses à realidade específica do plano.

QUADRO 11: PREMISSAS

ITEM	HIPÓTESE ADOTADA
Taxa de Juros	6,03% a.a.
Crescimento Salarial	1,00% a. a.
Rotatividade	1,00% a. a.
Taxa de Sobrevivência	IBGE – 2024 (Segregadas por sexo)
Taxa de Mortalidade	IBGE – 2024 (Ambos os sexos)
Taxa de Invalidez	Álvaro Vindas
Salário-Mínimo	R\$ 1.518,00
Compensação Previdenciária	Lei 9.796/96, Decreto 10.188/19 e Portaria 15.829/20
Contribuição do Aposentado (*)	14,00%
Contribuição da Pensionista (*)	14,00%
Contribuição do Servidor Ativo	14,00%
Contribuição Patronal Vigente (Custo Normal)	26,00%
Contribuição Patronal Vigente (Tx. Administrativa)	2,00%
Contribuição Patronal Vigente (Suplementar)	Não há

Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

(*) Contribuição de acordo com Emenda Constitucional 41/03.

4.2. Regimes Financeiros e Métodos de Financiamento

O quadro a seguir apresenta os benefícios oferecidos pelo RPPS, bem como o Regime Financeiro adotado em cada benefício.

QUADRO 12: REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO POR TIPO DE BENEFÍCIO

BENEFÍCIO	REGIME FINANCEIRO	MÉTODO DE FINANCIAMENTO
Aposentadoria Voluntária e Compulsória	CAP	IEN
Reversão da Aposentadoria Voluntária e Compulsória em Pensão	CAP	IEN
Aposentadoria por Incapacidade Permanente para o Trabalho	RCC	---
Reversão da Aposentadoria por Incapacidade Permanente para o Trabalho em Pensão	RCC	---
Pensão por Morte do Servidor Ativo	RCC	---

Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

Onde:

- ✓ **CAP** = Capitalização
- ✓ **RCC** = Repartição de Capitais de Cobertura
- ✓ **IEN** = Idade de Entrada Normal

A metodologia de cálculo, bem como as formulações adotadas para a elaboração desta Avaliação Atuarial de acordo com os Regimes Financeiros e o Método de Custeio descritos no quadro anterior, estão de acordo com a Nota Técnica Atuarial vigente do RPPS.

5. DURATION DO PASSIVO x TAXA DE JUROS

A *Duration do Passivo* corresponde à média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios futuros do plano de benefícios, líquidos das contribuições apuradas conforme o plano de custeio.

Para definição da hipótese da taxa de juros real a ser utilizada nas avaliações atuariais dos RPPS considerou-se a metodologia introduzida a partir da planilha de Fluxos Atuariais que permite o cálculo da *Duration do Passivo*, nos termos do artigo 29º combinado com o artigo 39 da Portaria MTP nº 1.467/2022 e ainda com a redação do artigo 4º do anexo VII da mesma Portaria, alterado pela Portaria MPS nº 2.010/2025:

QUADRO 13: CÁLCULO DA DURATION DO PASSIVO

DURATION AA2025 (EM ANOS)	TAXA DE JUROS DE PARÂMETRO 2026	ADICIONAL (ART. 39 § 4º DA PORTARIA 1.467/22)	TAXA DE JUROS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL 2026
33,82	5,88%	0,15%	6,03%

Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

Conforme disposto no art. 39, § 4º da Portaria 1.467/2022, foi possibilitado o acréscimo de 0,15% a cada ano em que a rentabilidade da carteira de investimentos superou os juros reais da meta atuarial considerando os últimos 5 (cinco) anos.

O IPRECOR atingiu a meta atuarial nos exercícios de 2023, motivo pelo qual o percentual adicional de **0,15%** foi incorporado à taxa parâmetro, para fins de composição da taxa de juros atuarial do plano, conforme previsto na regulamentação vigente.

No exercício de 2025, embora tenha sido verificado o atingimento da meta atuarial, o percentual adicional correspondente a **0,15%** não foi considerado na presente Avaliação Atuarial, tendo em vista que sua utilização será aplicada somente na **Avaliação Atuarial do exercício de 2027**, em observância aos critérios de apuração e diferimento estabelecidos para definição da taxa de juros atuarial.

Dessa maneira, o prazo para amortização do passivo atuarial do plano de benefícios previdenciários administrado pelo IPRECOR poderá ser de 30,41 anos, conforme Duração do Passivo calculada nesta Avaliação Atuarial.

6. RESULTADO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

Elaborou-se a Avaliação Atuarial com o objetivo de apurar os encargos previdenciários para subsidiar tecnicamente o equilíbrio da previdência dos servidores públicos do Município de Três Corações.

Segmentou-se o grupo de estudo em riscos expirados e riscos não expirados. Os riscos expirados representam o passivo atuarial relativo aos benefícios já concedidos e aqueles que já teriam, de acordo com as premissas da avaliação, direito à aposentadoria.

De acordo com os dados recebidos, o IPRECOR apresenta a seguinte situação financeira e atuarial:

QUADRO 14: BALANÇO ATUARIAL

DISCRIMINAÇÃO	ALÍQUOTA PRATICADA	ALÍQUOTA CALCULADA
ATIVOS GARANTIDORES DOS COMPROMISSOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS (a)	R\$ 61.918.437,86	R\$ 61.918.437,86
Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS	R\$ 37.885.236,58	R\$ 37.885.236,58
Aplicações em Segmento de Renda Variável - RPPS	R\$ 2.978.761,26	R\$ 2.978.761,26
Aplicações em Segmento Imobiliário - RPPS	R\$ -	R\$ -
Aplicações em Enquadramento - RPPS	R\$ -	R\$ -
Títulos e Valores não Sujeitos a Enquadramento - RPPS	R\$ -	R\$ -
Demais Direitos, Bens e Ativos	R\$ 614.697,81	R\$ 614.697,81
Acordos de Parcelamento de Dívida aprovados pelo MTPS	R\$ 20.439.742,21	R\$ 20.439.742,21
VALOR ATUAL DOS SALÁRIOS FUTUROS	R\$ 374.752.976,00	R\$ 374.752.976,00
PROVISÃO MATEMÁTICA TOTAL SEM COMPREV (b) = (c) + (d)	R\$ 5.512.572,90	R\$ 5.512.572,90
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos - PMBC sem COMPREV (c)	R\$ 3.210.848,46	R\$ 3.210.848,46
Valor Atual Benefícios Futuros - Concedidos	R\$ 3.210.848,46	R\$ 3.210.848,46
- Valor Atual das Contribuições Futuras - Concedidos (Ente)	R\$ -	R\$ -
- Valor Atual das Contribuições Futuras - Concedidos (Servidor)	R\$ -	R\$ -
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder - PMBaC sem COMPREV (d)	R\$ 2.301.724,44	R\$ 2.301.724,44
Valor Atual Benefícios Futuros - a Conceder	R\$ 75.906.152,58	R\$ 75.906.152,58
- Valor Atual das Contribuições Futuras - a Conceder (Ente)	R\$ (49.069.618,76)	R\$ (49.069.618,76)
- Valor Atual das Contribuições Futuras - a Conceder (Servidor)	R\$ (24.534.809,38)	R\$ (24.534.809,38)
AJUSTE DA PMBC e PMBAC REFERENTE A COMPREV (e) = (f) - (g) + (h) - (i)	R\$ -	R\$ -
Valor Atual da Compensação Previdenciária a Pagar - Benefícios Concedidos (f)	R\$ -	R\$ -
Valor Atual da Compensação Previdenciária a Receber - Benefícios Concedidos (g)	R\$ -	R\$ -
Valor Atual da Compensação Previdenciária a Pagar - Benefícios a Conceder (h)	R\$ -	R\$ -
Valor Atual da Compensação Previdenciária a Receber - Benefícios a Conceder (i)	R\$ -	R\$ -
PROVISÃO MATEMÁTICA TOTAL COM COMPREV (j) = (k) + (l)	R\$ 5.512.572,90	R\$ 5.512.572,90
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos - PMBC com Comprev (k) = (c) - (g) + (f)	R\$ 3.210.848,46	R\$ 3.210.848,46
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder - PMBaC com Comprev (l) = (d) - (i) + (h)	R\$ 2.301.724,44	R\$ 2.301.724,44
RESULTADO ATUARIAL (m) = (a) - (j)	R\$ 56.405.864,96	R\$ 56.405.864,96
Superávit	R\$ -	R\$ -
Reserva de Contingência	R\$ -	R\$ -
Reserva para Ajuste do Plano	R\$ -	R\$ -
Déficit	R\$ 56.405.864,96	R\$ 56.405.864,96

DISCRIMINAÇÃO	ALÍQUOTA PRATICADA	ALÍQUOTA CALCULADA
DÉFICIT EQUACIONADO	R\$ -	R\$ -
Valor Atual do Plano de Amortização do Déficit Atuarial estabelecido em Lei	-	-
Valor da Cobertura da Insuficiência Financeira	R\$ -	R\$ -
SUPERÁVIT ATUARIAL	R\$ 56.405.864,96	R\$ 56.405.864,96

Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

Devido a estabilidade entre as variáveis que afetam o Equilíbrio Financeiro e Atuarial como definição de premissas e hipóteses e alteração da massa de Segurados, neste exercício temos o terceiro ano consecutivo de resultados superavitários, sendo possível a revisão do Plano de Custeio sem impacto ao equilíbrio financeiro e atuarial.

O Custo Normal Vigente é de 42,00% (28,00% do Ente e 14,00% do Servidor), sugerimos a alteração do Custo Normal para 28,00% (14,00% do Ente e 14,00% do Servidor), devido ao Custo de Equilíbrio apurado nesta Avaliação de 19,06%.

Ressaltamos que o Plano encontra-se com um Resultado Técnico Atuarial Superavitário, com um excedente de R\$ 56.405.864,96.

7. PLANO DE CUSTEIO

7.1. Custo Normal

O Custo Normal corresponde às necessidades de custeio do plano de benefícios gerido pelo IPRECOR, atuarialmente calculadas, conforme os regimes financeiros e método de financiamento mencionados, referentes a períodos compreendidos entre a data da avaliação e a data de início dos benefícios.

Desde o início do trabalho, o grande desafio foi encontrar a melhor forma de iniciar o processo de constituição de um fundo previdenciário que, ao longo do tempo, possa arcar com o pagamento desses benefícios, levando em consideração a capacidade de financiamento do Governo Municipal e seus servidores.

Os grandes desafios a superar são: (1) como iniciar o processo de capitalização de um fundo previdenciário sem impor ao Poder Executivo um grande ônus contributivo que ele não poderia, nas condições atuais, suportar; (2) como elaborar uma justa distribuição das contribuições entre o ente e o servidor ao longo dos anos. O quadro a seguir apresenta os Custos Normais calculados para os benefícios concedidos e a conceder, na data base da avaliação, pelo IPRECOR.

QUADRO 15: CUSTO NORMAL MENSAL

CONTRIBUIÇÃO SOBRE FOLHA MENSAL		
DISCRIMINAÇÃO	CUSTO TOTAL (R\$)	%
Aposentadoria por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória	R\$3.576.397,83	11,39%
Aposentadoria por Invalidez	R\$778.706,46	2,48%
Pensão por Morte de Segurado Ativo	R\$706.487,72	2,25%
Pensão por Morte de Aposentado por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória	R\$295.154,87	0,94%
Pensão por Morte de Aposentado por Invalidez	R\$0,00	0,00%
Taxa Administrativa	R\$632.394,51	2,00%
TOTAL	R\$5.989.141,39	19,06%

Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

As contribuições normais, atualmente vertidas ao IPRECOR, somam 42,00% (28,00% para o Município e 14,00% para o Servidor), **sendo o Custo Normal apurado nesta avaliação de 19,06%.**

O patamar contributivo poderá ser reduzido para 28,00%, sem prejuízo ao equilíbrio financeiro e atuarial do plano, em razão da apuração de resultado superavitário em 3 (três) exercícios consecutivos, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Ressalta-se que a proposição de redução do plano de custeio observa os critérios estabelecidos no artigo 65 da Portaria MPS nº 1.467, de 02 de junho de 2022.

QUADRO 16: DEFINIÇÃO DAS ALÍQUOTAS DE CONTRIBUIÇÕES

DISCRIMINAÇÃO	CUSTEIO NORMAL
Contribuição Patronal (Normal)	12,00%
Contribuição Patronal (Tx. Adm.)	2,00%
Contribuição do Servidor	14,00%
Contribuição dos Aposentado*	14,00%
Contribuição do Pensionista*	14,00%
Contribuição Patronal Suplementar	Não há

Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

* Apenas sobre a parcela do benefício que exceder o teto do RGPS.

8. EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

Corresponde a contribuição destinada, entre outras finalidades, a custear o tempo de serviço passado e/ou para o equacionamento de déficits atuariais.

Para que o plano de benefícios administrado pelo IPRECOR esteja em equilíbrio financeiro e atuarial, o patrimônio constituído pelo RPPS deverá fazer frente às Provisões Matemáticas calculadas nesta avaliação atuarial. Entretanto, se o valor do patrimônio total for inferior ao valor das Provisões Matemáticas, gera-se a necessidade da implementação das Provisões a Amortizar.

Importante esclarecer que, se o Custo Normal tivesse sido praticado desde o ingresso do primeiro servidor no Plano, formando-se reserva de acordo com o determinado nas avaliações atuariais, mesmo que em algum momento a folha de benefícios fosse maior ou igual à dos salários dos servidores ativos, a arrecadação resultante desta alíquota somada à receita de ganho financeiro seria suficiente para cobrir as despesas.

O IPRECOR encontra-se com resultado atuarial superavitário, não sendo necessário a implementação de plano para o equacionamento de déficit.

9. VARIAÇÃO NO CUSTO PREVIDENCIÁRIO

QUADRO 17: VARIAÇÃO DOS CUSTOS NORMAIS DAS ÚLTIMAS AVALIAÇÕES ATUARIAIS

CUSTO NORMAL	AV. ATUARIAL	AV. ATUARIAL	AV. ATUARIAL
--------------	--------------	--------------	--------------

	2024	2025	2026
Aposentadorias com reversão ao dependente	14,30%	15,74%	12,33%
Invalidez com reversão ao dependente	2,45%	2,49%	2,48%
Pensão por morte	2,31%	0,55%	2,25%
Auxílios	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa de Administração	2,00%	2,00%	2,00%
CUSTO NORMAL	21,06%	20,78%	19,06%

Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

QUADRO 18: VARIAÇÃO DOS RESULTADOS DAS ÚLTIMAS AVALIAÇÕES ATUARIAIS

	RESERVAS MATEMÁTICAS (RMBAC + RMBC)	AV. ATUARIAL 2024	AV. ATUARIAL 2025	AV. ATUARIAL 2026
(-)	Reserva Matemática de Benefícios Concedidos (RMBC)	R\$0,00	R\$3.535.165,15	R\$3.210.848,46
(-)	Reserva Matemática de Benefícios a Conceder (RMBaC)	R\$14.489.176,09	R\$15.729.380,96	R\$2.301.724,44
=	Reservas Matemáticas (RMBaC + RMBC)	R\$ 14.489.176,09	R\$ 19.264.546,11	R\$ 5.512.572,90
(+)	Ativo Líquido do Plano	R\$24.282.344,48	R\$41.916.850,61	R\$61.918.437,86
(+)	Compensação Previdenciária	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
(=)	RESERVA A AMORTIZAR	R\$ 9.793.168,39	R\$ 22.652.304,50	R\$ 56.405.864,96

Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

Dos dados disponibilizados nos quadros acima, podem ser feitas as seguintes análises:

- ✓ Houve redução do custo normal referente às aposentadorias com reversão ao dependente na Avaliação Atuarial de 2026, em comparação à Avaliação realizada em 2025. Essa redução decorre, principalmente, da taxa de juros adotada nesta avaliação, que é superior à utilizada anteriormente, impactando diretamente a mensuração dos compromissos futuros;
- ✓ Observa-se uma redução de 9,17% na Reserva Matemática de Benefícios Concedidos, influenciada, principalmente, pela elevação da taxa de juros adotada nesta Avaliação Atuarial;

✓ Já a Reserva Matemáticas de Benefícios a Conceder - RMBaC apresentou uma significativa redução de 85,37%, influenciada, principalmente, pela redução do número de servidores em atividade e da elevação da taxa de juros adotada nesta Avaliação Atuarial. Adicionalmente, verificou-se a entrada de 20 novos servidores na base cadastral no exercício de 2025, com idade média de 29 anos, fato que contribuiu para o aumento do Valor Atual das Contribuições Futuras (VACF) e, conseqüentemente, para a redução do passivo atuarial dessa conta.

10. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Para uma melhor percepção da influência que algumas variáveis têm na apuração do Custo Previdenciário, serão realizadas a seguir algumas simulações, com base nos resultados apresentados:

- ✓ quanto ao crescimento salarial;
- ✓ quanto à variação da expectativa de vida;
- ✓ quanto à variação na idade média atual;
- ✓ quanto à variação na idade média de aposentadoria;
- ✓ quanto à variação da taxa de juros real considerada no cálculo;

10.1 Impacto do Crescimento Salarial no Custo Normal

Analisando-se uma possível variação no crescimento real médio dos salários dos servidores ativos de todas as carreiras consideradas nesta avaliação, verificou-se o seguinte resultado:

QUADRO 19: VARIAÇÃO NO CUSTO NORMAL

CRESCIMENTO SALARIAL	CUSTO NORMAL
0,00%	17,00%
0,50%	17,99%

CRESCIMENTO SALARIAL	CUSTO NORMAL
1,00%	19,06%
1,50%	20,21%
2,00%	21,44%
2,50%	22,76%

Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

As oscilações positivas em relação ao crescimento real médio dos salários dos servidores públicos fazem com que o Custo Previdenciário se eleve, ao passo que oscilações negativas provocam uma redução do mesmo Custo Previdenciário.

Vale lembrar que o crescimento salarial é fortemente influenciado pelas incorporações (anuênios, triênios, quinquênios, funções etc.), pelas progressões no quadro funcional e pelos reajustes salariais concedidos aos servidores ativos, definidos pela política de recursos humanos peculiar a cada Município da Federação.

Observa-se que a taxa de crescimento salarial atua de forma inversa à taxa de juros pois, enquanto um crescimento salarial mais elevado tem como consequência um maior custo para o plano, a taxa de juros mais elevada origina custo mais baixo.

Isto posto, ao adotar a taxa de crescimento salarial de 1,00% a.a., o plano terá um custeio normal de 19,06%.

10.2 Impacto da Expectativa de Vida no Custo Normal

A expectativa de vida influencia no Custo Previdenciário pois este parâmetro serve para medir por quanto tempo o Plano pagará benefícios previdenciários a um participante aposentado.

Por exemplo, considerando-se a idade média de aposentadoria projetada para o grupo de servidores ativos (67 anos) espera-se pagar o benefício de aposentadoria por mais 17,32

anos. Para efeito de simulação, consideramos as principais tábuas de mortalidade utilizadas em Planos Previdenciários, sendo avaliadas as expectativas de vida resultantes e os efeitos no Custo Normal, conforme quadro e gráfico seguintes:

QUADRO 20: VARIAÇÃO NA EXPECTATIVA DE VIDA

TÁBUA MORTALIDADE	EXPECTATIVA DE VIDA AOS XX ANOS	CUSTO NORMAL
AT - 49	13,71	18,00%
AT - 83	17,12	19,33%
AT - 2000	19,76	20,93%
IBGE - 2021	17,72	19,19%
IBGE - 2022	16,73	18,66%
IBGE - 2023	17,22	19,01%
IBGE - 2024	17,32	19,06%

Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

10.3 Impacto da variação da Idade Média

Variações na idade média atual geram impacto desprezível no Custo Normal do benefício de aposentadoria, pois o método de financiamento (Idade de Entrada Normal – IEN) para apuração deste Custo Previdenciário tem a característica de minimizar as variações do Custo Normal ao longo do tempo. Entretanto, os benefícios de risco (aposentadoria por invalidez e pensão por morte) variam conforme a idade média, uma vez que o risco de entrada em invalidez e morte aumenta conforme a idade média do grupo cresce.

Por outro lado, o envelhecimento do grupo de servidores ativos implica em aumento nos valores de Reservas de Benefícios a Conceder. Isso porque a reserva financeira garantidora do pagamento dos benefícios previdenciários futuros, apurada na idade de aposentadoria, é financiada entre a idade da primeira admissão no Município e a idade de aposentadoria. A RMBaC representa o saldo deste financiamento que deve estar coberto na idade atual. O gráfico seguinte ilustra a evolução da RMBaC:

QUADRO 21: VARIAÇÃO NA IDADE MÉDIA

VARIA IDADE ATUAL	CUSTO NORMAL				RMBAC
	APOSENTADORIA	INVALIDEZ	PENSÃO	TOTAL	
40	12,33%	1,97%	1,81%	18,11%	R\$12.162.349,64
41	12,33%	2,13%	1,96%	18,42%	R\$17.150.270,79
42	12,33%	2,29%	2,10%	18,72%	R\$22.484.212,77
43	12,33%	2,48%	2,25%	19,06%	R\$28.197.335,91
44	12,33%	2,67%	2,40%	19,40%	R\$34.322.074,81
45	12,33%	2,92%	2,59%	19,84%	R\$40.895.145,07
46	12,33%	3,18%	2,76%	20,27%	R\$47.205.043,76

Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

10.4 Impacto da Variação na Idade Média de Aposentadoria

Da mesma forma que há variação da idade média atual, ao se alterar a idade média de aposentadoria, elevando-se o tempo futuro de contribuição, a Reserva Matemática se reduz. Porém, ao fazer isso, o Custo Normal sofre forte impacto. Isso porque o Custo Normal é financiado entre a idade média de admissão e a idade média de aposentadoria e, portanto, ao se alterar este parâmetro, tem-se alteração no tempo total de financiamento e consequente impacto nos valores de contribuição ao Plano.

Já o Custo Normal dos benefícios de risco, bem como os auxílios, não sofre variação. O quadro abaixo revela que variações na idade média de aposentadoria têm forte impacto no Custo Normal e na RMBaC. Desta forma, é de grande importância que, na Avaliação Atuarial, o cálculo desta estatística seja consistente, caso contrário, corre-se o risco de se incorrer em significativo erro destas contas.

QUADRO 22: VARIAÇÃO NA IDADE DE APOSENTADORIA

VARIA IDADE APOSENTADORIA	CUSTO NORMAL	RMBAC
64	24,30%	R\$39.031.820,95
65	22,38%	R\$35.527.421,42
66	20,63%	R\$31.698.866,57
67	19,06%	R\$28.197.335,91
68	17,64%	R\$25.032.205,03
69	16,35%	R\$22.198.748,83
70	15,19%	R\$19.625.758,03

Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

10.5 Taxa de Juros

Considerando a taxa de retorno financeiro de 6,03% ao ano (taxa de juros parâmetro + adicionais³ previstos no Art. 39 da Portaria 1.467/2022), foi apurado um Custo Normal para equilíbrio do Plano Previdenciário de 19,06%.

Entretanto, as oscilações positivas e negativas em torno desta taxa de 6,03%, como pode ser observado no quadro seguinte, provocam variações do custo apurado, elevando-o ou reduzindo-o. Fica evidente, a importância de se buscar uma boa rentabilidade para os ativos financeiros do IPRECOR seguindo, entretanto, os parâmetros definidos na Resolução CMN nº. 5.272/2025:

QUADRO 23: VARIAÇÃO DA TAXA DE JUROS

JUROS	CUSTO NORMAL
0,00%	73,55%
1,00%	57,05%
2,00%	44,78%
3,00%	35,56%
4,00%	28,57%
5,00%	23,26%
6,00%	19,17%
7,00%	16,02%
8,00%	13,57%
9,00%	11,64%
10,00%	10,14%
TAXA PARÂMETRO	CUSTO NORMAL
6,03%	19,06%

Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

³ Art. 39. A taxa de juros real anual a ser utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente dos fluxos de benefícios e contribuições do RPPS será equivalente à taxa de juros parâmetro cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média - ETTJ seja o mais próximo à duração do passivo do RPPS.

(...)

§ 4º A taxa de juros parâmetro, estabelecida conforme o Anexo VII, poderá ser acrescida em 0,15 (quinze centésimos) a cada ano em que a rentabilidade da carteira de investimentos superar os juros reais da meta atuarial dos últimos 5 (cinco) anos, limitados ao total de 0,60 (sessenta centésimos).

11. INDICADORES DE SOLVÊNCIA

Para que o IPRECOR seja solvente, é necessário que suas receitas provenientes das contribuições previdenciárias e das aplicações financeiras sejam suficientes para cobrir as suas despesas (benefícios concedidos e a conceder e as despesas administrativas).

Existem dois tipos de solvência: a econômica e a financeira. Aquela trata da superioridade das receitas em relação ao total das obrigações, redundando num superávit atuarial, funcionando como um capital próprio do Ente. Já a solvência financeira demonstra que o RPPS tem sempre disponibilidade de recursos líquidos para honrar as suas obrigações correntes. Afirma ainda que “uma estreiteza severa de caixa determinará, ou a liquidação gravosa de ativos, ou a tomada emergencial de empréstimos, a custos compatíveis com a gravidade da crise e com a adequação das garantias”⁴.

- a) Índice de Cobertura Total (ICT_t) – Indica a macrossolvência do Plano e é representado pela razão entre o Ativo Líquido e o Passivo Previdencial em uma data t. O valor ótimo desse índice ocorre quando ele é igual ou maior que 1.

$$ICT = \frac{AL_t}{PP_t}$$

Onde:

- ✓ AL_t = Ativo Líquido em uma data t
- ✓ PP_t = Passivo Previdencial em uma data t

- b) Índice de Cobertura Parcial dos Participantes em Benefício (ICPCT) – Indica o nível de solvência do Plano, no que diz respeito aos compromissos com os participantes em benefício, e é representado pela razão entre o Ativo Líquido e a Reserva Matemática de

⁴ Recamone (2001).

Benefícios Concedidos em uma data t . O valor ótimo desse índice ocorre quando ele é maior que 1.

$$ICPCt = \frac{ALt}{RMBC}$$

Onde:

- ✓ AL_t = Ativo Líquido em uma data t
- ✓ $RMBC_t$ = Reserva Matemática de Benefícios Concedidos em uma data t

- c) Índice de Cobertura Parcial dos Participantes Ativos (ICPaCt) – Indica o nível de solvência do Plano, no que diz respeito aos compromissos com os participantes ainda ativos, e é representado pela razão entre o Ativo Líquido e a Reserva Matemática de benefícios a conceder em uma data t . O valor ótimo desse índice ocorre quando ele é maior que 1.

$$ICPaCt = \frac{ALt}{RMBaC}$$

Onde:

- ✓ AL_t = Ativo Líquido em uma data t
- ✓ $RMBaC_t$ = Reserva Matemática de Benefícios a Conceder em uma data t

- d) Índice de Correlação à Meta Atuarial (ICMA t) – Indica a correlação entre o crescimento da Reserva Matemática e a meta atuarial estabelecida para o Plano. É representado pela razão entre a Reserva Matemática e a meta atuarial, a qual é representada pelas taxas de inflação e pelos juros atuariais na época t . O valor ótimo desse índice ocorre quando ele é igual a 1.

$$ICMA_t = \frac{RMt}{(RMt - 1x(1 + Ot) + (1 + it))}$$

Onde:

- ✓ RM_t = Reserva Matemática em uma data t
- ✓ O_t = taxa de inflação na época T
- ✓ I_t = taxa de juros de parâmetro na época T
- ✓ $RM_{(t-1)}$ = Reserva Matemática do ano anterior

QUADRO 24: QUADRO ÍNDICES DE SOLVÊNCIA

ÍNDICES	RESULTADOS
Índice de Cobertura Total	1112,07%
Índice de Cobertura Parcial dos Participantes em Benefício	1291,83%
Índice de Cobertura Parcial dos Participantes Ativos	1802,07%
Índice de Correlação à Meta Atuarial	26,53%

Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

12. PARECER ATUARIAL

Atendendo às disposições da Lei nº 9.717/98, Portaria MTP nº 1.467/2022, demais normas e a Nota Técnica Atuarial do Plano, apresentamos o Parecer Técnico Atuarial do Plano de Benefício Previdenciário, administrado pelo IPRECOR, em face da Reavaliação Atuarial anual do exercício de 2026, com data focal em 31 de dezembro de 2025.

Os dados individualizados dos servidores ativos, aposentados e pensionistas estão posicionados em 31/08/2025 e as informações contábeis e patrimoniais, levantados e informados pelo RPPS, estão posicionadas na data-base de 31/12/2025.

12.1. Perspectivas de alteração futura no perfil e na composição da massa de segurados

A composição da população de servidores de Três Corações demonstra que o total de aposentados e pensionistas representa uma parcela de 0,81% da massa de segurados. Esta distribuição aponta para uma proporção de 122,86 servidores ativos para cada inativo.

Considerando que a massa de servidores ativos tende a uma certa estabilidade, considerando a evolução na expectativa de vida da população brasileira e mundial, a

proporção de participantes em gozo de benefício aumenta, podendo chegar à equiparação com a massa de servidores ativos.

Neste íterim, torna-se essencial a constituição de um plano previdenciário plenamente equilibrado e financiado pelo Regime Financeiro de Capitalização, tendo em vista a formação de Reservas Matemáticas para a garantia de pagamento dos benefícios futuros.

12.2. Adequação da base de dados utilizada e respectivos impactos em relação aos resultados apurados

Procedemos à Avaliação Atuarial com o intuito de avaliar as alíquotas de contribuições, com base nos dados individualizados dos servidores ativos, aposentados e pensionistas do Município de Três Corações, na data base de 31 de agosto de 2025. Após o processamento das informações, consideramos os dados suficientes para a elaboração da Avaliação Atuarial.

Os dados encaminhados atenderam em quase sua totalidade ao leiaute da Secretária Previdência Social – SPS. Alertamos o Executivo e o Legislativo para que adotem medidas que visam o atendimento da totalidade do leiaute da SPREV no próximo estudo atuarial.

Entretanto, cabe ressaltar que a base de dados disponibilizada para a elaboração deste estudo técnico atuarial não contemplava o tempo de serviço anterior para dos participantes, razão pela qual adotamos como premissa a idade de entrada no mercado de trabalho de 24 (vinte e quatro) anos.

12.3. Análise dos regimes financeiros e métodos atuariais adotados e perspectivas futuras de comportamento dos custos e dos compromissos do Plano de Benefícios

Para as RMBaC de aposentadorias programadas, adotou-se o método de Idade de Entrada Normal – IEN. O cálculo do custo é realizado de forma individualizada e pressupõe

uma alíquota nivelada ao longo da fase de financiamento. Esse procedimento aponta um percentual de contribuição constante ao longo do tempo que deverá ser rateado entre os servidores e o Município.

Para os benefícios de Pensões por Morte, Aposentadoria por Invalidez e reversão, adotou-se o Regime de Capitais de Cobertura. Esse método determina que a receita fixada num determinado período se destina a satisfazer o pagamento de despesas com a constituição dos fundos garantidores (capitais de cobertura) do pagamento parcelado dos benefícios cujos fatos geradores ocorrerem nesse período.

12.4. Adequação das hipóteses utilizadas às características da massa de segurados e de seus dependentes e análises de sensibilidade para os resultados

As bases técnicas utilizadas foram eleitas devido às características da massa de participantes e particularidades do Plano:

Embora o plano seja classificado como de médio porte, não foi realizado o teste de hipóteses obrigatório, conforme estabelecido na Portaria MPS nº 1.467/2022. Dessa forma, para a Avaliação Atuarial de 2026, foram adotadas as premissas atuariais padrão previstas na referida normativa, em conformidade com as disposições regulamentares vigentes, até que sejam realizados os testes necessários para eventual adequação das hipóteses à realidade específica do plano.

- ✓ Taxa de Juros Reais utilizada nas Projeções contidas neste estudo técnico atuarial de 6,03%;
- ✓ Tábua de Mortalidade de Válido (evento gerador sobrevivência): IBGE-2024;
- ✓ Tábua de Mortalidade de Válido (evento gerador morte): IBGE-2024;
- ✓ Tábua Entrada em Invalidez: ALVARO VINDAS;
- ✓ Tábua de Mortalidade de Inválidos: IBGE-2024 Ambos Sexos;

- ✓ Crescimento Salarial: 1,00% a.a. (um por cento);
- ✓ Rotatividade: 1,00% a.a. (um por cento);
- ✓ Despesa Administrativa correspondente a 2,00% (dois por cento) calculado do total das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados ao Regime Próprio.

Utilizou-se o fator de capacidade dos benefícios dos assistidos de 98,00% (noventa e oito por cento). O fator de capacidade reflete a perda do poder aquisitivo em termos reais ocorrida nos salários ou benefícios, obtidos em função do nível de inflação estimada no longo prazo e da frequência de reajustes.

Esclarecemos que, para a projeção da idade média projetada de aposentadoria foi utilizada as regras de concessões estabelecida nas Emendas Constitucionais nº 20/98, nº 41/03 e nº 47/05, bem como as regras transitórias. Ressalvando que o Ente ainda não implementou as mudanças que a Emenda Constitucional nº 103/2019 proporcionou.

Para a utilização da taxa de crescimento salarial, fez-se uma projeção do crescimento salarial dos servidores ativos com base no banco de dados enviado. Esta projeção foi elaborada a partir de uma regressão exponencial do salário médio dos servidores por idade. Desta forma, chegou-se à conclusão de que a cada ano de trabalho no Município o salário real do servidor sofre um impacto real de 0,40%. Assim, em atendimento à Portaria nº 1.467/2022, utilizou-se a taxa de crescimento real salarial máxima de 1,00% a.a. (um por cento ao ano).

12.5. Metodologia utilizada para a determinação do valor da compensação previdenciária a receber e impactos nos resultados

Não possui convênio vigente de compensação previdenciária.

12.6. Composição e características dos ativos garantidores do Plano de Benefícios

Os Ativos Garantidores do Plano estão posicionados em 31/12/2025, tendo a seguinte composição:

- ✓ Renda Fixa: R\$ 37.885.236,58;
- ✓ Renda Variável: R\$ 2.978.761,26;
- ✓ Demais bens, direitos e ativos: R\$ 614.697,81; e
- ✓ Saldo Devedor Parcelamentos: R\$ 20.439.742,21;
- ✓ **TOTAL: R\$ 61.918.437,86.**

No exercício de 2025 o IPRECOR obteve rentabilidade real de 14,83%, ficando assim acima da meta estabelecida (IPCA + 5,28% a.a.) de 9,77%.

A princípio não há relação entre a meta atuarial e o valor expresso na como benchmark da política de investimentos, já que a primeira tem como padrão a taxa de juros a termo e a segunda deva refletir o resultado esperado da carteira no exercício. Entretanto, aconselha-se que seja usado o mesmo valor para taxa de juros e para meta atuarial, que é definido pelo Atuário responsável.

Entretanto, em virtude do cenário de queda na taxa de juros ocorrida nos últimos exercícios e tendo em vista a expectativa da redução dos retornos dos investimentos para os próximos anos, a Taxa de Juros do Plano deverá ser 6,03% a.a. Caso tal cenário não se confirme, a Taxa de Juros do Plano deverá ser revista nas próximas Avaliações Atuariais, inclusive no que se refere à Política de Investimentos do RPPS.

Conforme disposto no art. 39, § 4º da Portaria 1.467/2022, foi possibilitado o acréscimo de 0,15% a cada ano em que a rentabilidade da carteira de investimentos superou os juros reais da meta atuarial considerando os últimos 5 (cinco) anos.

O IPRECOR atingiu a meta atuarial nos exercícios de 2023, motivo pelo qual o percentual adicional de **0,15%** foi incorporado à taxa parâmetro, para fins de composição da taxa de juros atuarial do plano, conforme previsto na regulamentação vigente.

No exercício de 2025, embora tenha sido verificado o atingimento da meta atuarial, o percentual adicional correspondente a **0,15%** não foi considerado na presente Avaliação Atuarial, tendo em vista que sua utilização será aplicada somente na **Avaliação Atuarial do exercício de 2027**, em observância aos critérios de apuração e diferimento estabelecidos para definição da taxa de juros atuarial.

12.7. Variação dos compromissos do Plano (VABF e VACF)

Os comentários pormenorizados acerca da variação dos Resultados desta Avaliação e Avaliações Atuariais anteriores constam no corpo do relatório de Avaliação Atuarial 2026.

✓ Confrontando-se o Valor Atual dos Benefícios Futuros – VABF do Plano, em relação ao exercício anterior, observa-se que o VABF relativo aos Benefícios Concedidos teve uma redução de 9,17%, influenciada, principalmente, pela elevação da taxa de juros adotada nesta Avaliação Atuarial.

✓ Em relação aos Benefícios a Conceder, observa-se uma redução do VABF de 22,71%, influenciada, principalmente, pela elevação da taxa de juros adotada nesta Avaliação Atuarial. Adicionalmente, verificou-se a entrada de 20 novos servidores na base cadastral no exercício de 2025, com idade média de 29 anos, fato que contribuiu para o aumento do Valor Atual das Contribuições Futuras (VACF).

Cabe ressaltar que o método de financiamento adotado nesta Avaliação é o IEN.

12.8. Resultado da Avaliação Atuarial e situação financeira e atuarial do RPPS

As Provisões (Reservas) Matemáticas de Benefícios Concedidos – RMBC, fixadas com base focal nas informações individuais dos servidores aposentados e pensionistas do IPRECOR, existentes em 31 de dezembro de 2025, são determinadas atuarialmente pelo valor presente dos benefícios futuros líquido de eventuais contribuições de aposentados e pensionistas.

Assim, as RMBC perfaziam, na data-base da Avaliação Atuarial, o montante de R\$ 3.210.848,46. Já as Provisões (Reservas) Matemáticas de Benefícios a Conceder – RMBaC foram avaliadas em R\$ 2.301.724,44.

O Ativo Líquido de cobertura das obrigações do passivo atuarial no montante de R\$ 61.918.437,86. Dessa forma, atestamos que o plano de benefícios previdenciário do IPRECOR apresentou um Superávit Técnico Atuarial no valor de R\$ 56.405.864,96.

12.9. Plano de Custeio a ser implementado e medidas para a manutenção do Equilíbrio Financeiro e Atuarial

As contribuições normais atualmente vertidas ao IPRECOR totalizam 48,00%, sendo 28,00% de responsabilidade do Município e 14,00% do Servidor, enquanto o Custo Normal apurado nesta Avaliação Atuarial corresponde a 19,06%.

O patamar contributivo poderá ser reduzido para 28,00%, sem prejuízo ao equilíbrio financeiro e atuarial do plano, em razão da apuração de resultado superavitário em 3 (três) exercícios consecutivos, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Ressalta-se que a proposição de redução do plano de custeio observa os critérios estabelecidos no artigo 65 da Portaria MPS nº 1.467, de 02 de junho de 2022.

QUADRO 25: DEFINIÇÃO DAS ALÍQUOTAS DE CONTRIBUIÇÕES

DISCRIMINAÇÃO	CUSTEIO NORMAL
Contribuição Patronal (Normal)	12,00%
Contribuição Patronal (Tx. Adm.)	2,00%
Contribuição do Servidor	14,00%
Contribuição dos Aposentado*	14,00%
Contribuição do Pensionista*	14,00%
Contribuição Patronal Suplementar	Não há

Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

* Apenas sobre a parcela do benefício que exceder o teto do RGPS.

A Portaria MTP nº 1.467/2022 possibilita a amortização do Déficit Atuarial com adoção de prazo fixo para o equacionamento, assim como possibilitou o reinício de contagem deste prazo a partir da Avaliação Atuarial 2023. Assim, poderá ser implementado plano de amortização com o prazo fixo inicial de 35 anos, a contar da implementação em Lei pelo ente federativo.

Ainda, conforme disposto na Portaria MTP nº 1.467/2022, poderá ser deduzido do déficit atuarial o Limite do Déficit Atuarial – LDA calculado em função da duração do passivo ou da sobrevivência média dos aposentados e pensionistas. Neste caso o prazo máximo do plano de equacionamento terá como parâmetro a duração do passivo ou a sobrevivência média dos aposentados e pensionistas.

O IPRECOR encontra-se com resultado atuarial superavitário, não sendo necessário a implementação de plano para o equacionamento de déficit.

12.10. Parecer sobre a análise comparativa dos resultados das Avaliações Atuariais

Em relação às alterações da Avaliação Atuarial realizada em 2025 para esta Avaliação Atuarial de 2026, houve uma redução de 2,95 pontos percentuais no Custo de Aposentadoria Programada.

Houve redução de 0,01 pontos percentuais no Custo de Aposentadoria por Invalidez, Já no Custo da Pensão por Morte ocorreu aumento de 1,69 pontos percentuais no Custo da Pensão por Morte, devido ao aumento do benefício dos pensionistas.

A Reserva Matemática de Benefícios a Conceder apresentou uma redução significativa de 85,37%, influenciada, principalmente, pela redução do número de servidores em atividade e da elevação da taxa de juros adotada nesta Avaliação Atuarial.

A Reserva Matemática de Benefícios Concedidos apresentou uma redução de 9,17%, consequência da redução do benefício médio dos aposentados em 21,59%, devido a elevação da taxa de juros.

As alterações nas premissas e metodologias, estabelecidas pela Portaria MTP nº 1.467/2022, também afetam a estrutura do cálculo, podendo provocar oscilações no Custo Normal e Provisões Matemáticas deste exercício, quais sejam:

- ✓ Movimentação Cadastral (conforme bases de dados disponibilizadas);
- ✓ Alteração da taxa de juros (conforme taxa de juros parâmetro + adicionais); e
- ✓ Alteração das tábuas de mortalidade/sobrevivência;

QUADRO 26: COMPARATIVO PREMISSAS ATUARIAIS

	AA2025	AA2026
Tábua de Mortalidade Geral	IBGE - 2022 M&F	IBGE - 2024 M&F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	IBGE - 2022 (Ambos os sexos)	IBGE - 2024 (Ambos os sexos)
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Rotatividade	1,00%	1,00%
Crescimento Salarial	1,00%	1,00%
Fator de capacidade dos salários	100,00%	98,00%
Fator de capacidade dos benefícios	100,00%	98,00%
Taxa real anual de juros	5,28%	6,03%

Com base no disposto no artigo 39, §7º, da Portaria MTP nº 1.467/2022, a alteração na taxa de juros utilizada na Avaliação Atuarial impacta diretamente os resultados atuariais do plano, refletindo em um ganho ou perda atuarial. Quando a taxa de juros é reduzida, os passivos atuariais aumentam, gerando uma perda atuarial devido à maior necessidade de recursos para cumprir as obrigações futuras. Por outro lado, o aumento da taxa de juros resulta em uma redução dos passivos atuariais, configurando um ganho atuarial.

Os quadros a seguir apresentam as variações decorrentes da movimentação cadastral (alterações na base de dados), da mudança na taxa de juros e da alteração das tábuas de mortalidade/sobrevivência para a Avaliação Atuarial de 2026, em comparação com os resultados da Avaliação Atuarial de 2025.

QUADRO 27: GANHOS E PERDAS ATUARIAIS – IMPACTO EXPERIÊNCIA DO PLANO

Discriminação	Av. Atuarial 2025	Av. Atuarial 2026 (Premissas de 2025)	Diferença
(=) Reserva Matemática de Benefícios Concedidos (RMBC)	R\$ (3.535.165,15)	R\$ (3.488.885,83)	R\$ 46.279,32
(-) Valor Atual dos Benefícios Futuros (aposentados)	R\$ (413.258,42)	R\$ (313.946,37)	R\$ 99.312,05
(+) Valor Atual das Contribuições Futuras (aposentados)	R\$ -	R\$ -	R\$ -
(-) Valor Atual dos Benefícios Futuros (Pensionistas)	R\$ (3.121.906,73)	R\$ (3.174.939,46)	R\$ (53.032,73)
(+) Valor Atual das Contribuições Futuras (pensionistas)	R\$ -	R\$ -	R\$ -
(=) Reserva Matemática de Benefícios a Conceder (RMBaC)	R\$ (15.729.380,96)	R\$ (6.676.569,38)	R\$ 9.052.811,58
(-) Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ (98.214.341,07)	R\$ (90.460.343,86)	R\$ 7.753.997,21
(+) Valor Atual das Contribuições Futuras	R\$ 82.484.960,11	R\$ 83.783.774,48	R\$ 1.298.814,37
(=) Total Reservas Matemáticas (RMBaC + RMBC)	R\$ (19.264.546,11)	R\$ (10.165.455,21)	R\$ 9.099.090,90

Conforme evidenciado no quadro anterior, a atualização da base de dados utilizada na Avaliação Atuarial de 2026 resultou em um ganho atuarial nas reservas matemáticas, totalizando R\$ 9.099.090,90.

QUADRO 28: GANHOS E PERDAS ATUARIAIS – IMPACTO TAXA DE JUROS

Discriminação	Av. Atuarial 2026 (Exp. do Plano)	Av. Atuarial 2026 (Tx. Juros 6,03%)	Diferença
(=) Reserva Matemática de Benefícios Concedidos (RMBC)	R\$ (3.488.885,83)	R\$ (3.184.159,26)	R\$ 304.726,57
(-) Valor Atual dos Benefícios Futuros (aposentados)	R\$ (313.946,37)	R\$ (289.148,84)	R\$ 24.797,53
(+) Valor Atual das Contribuições Futuras (aposentados)	R\$ -	R\$ -	R\$ -
(-) Valor Atual dos Benefícios Futuros (Pensionistas)	R\$ (3.174.939,46)	R\$ (2.895.010,42)	R\$ 279.929,04
(+) Valor Atual das Contribuições Futuras (pensionistas)	R\$ -	R\$ -	R\$ -
(=) Reserva Matemática de Benefícios a Conceder (RMBaC)	R\$ (6.676.569,38)	R\$ (2.615.050,01)	R\$ 4.061.519,36
(-) Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ (90.460.343,86)	R\$ (73.576.209,44)	R\$ 16.884.134,42
(+) Valor Atual das Contribuições Futuras	R\$ 83.783.774,48	R\$ 70.961.159,43	R\$ (12.822.615,06)
(=) Total Reservas Matemáticas (RMBaC + RMBC)	R\$ (10.165.455,21)	R\$ (5.799.209,27)	R\$ 4.366.245,93

Conforme evidenciado no quadro anterior, a atualização da taxa de juros utilizada na Avaliação Atuarial de 2026 resultou em um ganho atuarial nas reservas matemáticas, totalizando R\$ 4.366.245,93.

QUADRO 29: GANHOS E PERDAS ATUARIAIS – IMPACTO ALTERAÇÃO DAS TÁBUAS

Discriminação	Av. Atuarial 2026 (Tx. Juros 6,03%)	Av. Atuarial 2026 (Tábuas)	Diferença
(=) Reserva Matemática de Benefícios Concedidos (RMBC)	R\$ (3.184.159,26)	R\$ (3.210.848,46)	R\$ (26.689,20)
(-) Valor Atual dos Benefícios Futuros (aposentados)	R\$ (289.148,84)	R\$ (292.079,50)	R\$ (2.930,66)
(+) Valor Atual das Contribuições Futuras (aposentados)	R\$ -	R\$ -	R\$ -
(-) Valor Atual dos Benefícios Futuros (Pensionistas)	R\$ (2.895.010,42)	R\$ (2.918.768,96)	R\$ (23.758,54)
(+) Valor Atual das Contribuições Futuras (pensionistas)	R\$ -	R\$ -	R\$ -

Discriminação	Av. Atuarial 2026 (Tx. Juros 6,03%)	Av. Atuarial 2026 (Tábuas)	Diferença
(=) Reserva Matemática de Benefícios a Conceder (RMBaC)	R\$ (2.615.050,01)	R\$ (2.301.724,44)	R\$ 313.325,58
(-) Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ (73.576.209,44)	R\$ (75.906.152,58)	R\$ (2.329.943,14)
(+) Valor Atual das Contribuições Futuras	R\$ 70.961.159,43	R\$ 73.604.428,14	R\$ 2.643.268,72
(=) Total Reservas Matemáticas (RMBaC + RMBC)	R\$ (5.799.209,27)	R\$ (5.512.572,90)	R\$ 286.636,38

Conforme evidenciado no quadro anterior, a alteração das tábuas de mortalidade/sobrevivência utilizadas na Avaliação Atuarial de 2026 resultou em um ganho atuarial nas reservas matemáticas, totalizando R\$ 286.636,38.

12.11. Identificação dos principais riscos do Plano de Benefícios

Os riscos atuariais, aos quais o Plano de Benefícios está submetido, decorrem principalmente da inadequação das hipóteses e premissas atuariais. Elas apresentam volatilidade ao longo do período de contribuição e percepção de benefícios sendo que, para o RPPS, caracterizam-se, basicamente, como Demográficas, Biométricas e Econômico-Financeiras.

Contudo, cabe ressaltar que as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados estão em acordo com as práticas atuariais aceitas, bem como estão em consonância com a legislação em vigor que parametriza as Avaliações e Reavaliações Atuariais dos RPPS.

Ademais, reafirmamos, de modo especial, a importância da regularidade e pontualidade das receitas de contribuição a serem auferidas pelo RPPS. Quaisquer receitas lançadas e não efetivadas pelo Ente ou Segurados deverão ser atualizadas monetariamente e acrescidas de juros, a partir da data em que foram devidas. Isto decorre do fato de que, sendo as contribuições partes integrantes do plano de custeio, a falta de repasse ou atraso e sua

consequente não incorporação às Reservas Técnicas, além de inviabilizar o RPPS em médio prazo, resulta em déficit futuro, certo e previsível. Ressaltamos que as contribuições referentes aos servidores ativos deverão ser repassadas integralmente, conforme determina a legislação vigente e pertinente.

12.12. Considerações Finais

Ante todo o exposto, conclui-se que a situação econômico-atuarial do Plano de Benefícios Previdenciários do IPRECOR, em 31 de dezembro de 2025, apresenta-se de forma equilibrada no seu aspecto atuarial, conforme comprova a existência do Superávit Técnico Atuarial no valor de R\$ 56.405.864,96.

Assim, recomendamos a adequação da legislação municipal às alterações recomendadas e/ou determinadas pela Emenda Constitucional nº 103/2019 e ainda às demais alterações técnicas estabelecidas pela Portaria MTP nº 1.467/2022, especialmente no que diz respeito à atualização cadastral dos segurados do plano de benefícios e os estudos complementares necessários à boa prática atuarial.

Este é o parecer

Documento assinado digitalmente por: Raphael K. Cunha Silva, CPF: 058.674.496-70 e Henrique Santos Santana, CPF: 103.848.426-07.

Raphael K. Cunha Silva
Atuário MIBA 1.453

Henrique Santos Santana
Atuário MIBA 2.800

13. PROJEÇÃO ATUARIAL

Abaixo, apresentamos a projeção atuarial considerando o atual plano de custeio praticado no Município.

A projeção atuarial demonstra o nível de arrecadação de contribuições e acumulação das provisões do plano de benefícios previdenciários administrado pelo IPRECOR. Verifica-se se há compatibilidade com as suas obrigações futuras em regime de capitalização para demonstrar a solvência e liquidez do plano de benefícios.

Dessa maneira, a projeção atuarial apresenta a movimentação financeira do IPRECOR, com os valores de receita e obrigações que os Entes Públicos terão com seus servidores ao longo do tempo. Por meio do fluxo atuarial pode-se verificar se o Ente está deficitário ou superavitário em cada instante do tempo.

O fluxo atuarial foi elaborado de forma prospectiva e de acordo com a necessidade de financiamentos previdenciários, ou seja, a diferença entre as receitas e despesas previdenciárias em cada momento do tempo.

QUADRO 30: PROJEÇÃO ATUARIAL

ANO	FLUXO MONETARIO		
	RECEITA	DESPESA	SALDO
2026	24.371.847,13	215.901,30	65.634.641,48
2027	3.967.027,52	274.344,61	73.075.087,82
2028	3.998.488,68	391.956,67	80.912.168,96
2029	4.029.180,00	514.556,53	89.162.194,15
2030	4.054.004,39	704.143,08	97.789.399,34
2031	4.070.961,49	896.243,77	106.796.716,16
2032	4.089.792,98	1.095.881,94	116.197.891,02
2033	4.120.606,98	1.239.757,11	126.057.144,71
2034	4.151.851,93	1.367.762,98	136.428.337,36
2035	4.178.595,30	1.566.982,74	147.300.899,11
2036	4.208.770,88	1.696.752,61	158.716.117,48
2037	4.237.204,09	1.870.869,79	170.709.795,69
2038	4.262.872,60	2.083.649,64	183.274.341,44

ANO	FLUXO MONETARIO		
	RECEITA	DESPESA	SALDO
2039	4.288.731,93	2.287.792,03	196.426.668,69
2040	4.303.445,51	2.648.190,34	210.130.984,83
2041	4.325.872,40	2.900.806,03	224.375.863,42
2042	4.349.157,45	3.121.985,98	239.269.799,03
2043	4.361.856,18	3.510.133,19	254.803.832,62
2044	4.380.974,26	3.789.370,05	270.944.034,43
2045	4.373.688,16	4.401.510,57	287.681.444,90
2046	4.386.199,95	4.767.460,24	304.890.625,95
2047	4.369.525,33	5.615.476,24	322.632.284,52
2048	4.288.248,21	7.413.758,66	340.290.268,25
2049	4.235.040,45	8.825.457,96	357.215.768,72
2050	4.205.305,98	9.740.212,46	373.796.867,66
2051	4.223.332,35	9.913.757,31	390.591.265,88
2052	4.187.042,90	10.920.115,73	408.037.114,12
2053	4.109.512,89	12.506.069,29	425.332.488,43
2054	4.080.739,22	13.308.191,05	442.118.365,45
2055	4.084.349,17	13.600.952,90	459.151.150,40
2056	4.103.173,77	13.681.390,11	476.940.984,38
2057	4.107.066,33	13.958.826,55	495.693.954,07
2058	4.102.243,10	14.349.634,14	515.265.674,38
2059	4.103.962,16	14.543.204,52	535.627.479,71
2060	4.113.579,56	14.643.865,35	557.021.801,41
2061	4.128.048,12	14.610.215,18	579.619.684,39
2062	4.146.072,90	14.562.252,03	603.622.747,69
2063	4.160.524,50	14.504.895,07	629.133.436,22
2064	4.177.694,70	14.449.786,04	656.248.743,69
2065	4.193.984,95	14.360.241,51	685.069.903,98
2066	4.207.432,63	14.247.103,55	715.733.916,87
2067	4.221.243,73	14.167.017,11	748.369.202,40
2068	4.234.829,19	14.159.789,08	783.057.793,60
2069	4.241.913,62	13.997.344,19	819.865.849,95
2070	4.253.843,38	13.900.622,10	859.060.519,62
2071	4.259.563,18	13.766.808,88	900.729.366,09
2072	4.267.253,61	13.875.868,43	945.035.862,50
2073	4.258.156,80	13.867.471,75	991.909.631,28
2074	4.255.960,35	14.032.725,42	1.041.594.787,91
2075	4.241.361,21	13.853.313,62	1.094.114.937,29
2076	4.251.802,26	13.618.013,80	1.149.975.586,03
2077	4.260.373,14	13.369.666,10	1.209.459.830,92
2078	4.269.673,92	13.628.732,09	1.272.773.665,05
2079	4.241.140,12	13.632.145,22	1.339.649.283,39
2080	4.230.292,83	13.616.963,83	1.410.522.445,09
2081	4.220.648,12	13.538.454,02	1.485.673.589,44
2082	4.215.798,02	13.672.189,78	1.565.418.423,29

ANO	FLUXO MONETARIO		
	RECEITA	DESPESA	SALDO
2083	4.195.381,38	14.022.964,55	1.649.815.092,87
2084	4.161.951,82	13.986.612,77	1.738.919.764,15
2085	4.154.395,41	13.709.067,73	1.833.406.641,54
2086	4.165.635,59	13.417.331,48	1.933.874.651,25
2087	4.175.945,13	13.164.324,44	2.040.717.429,48
2088	4.185.288,51	12.968.079,83	2.154.277.365,82
2089	4.188.828,04	12.818.124,86	2.274.899.016,63
2090	4.188.529,35	12.667.839,76	2.402.954.601,03
2091	4.189.375,01	12.478.118,77	2.538.889.817,00
2092	4.194.573,54	12.324.511,00	2.683.221.248,14
2093	4.196.357,30	12.240.529,46	2.836.420.993,92
2094	4.194.153,50	12.092.237,35	2.998.949.315,17
2095	4.194.486,96	11.927.707,75	3.171.431.787,24
2096	4.200.131,20	11.740.594,15	3.354.488.732,80
2097	4.205.784,41	11.569.628,08	3.548.786.677,25
2098	4.211.962,87	11.396.907,65	3.754.986.775,86
2099	4.205.356,06	11.228.756,03	3.973.808.957,66
2100	4.205.770,72	11.053.019,67	4.205.996.496,61
2101	4.198.157,90	10.891.287,12	4.452.370.390,17

Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

14. REGISTROS CONTÁBEIS DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Segundo nova determinação do IPC/STN nº 14, deverá ser utilizado o método de financiamento de Crédito Unitário Projetado (PUC), no regime de capitalização dos benefícios de aposentadorias e suas reversões, para a apuração das provisões matemáticas. Assim, deverá ser utilizado este método de financiamento para efetuar o lançamento das provisões matemáticas no balanço patrimonial, conforme apresentamos abaixo:

QUADRO 31: PLANO DE CONTAS

PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS - REGISTROS CONTÁBEIS NOME DO MUNICÍPIO: TRÊS CORAÇÕES ESTADO: MG DRAA/DADOS CADASTRAIS DO MÊS DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO DE 2025		
ATIVO		
CÓDIGO DA CONTA	(1) NOME	VALORES (R\$)
(APF)	(1) ATIVO - PLANO FINANCEIRO	5.800.347,62
1.1.1.1.1.06.02	Bancos Conta Movimento - Fundo em Repartição	403.520,37
1.1.1.1.1.06.04	Bancos Conta Movimento - Taxa de Administração	271.113,57
1.1.1.1.1.51.00	Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - RPPS - Fundo em Repartição	5.125.713,68
(APP)	(2) ATIVO - PLANO PREVIDENCIÁRIO	61.918.437,86
1.1.1.1.1.06.03	Bancos Conta Movimento - Fundo em Capitalização	498.087,60
1.1.1.1.1.06.04	Bancos Conta Movimento - Taxa de Administração	114.630,64
1.1.1.1.1.52.00	Aplicações Financeiras de Liquidez imediata RPPS - Taxa de Administração	1.183.296,91
1.1.1.1.1.53.00	Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - RPPS - Fundo em Capitalização	11.720.961,38
1.1.3.4.1.01.09	Créditos a Receber por Pagamentos Indevidos de Benefícios Previdenciários	1.381,78
1.1.3.6.2.02.01	Créditos Previdenciários do RPPS Parcelados - Patronal - Fundo em Capitalização	597,79
1.1.4.4.1.00.00	Investimentos e Aplicações Temporárias de Curto Prazo do RPPS - Fundo em Capitalização	27.959.739,55
1.2.1.1.2.06.04	Créditos Previdenciários do RPPS Parcelados - Patronal - Fundo em Capitalização	20.439.742,21
REGISTROS CONTÁBEIS NO BALANÇO DO RPPS		
PASSIVO		
2.2.7.2.0.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	3.268.481,20
2.2.7.2.1.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	781.705.241,65
PLANO FINANCEIRO		
2.2.7.2.1.01.00	FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	550.597.280,50
2.2.7.2.1.01.01	(+) APOSENTADORIAS/PENSÕES CONCEDIDAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	587.266.242,56
2.2.7.2.1.01.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	(6.559.749,17)
2.2.7.2.1.01.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	(745.900,76)
2.2.7.2.1.01.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	(29.363.312,13)
2.2.7.2.1.01.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	0,00

PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS - REGISTROS CONTÁBEIS		
NOME DO MUNICÍPIO: TRÊS CORAÇÕES ESTADO: MG		
DRAA/DADOS CADASTRAIS DO MÊS DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO DE 2025		
2.2.7.2.1.02.00	FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	227.839.479,95
2.2.7.2.1.02.01	(+) APOSENTADORIAS/PENSÕES A CONCEDER DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	248.665.722,54
2.2.7.2.1.02.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	(12.924.920,25)
2.2.7.2.1.02.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR E FUTURO APOSENTADO/PENSIONISTA PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	(6.462.460,13)
2.2.7.2.1.02.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	(1.438.862,22)
2.2.7.2.1.02.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	0,00
PLANO PREVIDENCIÁRIO		
2.2.7.2.1.03.00	FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	3.268.481,20
2.2.7.2.1.03.01	(+) APOSENTADORIAS/PENSÕES CONCEDIDAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	3.268.481,20
2.2.7.2.1.03.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O FUNDO DE CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.03.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O FUNDO DE CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.03.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO DE CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.03.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	0,00
2.2.7.2.1.04.00	FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	0,00
2.2.7.2.1.04.01	(+) APOSENTADORIAS/PENSÕES A CONCEDER DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	79.079.427,35
2.2.7.2.1.04.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	(52.719.618,23)
2.2.7.2.1.04.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	(26.359.809,12)
2.2.7.2.1.04.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.04.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	0,00
		0,00
2.2.7.2.2.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - INTRA OFSS	(778.436.760,45)
2.2.7.2.2.01.00	FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	(550.597.280,50)
2.2.7.2.2.01.01	(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA - FUNDO EM REPARTIÇÃO - BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	(550.597.280,50)
2.2.7.2.2.02.00	FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	(227.839.479,95)
2.2.7.2.2.02.03	(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA - FUNDO EM REPARTIÇÃO - BENEFÍCIOS A CONCEDER	(227.839.479,95)
OBSERVAÇÃO: NO RPPS AS CONTAS ACIMA DEVEM SER CREDITADAS EM CONTRAPARTIDA ÀS CONTAS 2.2.7.2.1.01.00 E 2.2.7.2.1.02.00, RESPECTIVAMENTE		
2.3.6.2.0.00.00	RESERVAS ATUARIAIS	58.649.956,66
2.3.6.2.1.00.00	RESERVA ATUARIAL - CONSOLIDAÇÃO	58.649.956,66
2.3.6.2.1.01.00	RESERVAS ATUARIAIS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	58.649.956,66
2.3.6.2.1.01.01	RESERVA ATUARIAL PARA CONTIGÊNCIAS	1.004.359,44
2.3.6.2.1.01.02	RESERVA ATUARIAL PARA AJUSTES DO FUNDO	57.645.597,22
REGISTROS CONTÁBEIS NO BALANÇO DO ENTE FEDERATIVO		
3.9.9.2.02.00 (DEBITA)	AJUSTE DO VALOR ATUAL DAS INSUFICIÊNCIAS FINANCEIRAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO	778.436.760,45
2.2.7.2.2.05.00 (CREDITA)	OBRIGAÇÃO ATUAL DE COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA RPPS - FUNDO EM REPARTIÇÃO - (INTRA OFSS)	778.436.760,45
2.2.7.2.2.05.01	OBRIGAÇÃO ATUAL DE COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA RPPS - FUNDO EM REPARTIÇÃO - BENEFÍCIOS CONCEDIDOS (INTRA OFSS)	550.597.280,50
2.2.7.2.2.05.02	OBRIGAÇÃO ATUAL DE COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA RPPS - FUNDO EM REPARTIÇÃO - BENEFÍCIOS A CONCEDER (INTRA OFSS)	227.839.479,95

PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS - REGISTROS CONTÁBEIS NOME DO MUNICÍPIO: TRÊS CORAÇÕES ESTADO: MG DRAA/DADOS CADASTRAIS DO MÊS DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO DE 2025		
3.9.9.9.2.01.00 (DEBITA)	AJUSTE DO VALOR ATUAL DO PLANO DE EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT DO RPPS	0,00
2.2.7.9.2.00.00 (CREDITA)	OUTRAS PROVISÕES A LONGO PRAZO - INTRA OFSS	0,00
2.2.7.9.2.09.00	Valor Atual da Obrigação com Amortização de Déficit Atuarial - Fundo em Capitalização - Intra OFSS	0,00
NOTAS EXPLICATIVAS: O art. 26, § 3º, da Portaria 1.467/2022 estabelece que para a contabilização das provisões matemáticas deverá ser adotado método de financiamento (atuarial) alinhado às normas de contabilidade aplicáveis ao setor público e no caso de utilização de outro método para a avaliação atuarial, seus resultados deverão ser apresentados em notas explicativas. A 9ª edição do MCASP, aplicável a partir de 2022, estabelece, na Parte III, Capítulo 4, normas para a contabilização dos RPPS, determinando que o método de financiamento a ser usado para a contabilização das provisões matemáticas é o Crédito Unitário Projetado (PUC).		

Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

15. PROJEÇÕES ATUARIAIS – LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

QUADRO 32: LRF ART. 4º, § 2º, INCISO IV, ALÍNEA A

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ANO	FLUXO MONETÁRIO			
	RECEITA	DESPESA	SALDO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO
2025	0,00	0,00	0,00	61.918.437,86
2026	13.187.770,74	848.259,81	12.339.510,93	74.257.948,79
2027	13.304.886,85	970.184,24	12.334.702,61	86.592.651,40
2028	13.410.404,49	1.208.701,63	12.201.702,86	98.794.354,26
2029	13.513.340,29	1.457.025,17	12.056.315,12	110.850.669,38
2030	13.596.626,82	1.837.007,47	11.759.619,34	122.610.288,73
2031	13.653.554,04	2.220.747,08	11.432.806,96	134.043.095,68
2032	13.716.757,81	2.619.789,29	11.096.968,52	145.140.064,20
2033	13.820.103,21	2.910.524,56	10.909.578,65	156.049.642,85
2034	13.924.893,93	3.169.999,93	10.754.894,01	166.804.536,86
2035	14.014.586,86	3.569.760,73	10.444.826,13	177.249.362,99
2036	14.115.790,99	3.832.704,35	10.283.086,64	187.532.449,62
2037	14.211.151,35	4.183.208,72	10.027.942,63	197.560.392,25
2038	14.297.241,29	4.611.108,15	9.686.133,14	207.246.525,39
2039	14.383.968,94	5.020.960,94	9.363.008,00	216.609.533,40
2040	14.433.315,18	5.738.383,72	8.694.931,46	225.304.464,86
2041	14.508.530,83	6.243.881,11	8.264.649,72	233.569.114,58
2042	14.586.624,56	6.687.460,86	7.899.163,70	241.468.278,28
2043	14.629.213,21	7.459.939,65	7.169.273,56	248.637.551,84
2044	14.693.331,45	8.018.085,99	6.675.245,46	255.312.797,29
2045	14.668.930,04	9.230.951,37	5.437.978,66	260.750.775,95
2046	14.710.891,48	9.959.995,04	4.750.896,44	265.501.672,39
2047	14.654.965,16	11.638.552,83	3.016.412,33	268.518.084,72
2048	14.382.379,10	15.187.521,92	(805.142,82)	267.712.941,90
2049	14.203.925,18	17.976.152,38	(3.772.227,20)	263.940.714,70
2050	14.104.204,65	19.785.295,24	(5.681.090,59)	258.259.624,11
2051	14.164.659,83	20.135.448,54	(5.970.788,71)	252.288.835,40
2052	14.042.946,73	22.125.213,46	(8.082.266,73)	244.206.568,67
2053	13.782.933,98	25.255.493,52	(11.472.559,54)	232.734.009,13
2054	13.686.427,07	26.842.475,13	(13.156.048,07)	219.577.961,07
2055	13.698.530,25	27.426.794,16	(13.728.263,91)	205.849.697,16
2056	13.761.661,00	27.593.094,19	(13.831.433,20)	192.018.263,96
2057	13.774.711,66	28.146.720,09	(14.372.008,43)	177.646.255,53
2058	13.758.535,26	28.922.348,32	(15.163.813,06)	162.482.442,47
2059	13.764.295,26	29.310.117,81	(15.545.822,55)	146.936.619,92
2060	13.796.544,97	29.514.337,03	(15.717.792,05)	131.218.827,87
2061	13.845.064,91	29.453.535,51	(15.608.470,60)	115.610.357,27

ANO	FLUXO MONETÁRIO			
	RECEITA	DESPESA	SALDO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO
2062	13.905.512,21	29.364.714,42	(15.459.202,22)	100.151.155,05
2063	13.953.975,46	29.256.608,65	(15.302.633,19)	84.848.521,86
2064	14.011.572,38	29.153.173,88	(15.141.601,50)	69.706.920,36
2065	14.066.202,69	28.981.274,85	(14.915.072,16)	54.791.848,19
2066	14.111.299,36	28.762.088,58	(14.650.789,22)	40.141.058,98
2067	14.157.637,10	28.608.028,56	(14.450.391,46)	25.690.667,52
2068	14.203.221,60	28.598.310,13	(14.395.088,53)	11.295.578,98
2069	14.226.975,49	28.280.173,94	(14.053.198,45)	(2.757.619,47)
2070	14.266.979,99	28.092.767,83	(13.825.787,84)	(16.583.407,31)
2071	14.286.157,17	27.830.860,55	(13.544.703,37)	(30.128.110,68)
2072	14.311.943,69	28.049.800,46	(13.737.856,77)	(43.865.967,46)
2073	14.281.428,09	28.033.523,46	(13.752.095,37)	(57.618.062,83)
2074	14.274.055,67	28.361.966,04	(14.087.910,38)	(71.705.973,21)
2075	14.225.101,71	28.006.253,22	(13.781.151,51)	(85.487.124,71)
2076	14.260.113,96	27.543.939,38	(13.283.825,42)	(98.770.950,13)
2077	14.288.854,27	27.055.502,27	(12.766.648,00)	(111.537.598,13)
2078	14.320.045,21	27.571.358,02	(13.251.312,82)	(124.788.910,95)
2079	14.224.341,88	27.575.299,63	(13.350.957,75)	(138.139.868,71)
2080	14.187.957,04	27.545.353,34	(13.357.396,30)	(151.497.265,01)
2081	14.155.605,72	27.390.390,20	(13.234.784,47)	(164.732.049,48)
2082	14.139.335,00	27.656.362,49	(13.517.027,49)	(178.249.076,97)
2083	14.070.857,01	28.349.520,99	(14.278.663,98)	(192.527.740,95)
2084	13.958.734,73	28.274.655,04	(14.315.920,31)	(206.843.661,25)
2085	13.933.388,99	27.726.764,40	(13.793.375,41)	(220.637.036,67)
2086	13.971.083,20	27.153.944,74	(13.182.861,54)	(233.819.898,21)
2087	14.005.656,28	26.657.769,33	(12.652.113,05)	(246.472.011,26)
2088	14.036.989,08	26.273.932,13	(12.236.943,05)	(258.708.954,31)
2089	14.048.856,66	25.980.958,89	(11.932.102,23)	(270.641.056,54)
2090	14.047.851,40	25.686.926,02	(11.639.074,63)	(282.280.131,17)
2091	14.050.684,21	25.315.243,62	(11.264.559,41)	(293.544.690,57)
2092	14.068.116,01	25.015.901,74	(10.947.785,73)	(304.492.476,30)
2093	14.074.095,23	24.853.912,66	(10.779.817,43)	(315.272.293,73)
2094	14.066.700,80	24.564.029,63	(10.497.328,84)	(325.769.622,57)
2095	14.067.816,14	24.242.324,26	(10.174.508,12)	(335.944.130,69)
2096	14.086.743,36	23.876.601,75	(9.789.858,40)	(345.733.989,09)
2097	14.105.700,82	23.542.644,02	(9.436.943,20)	(355.170.932,29)
2098	14.126.420,02	23.205.003,09	(9.078.583,08)	(364.249.515,36)
2099	14.104.259,25	22.874.121,33	(8.769.862,08)	(373.019.377,44)
2100	14.105.647,85	22.529.108,67	(8.423.460,83)	(381.442.838,27)

Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

16. INCONSISTÊNCIAS DA BASE DE DADOS

O quadro a seguir apresenta as inconsistências apuradas nas bases de dados dos servidores ativos, aposentados e pensionistas. Apresenta-se as respectivas premissas técnicas utilizadas para suprir as ausências ou deficiências de informações cadastrais.

QUADRO 33: INCONSISTÊNCIAS DOS SERVIDORES ATIVOS

QUANTIDADE	PERCENTUAL	INCONSISTÊNCIA	AÇÃO
860	100,00%	Não informado tempo de contribuição anterior	Considerado a idade de 24 anos como ingresso ao mercado de trabalho
25	2,80%	Servidores com situação funcional "3-Licenciado(a) sem Remuneração"	Exclusão da base de dados
6	0,67%	Servidores com situação funcional "5-Cedido(a) sem Ônus"	Exclusão da base de dados
1	0,11%	Servidores com situação "Demitido"	Exclusão da base de dados

Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

17. DURAÇÃO DO PASSIVO

A duração do passivo corresponde à média dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios do RPPS, líquidos das contribuições dos aposentados e pensionistas, ponderada pelos valores presentes desses fluxos.

QUADRO 34: EVOLUÇÃO DA DURAÇÃO DO PASSIVO

EXERCÍCIO	DURAÇÃO DO PASSIVO (DURATION) EM ANOS
2020	36,03
2021	37,58
2022	37,25
2023	37,05
2024	33,82
2025	30,41

Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

18. VIABILIDADE DO PLANO DE CUSTEIO

A fim de atender ao disposto no artigo 64, da Portaria MTP nº 1.467/2022, que estabelece a necessidade de o ente federativo demonstrar a adequação do plano de custeio do RPPS à capacidade orçamentária, financeira e fiscal, seguem apresentadas as análises realizadas.

Ressalta-se que, para as análises, foram informadas pelo IPRECOR as despesas executadas e discriminadas com pessoal, relativas aos últimos 12 meses. Além disso foram disponibilizados outros dados, como o histórico dos últimos 10 anos (2015 a 2025) e a projeção para o próximo ano, tanto da Receita Corrente Líquida – RCL como da Despesa Total com Pessoal – DTP, abaixo apresentadas:

QUADRO 35: APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	R\$ 206.434.110,88
Pessoal Ativo	R\$ 152.264.798,62
Pessoal Inativo e Pensionistas	R\$ 54.169.312,26
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	R\$ 0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	R\$ 77.080.109,11
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	R\$ 19.024.705,23
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	R\$ 96.050,58
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	R\$ 0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	R\$ 52.912.491,09
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)	R\$ 4.389.330,57
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	R\$ 657.531,64
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	R\$ 0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	R\$ 129.354.001,77
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	R\$ 129.354.001,77

Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

QUADRO 36: APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	R\$ 352.036.982,59
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	36,74%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	54,00%
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	51,30%
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	48,60%

Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

Assim, a partir das informações anteriores, identificou-se a representatividade de 0,00% do déficit atuarial em relação à RCL de 2025 (o Fundo Previdenciário é superavitário). Para a projeção da RCL e da despesa líquida com pessoal para os próximos 35 anos, considerou-se a variação média da RCL e da despesa líquida com pessoal apuradas com base no histórico dos últimos 10 anos, conforme demonstrado anteriormente.

Na sequência, foi apurada a variação real do histórico da RCL e da despesa líquida com pessoal relativas aos últimos 10 anos, bem como a variação média deste mesmo período, apuradas em 2,16% e 0,60%, respectivamente.

QUADRO 37: VARIAÇÃO MÉDIA DA RCL E DTP

	Calculado	Informado
Contribuições do Ente + Parcelamentos (Ano: 2025)		38.507.846,96
Despesas do RPPS- Benefícios e Administrativas (Ano: 2025)		54.169.312,26
Despesa com Pessoal (exceto RPPS)	75.184.689,51	
Dívida Consolidada Líquida – DCL		1.282.177,67
Resultado Atuarial	55.058.028,91	
Variação Média - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	5,16%	
Variação Média - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	2,55%	

Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

QUADRO 38: VARIAÇÃO REAL DO HISTÓRICO DA RCL E DA DTP

ANO	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	INFLAÇÃO DO ANO	INFLAÇÃO ACUMULADA	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (EM BASE DE 2025)	DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (EM BASE DE 2025)	VARIAÇÃO REAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	VARIAÇÃO REAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL
2015	132.569.051,43	64.110.991,05	10,67%	-	218.466.449,60	105.651.360,13	-	-

ANO	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	INFLAÇÃO DO ANO	INFLAÇÃO ACUMULADA	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (EM BASE DE 2025)	DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (EM BASE DE 2025)	VARIAÇÃO REAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	VARIAÇÃO REAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL
2016	134.758.189,26	70.320.349,07	6,29%	64,79%	208.932.192,51	109.026.284,71	-4,36%	3,19%
2017	138.657.297,48	68.707.071,78	2,95%	55,04%	208.817.347,71	103.472.581,38	-0,05%	-5,09%
2018	158.316.785,14	74.765.384,68	3,75%	50,60%	229.806.707,70	108.526.628,35	10,05%	4,88%
2019	176.174.184,26	81.392.361,44	4,31%	45,16%	245.161.382,92	113.264.403,49	6,68%	4,37%
2020	227.125.349,79	94.202.923,04	4,52%	39,16%	302.395.971,57	125.422.302,99	23,35%	10,73%
2021	248.293.833,78	100.107.600,23	10,06%	33,14%	300.363.265,98	121.101.057,15	-0,67%	-3,45%
2022	279.115.889,94	137.314.830,97	5,79%	20,97%	319.169.091,89	157.019.544,51	6,26%	29,66%
2023	284.183.829,73	133.911.819,76	4,62%	14,35%	310.613.919,27	146.366.087,09	-2,68%	-6,78%
2024	326.492.096,13	132.342.776,52	4,83%	9,30%	340.414.959,78	137.986.375,41	9,59%	-5,73%
2025	352.036.982,59	129.354.001,77	4,26%	4,26%	352.036.982,59	129.354.001,77	3,41%	-6,26%

Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

O Impacto do déficit atuarial após a inclusão no Quociente do Limite de Endividamento será de 0,36%:

QUADRO 39: INCREMENTO DO CUSTEIO ESPECIAL PROPOSTO NA RCL PROJETADA

ANO	NO.	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	DESPESA COM PESSOAL (EXCETO RPPS)	PESSOAL ATIVO EFETIVO	APOSENTADORIAS E PENSÕES	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	CONTRIBUIÇÃO SUPLEMENTAR	PARCELAMENTOS	INSUFICIÊNCIA OU EXCEDENTE FINANCEIRO	DESPESA COM PESSOAL - LRF	EVOLUÇÃO DOS RECURSOS GARANTIDORES
2025	0	352.036.982,59	129.354.001,77	31.399.435,15	215.901,30	2.670.943,51	-	20.439.742,21	24.155.945,83	152.464.687,49	69.592.410,37
2026	1	369.638.831,72	135.821.701,86	31.227.347,55	274.344,61	2.694.661,09	-	-	3.692.682,91	138.516.362,94	77.704.184,40
2027	2	388.120.773,31	136.500.810,37	30.936.660,88	391.956,67	2.716.026,12	-	-	3.606.532,02	139.216.836,48	86.213.752,62
2028	3	407.526.811,97	137.183.314,42	30.633.721,70	514.556,53	2.736.867,55	-	-	3.514.623,46	139.920.181,97	95.138.997,16
2029	4	427.903.152,57	137.869.230,99	30.195.735,20	704.143,08	2.753.581,34	-	-	3.349.861,31	140.622.812,33	104.427.736,63
2030	5	449.298.310,20	138.558.577,15	29.753.377,44	896.243,77	2.764.814,38	-	-	3.174.717,71	141.323.391,53	114.090.882,34
2031	6	471.763.225,71	139.251.370,03	29.293.372,17	1.095.881,94	2.777.371,79	-	-	2.993.911,05	142.028.741,82	124.145.006,43
2032	7	495.351.386,99	139.947.626,88	28.939.775,21	1.239.757,11	2.798.306,20	-	-	2.880.849,87	142.745.933,08	134.685.515,43
2033	8	520.118.956,34	140.647.365,02	28.619.282,77	1.367.762,98	2.819.533,48	-	-	2.784.088,95	143.466.898,50	145.759.021,53
2034	9	546.124.904,16	141.350.601,84	28.168.387,26	1.566.982,74	2.837.703,36	-	-	2.611.612,56	144.188.305,20	157.317.383,32
2035	10	573.431.149,37	142.057.354,85	27.839.968,07	1.696.752,61	2.858.204,70	-	-	2.512.018,28	144.915.559,55	169.467.114,51
2036	11	602.102.706,84	142.767.641,63	27.431.592,33	1.870.869,79	2.877.522,74	-	-	2.366.334,29	145.645.164,37	182.195.005,76
2037	12	632.207.842,18	143.481.479,83	26.940.382,16	2.083.649,64	2.894.952,66	-	-	2.179.222,97	146.376.432,49	195.491.994,72
2038	13	663.818.234,29	144.198.887,23	26.466.905,64	2.287.792,03	2.912.523,73	-	-	2.000.939,90	147.111.410,97	209.401.758,58
2039	14	697.009.146,00	144.919.881,67	25.663.627,04	2.648.190,34	2.922.524,13	-	-	1.655.255,17	147.842.405,80	223.783.751,68
2040	15	731.859.603,30	145.644.481,08	25.071.083,44	2.900.806,03	2.937.764,13	-	-	1.425.066,38	148.582.245,20	238.788.909,79
2041	16	768.452.583,47	146.372.703,48	24.560.981,02	3.121.985,98	2.953.587,17	-	-	1.227.171,47	149.326.290,65	254.489.050,96
2042	17	806.875.212,64	147.104.567,00	23.699.462,39	3.510.133,19	2.962.219,38	-	-	851.722,99	150.066.786,38	270.737.822,62
2043	18	847.218.973,27	147.840.089,84	23.085.038,15	3.789.370,05	2.975.212,13	-	-	591.604,21	150.815.301,97	287.690.591,26

ANO	NO.	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	DESPESA COM PESSOAL (EXCETO RPPS)	PESSOAL ATIVO EFETIVO	APOSENTADORIAS E PENSÕES	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	CONTRIBUIÇÃO SUPLEMENTAR	PARCELAMENTOS	INSUFICIÊNCIA OU EXCEDENTE FINANCEIRO	DESPESA COM PESSOAL - LRF	EVOLUÇÃO DOS RECURSOS GARANTIDORES
2044	19	889.579.921,94	148.579.290,28	21.745.575,87	4.401.510,57	2.970.081,38	-	-	(27.822,41)	151.577.194,08	305.008.833,81
2045	20	934.058.918,03	149.322.186,74	20.952.489,28	4.767.460,24	2.978.587,80	-	-	(381.260,29)	152.682.034,83	322.996.616,21
2046	21	980.761.863,93	150.068.797,67	19.145.897,72	5.615.476,24	2.967.270,79	-	-	(1.245.950,90)	154.282.019,36	341.152.230,42
2047	22	1.029.799.957,13	150.819.141,66	15.433.223,92	7.413.758,66	2.912.027,63	-	-	(3.125.510,45)	156.856.679,74	358.409.731,19
2048	23	1.081.289.954,99	151.573.237,37	12.513.820,33	8.825.457,96	2.875.896,46	-	-	(4.590.417,51)	159.039.551,33	375.154.618,29
2049	24	1.135.354.452,74	152.331.103,55	10.592.646,71	9.740.212,46	2.855.673,26	-	-	(5.534.906,48)	160.721.683,30	391.907.780,43
2050	25	1.192.122.175,37	153.092.759,07	10.160.478,52	9.913.757,31	2.867.932,92	-	-	(5.690.424,96)	161.651.116,95	409.506.262,01
2051	26	1.251.728.284,14	153.858.222,87	8.077.254,11	10.920.115,73	2.843.298,53	-	-	(6.733.072,83)	163.434.594,22	427.060.412,49
2052	27	1.314.314.698,35	154.627.513,98	4.852.130,56	12.506.069,29	2.790.569,84	-	-	(8.396.556,40)	165.814.640,23	443.909.286,61
2053	28	1.380.030.433,27	155.400.651,55	3.155.304,97	13.308.191,05	2.771.044,60	-	-	(9.227.451,83)	167.399.147,98	460.893.149,41
2054	29	1.449.031.954,93	156.177.654,81	2.478.130,31	13.600.952,90	2.773.517,97	-	-	(9.516.603,73)	168.467.776,50	478.594.551,39
2055	30	1.521.483.552,68	156.958.543,08	2.243.899,63	13.681.390,11	2.786.327,86	-	-	(9.578.216,34)	169.323.087,29	497.298.020,05
2056	31	1.597.557.730,31	157.743.335,80	1.664.651,48	13.958.826,55	2.788.995,09	-	-	(9.851.760,22)	170.384.091,10	516.839.269,30
2057	32	1.677.435.616,83	158.532.052,48	934.358,59	14.349.634,14	2.785.718,42	-	-	(10.247.391,04)	171.565.161,94	537.139.368,52
2058	33	1.761.307.397,67	159.324.712,74	481.854,58	14.543.204,52	2.786.914,40	-	-	(10.439.242,36)	172.550.869,49	558.460.143,77
2059	34	1.849.372.767,55	160.121.336,30	213.764,76	14.643.865,35	2.793.476,88	-	-	(10.530.285,79)	173.445.098,98	580.970.028,41
2060	35	1.941.841.405,93	160.921.942,98	115.856,99	14.610.215,18	2.803.334,36	-	-	(10.482.167,06)	174.207.444,40	604.888.279,39

Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

Por fim, seguem apresentados o impacto da DTP na RCL, sua relação com o limite prudencial estabelecido na LRF e a efetividade do plano de amortização, seguindo os padrões estabelecidos pela Secretaria de Previdência - SPREV. Destaca-se que a última coluna, denominada “Efetividade do Plano de Amortização”, apesar de sua nomenclatura dada pela SPREV, representa, na verdade, a evolução percentual dos ativos garantidores dos compromissos, independentemente de haver, ou não, plano de amortização. Essa coluna não tem relação exclusiva com o plano de amortização, no caso de sua existência.

QUADRO 40: INDICADORES DE VIABILIDADE DO PLANO DE CUSTEIO

ANO	NO.	IMPACTO DA DESPESA TOTAL DE PESSOAL NA RCL	RELAÇÃO COM LIMITE PRUDENCIAL (PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 22 DA LRF)	EFETIVIDADE DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO
2025	0	43,31%	-15,58%	
2026	1	37,47%	-26,95%	11,66%
2027	2	35,87%	-30,08%	10,95%
2028	3	34,33%	-33,07%	10,35%
2029	4	32,86%	-35,94%	9,76%
2030	5	31,45%	-38,69%	9,25%
2031	6	30,11%	-41,31%	8,81%
2032	7	28,82%	-43,83%	8,49%
2033	8	27,58%	-46,23%	8,22%
2034	9	26,40%	-48,53%	7,93%
2035	10	25,27%	-50,74%	7,72%
2036	11	24,19%	-52,85%	7,51%
2037	12	23,15%	-54,87%	7,30%
2038	13	22,16%	-56,80%	7,12%
2039	14	21,21%	-58,65%	6,87%
2040	15	20,30%	-60,42%	6,71%
2041	16	19,43%	-62,12%	6,57%
2042	17	18,60%	-63,75%	6,38%
2043	18	17,80%	-65,30%	6,26%
2044	19	17,04%	-66,79%	6,02%
2045	20	16,35%	-68,14%	5,90%

ANO	NO.	IMPACTO DA DESPESA TOTAL DE PESSOAL NA RCL	RELAÇÃO COM LIMITE PRUDENCIAL (PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 22 DA LRF)	EFETIVIDADE DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO
2046	21	15,73%	-69,34%	5,62%
2047	22	15,23%	-70,31%	5,06%
2048	23	14,71%	-71,33%	4,67%
2049	24	14,16%	-72,41%	4,47%
2050	25	13,56%	-73,57%	4,49%
2051	26	13,06%	-74,55%	4,29%
2052	27	12,62%	-75,41%	3,95%
2053	28	12,13%	-76,35%	3,83%
2054	29	11,63%	-77,34%	3,84%
2055	30	11,13%	-78,31%	3,91%
2056	31	10,67%	-79,21%	3,93%
2057	32	10,23%	-80,06%	3,93%
2058	33	9,80%	-80,90%	3,97%
2059	34	9,38%	-81,72%	4,03%
2060	35	8,97%	-82,51%	4,12%

Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

19. PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS PARA OS PRÓXIMOS DOZE MESES

A tabela abaixo apresenta a projeção das reservas matemáticas para os próximos 12 meses.

QUADRO 41: PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS PARA OS PRÓXIMOS DOZE MESES

MÊS	VASF	VABF CONCEDIDO	VACF CONCEDIDO	PMBC	VABF A CONCEDER	VACF ENTE	VACF SERVIDORES	PMBAC	VACOMPREV A RECEBER	VACOMPREV A PAGAR
0	374.752.976,00	3.210.848,46	-	3.210.848,46	75.906.152,58	49.069.618,76	24.534.809,38	2.301.724,44	-	-
1	375.053.568,66	3.289.752,44	-	3.289.752,44	75.976.835,68	49.070.219,95	24.535.410,57	2.371.205,16	-	-
2	375.355.835,95	3.368.859,64	-	3.368.859,64	76.047.660,14	49.071.425,67	24.536.616,29	2.439.618,19	-	-
3	375.659.786,48	3.448.170,69	-	3.448.170,69	76.118.626,25	49.073.239,29	24.538.429,91	2.506.957,06	-	-
4	375.965.428,89	3.527.686,21	-	3.527.686,21	76.189.734,30	49.075.664,20	24.540.854,81	2.573.215,29	-	-
5	376.272.771,86	3.607.406,83	-	3.607.406,83	76.260.984,56	49.078.703,79	24.543.894,41	2.638.386,37	-	-
6	376.581.824,12	3.687.333,20	-	3.687.333,20	76.332.377,32	49.082.361,48	24.547.552,10	2.702.463,74	-	-
7	376.892.594,45	3.767.465,95	-	3.767.465,95	76.403.912,87	49.086.640,72	24.551.831,34	2.765.440,81	-	-
8	377.205.091,66	3.847.805,73	-	3.847.805,73	76.475.591,49	49.091.544,95	24.556.735,57	2.827.310,97	-	-
9	377.519.324,61	3.928.353,16	-	3.928.353,16	76.547.413,46	49.097.077,65	24.562.268,27	2.888.067,55	-	-
10	377.835.302,20	4.009.108,91	-	4.009.108,91	76.619.379,08	49.103.242,30	24.568.432,92	2.947.703,86	-	-
11	378.153.033,40	4.090.073,61	-	4.090.073,61	76.691.488,63	49.110.042,42	24.575.233,03	3.006.213,18	-	-
12	378.472.527,18	4.171.247,92	-	4.171.247,92	76.763.742,40	49.117.481,52	24.582.672,14	3.063.588,75	-	-

Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

20. GLOSSÁRIO DE TERMOS TÉCNICOS ATUARIAIS

- ✓ **Alíquota de contribuição normal:** percentual de contribuição, instituído em lei do ente federativo, definido, a cada ano, para cobertura do custo normal e cujos valores são destinados à constituição de reservas com a finalidade de prover o pagamento de benefícios.
- ✓ **Alíquota de contribuição suplementar:** percentual de contribuição extraordinária, estabelecido em lei do ente federativo, para cobertura do custo suplementar e equacionamento do déficit atuarial.
- ✓ **Análise de sensibilidade:** método que busca mensurar o efeito de uma hipótese ou premissa no resultado final de um estudo ou avaliação atuarial.
- ✓ **Aposentadoria:** benefício concedido aos segurados ativos do RPPS em prestações continuadas e nas condições previstas na Constituição Federal, nas normas gerais de organização e funcionamento desses regimes e na legislação do ente federativo.
- ✓ **Aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho:** benefício concedido aos segurados do RPPS que, por doença ou acidente, forem considerados, por perícia médica do ente federativo ou da unidade gestora do RPPS, incapacitados para exercer suas atividades ou outro tipo de serviço que lhes garanta o sustento, nas condições previstas na Constituição Federal, nas normas gerais de organização e funcionamento desses regimes e na legislação do ente federativo.
- ✓ **Ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios:** somatório dos recursos provenientes das contribuições, das disponibilidades decorrentes das receitas

correntes e de capital e demais ingressos financeiros auferidos pelo RPPS, e dos bens, direitos, ativos financeiros e ativos de qualquer natureza vinculados, por lei, ao regime, destacados como investimentos e avaliados pelo seu valor justo, conforme normas contábeis aplicáveis ao setor público, excluídos os recursos relativos ao financiamento do custo administrativo do regime e aqueles vinculados aos fundos para oscilação de riscos e os valores das provisões para pagamento dos benefícios avaliados em regime de repartição simples e de repartição de capitais de cobertura.

✓ **Atuário:** profissional técnico especializado, bacharel em Ciências Atuariais e legalmente habilitado para o exercício da profissão nos termos do Decreto-lei nº 806, de 04 de setembro de 1969.

✓ **Auditoria atuarial:** exame dos aspectos atuariais do plano de benefícios do RPPS realizado por atuário ou empresa de consultoria atuarial certificada, na forma de instrução normativa específica, com o objetivo de verificar e avaliar a coerência e a consistência da base cadastral, das bases técnicas adotadas, da adequação do plano de custeio, dos montantes estimados para as provisões (reservas) matemáticas e fundos de natureza atuarial, bem como de demais aspectos que possam comprometer a liquidez e solvência do plano de benefícios.

✓ **Avaliação atuarial:** documento elaborado por atuário, em conformidade com as bases técnicas estabelecidas para o plano de benefícios do RPPS, que caracteriza a população segurada e a base cadastral utilizada, discrimina os encargos, estima os recursos necessários e as alíquotas de contribuição normal e suplementar do plano de custeio de equilíbrio para todos os benefícios do plano, que apresenta os montantes dos fundos de natureza atuarial, das reservas técnicas e provisões matemáticas a contabilizar, o fluxo atuarial e as projeções atuariais exigidas pela legislação pertinente

e que contem parecer atuarial conclusivo relativo à solvência e liquidez do plano de benefícios.

- ✓ **Bases técnicas:** premissas, pressupostos, hipóteses e parâmetros biométricos, demográficos, econômicos e financeiros utilizados e adotados no plano de benefícios pelo atuário, com a concordância dos representantes do RPPS, adequados e aderentes às características da massa de segurados e beneficiários do RPPS e ao seu regramento. Como bases técnicas entendem-se, também, os regimes financeiros adotados para o financiamento dos benefícios, as tábuas biométricas utilizadas, bem como fatores e taxas utilizados para a estimação de receitas e encargos.
- ✓ **Beneficiário:** a pessoa física amparada pela cobertura previdenciária do RPPS, compreendendo o segurado e seus dependentes.
- ✓ **Conselho deliberativo:** órgão colegiado instituído na estrutura do ente federativo ou da unidade gestora do RPPS para o atendimento ao critério de organização e funcionamento desse regime pelo qual deve ser garantida a participação de representantes dos beneficiários do regime, nos colegiados ou instâncias de decisão em que seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação.
- ✓ **Conselho fiscal:** órgão colegiado instituído na estrutura do ente federativo ou da unidade gestora do RPPS que supervisiona a execução das políticas formuladas pelo conselho deliberativo e as medidas e ações desenvolvidas pelo órgão de direção do RPPS.
- ✓ **Custeio administrativo:** é a contribuição considerada na avaliação atuarial, expressa em alíquota e estabelecida em lei para o financiamento do custo administrativo do RPPS.

- ✓ **Custo administrativo:** o valor correspondente às necessidades de custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento da unidade gestora do RPPS, inclusive para a conservação de seu patrimônio, conforme limites estabelecidos em parâmetros gerais.
- ✓ **Custo normal:** o valor correspondente às necessidades de custeio do plano de benefícios do RPPS, atuariamente calculadas, conforme os regimes financeiros adotados, referentes a períodos compreendidos entre a data da avaliação e a data de início dos benefícios.
- ✓ **Custo suplementar:** o valor correspondente às necessidades de custeio, atuariamente calculadas, destinado à cobertura do tempo de serviço passado, ao equacionamento de déficit gerados pela ausência ou insuficiência de alíquotas de contribuição, inadequação das bases técnicas ou outras causas que ocasionaram a insuficiência de ativos necessários à cobertura das provisões matemáticas previdenciárias, de responsabilidade de todos os poderes, órgãos e entidades do ente federativo.
- ✓ **Data focal da avaliação atuarial:** data na qual foram posicionados, a valor presente, os encargos, as contribuições e aportes relativos ao plano de benefícios, bem como o ativo real líquido e na qual foi apurado o resultado e a situação atuarial do plano. Nas avaliações atuariais anuais, a data focal é a data do último dia do ano civil, 31 de dezembro.
- ✓ **Déficit atuarial:** resultado negativo apurado por meio do confronto entre o somatório dos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios e os valores atuais do fluxo de contribuições futuras, do fluxo dos valores líquidos da compensação financeira a receber e do fluxo dos parcelamentos vigentes a receber, menos o

somatório dos valores atuais dos fluxos futuros de pagamento dos benefícios do plano de benefícios.

- ✓ **Déficit financeiro:** valor da insuficiência financeira, período a período, apurada por meio do confronto entre o fluxo das receitas e o fluxo das despesas do RPPS em cada exercício financeiro.
- ✓ **Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial (DRAA):** documento elaborado em conformidade com os atos normativos da Secretaria de Previdência do Ministério da Previdência, exclusivo de cada RPPS, que demonstra, de forma resumida, as características gerais do plano de benefícios, da massa segurada pelo plano e os principais resultados da avaliação atuarial.
- ✓ **Dependente previdenciário:** a pessoa física que mantenha vinculação previdenciária com o segurado, na forma da lei.
- ✓ **Dirigente da unidade gestora do RPPS:** representante legal da unidade gestora do RPPS que compõe o seu órgão de direção ou diretoria executiva.
- ✓ **Duração do passivo:** a média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios de cada plano, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios, conforme instrução normativa da Secretaria de Previdência.
- ✓ **Ente federativo:** a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- ✓ **Equacionamento de déficit atuarial:** decisão do ente federativo quanto às formas, prazos, valores e condições em que se dará o completo reequilíbrio do plano de benefícios do RPPS, observadas as normas legais e regulamentares.

- ✓ **Equilíbrio atuarial:** garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, ambas estimadas e projetadas atuarialmente, até a extinção da massa de segurados a que se refere; expressão utilizada para denotar a igualdade entre o total dos recursos garantidores do plano de benefícios do RPPS, acrescido das contribuições futuras e direitos, e o total de compromissos atuais e futuros do regime.
- ✓ **Equilíbrio financeiro:** garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações do RPPS em cada exercício financeiro.
- ✓ **Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média:** a média das Estruturas a Termo de Taxa de Juros diárias embasadas nos títulos públicos federais indexados ao Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA, conforme instrução normativa da Secretaria de Previdência.
- ✓ **Evento gerador do benefício:** evento que gera o direito e torna o segurado do RPPS ou o seu dependente elegível ao benefício.
- ✓ **Fluxo atuarial:** discriminação dos fluxos de recursos, direitos, receitas e encargos do plano de benefícios do RPPS, benefício a benefício, período a período, que se trazidos a valor presente pela taxa atuarial de juros adotada no plano, convergem para os resultados do Valor Atual dos Benefícios Futuros e do Valor Atual das Contribuições Futuras que deram origem aos montantes dos fundos de natureza atuarial, às provisões matemáticas (reservas) a contabilizar e ao eventual deficit ou superavit apurados da avaliação atuarial.
- ✓ **Fundo em capitalização:** fundo especial, instituído nos termos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, com a finalidade de acumulação de recursos para pagamento

dos compromissos definidos no plano de benefícios do RPPS, no qual o benefício de aposentadoria por tempo de contribuição e idade foi estruturado sob o regime financeiro de capitalização e os demais benefícios em conformidade com as regras dispostas nesta Portaria MTP nº 1.467/2022.

- ✓ **Fundo em repartição:** fundo especial, instituído nos termos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, em caso de segregação da massa, em que as contribuições a serem pagas pelo ente federativo, pelos segurados ativos, aposentados e pensionistas vinculados ao RPPS são fixadas sem objetivo de acumulação de recursos, sendo as insuficiências aportadas pelo ente federativo, admitida a constituição de fundo para oscilação de riscos.
- ✓ **Fundo para oscilação de riscos:** valor destinado à cobertura de riscos decorrentes de desvios das hipóteses adotadas na avaliação atuarial ou com o objetivo de antisseleção de riscos, cuja finalidade é manter nível de estabilidade do plano de custeio do RPPS e garantir sua solvência.
- ✓ **Ganhos e perdas atuariais:** demonstrativo sobre o ajuste entre a realidade e a expectativa que se tinha quando da formulação do plano de custeio, acerca do comportamento das hipóteses ou premissas atuariais.
- ✓ **Meta de rentabilidade:** é a taxa real anual de retorno esperada dos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios, definida pela política de investimentos do RPPS.
- ✓ **Método de financiamento atuarial:** metodologia adotada pelo atuário para estabelecer o nível de constituição das reservas necessárias à cobertura dos benefícios estruturados no regime financeiro de capitalização, em face das características

biométricas, demográficas, econômicas e financeiras dos segurados e beneficiários do RPPS.

✓ **Nota técnica atuarial (NTA):** documento técnico elaborado por atuário e exclusivo de cada RPPS, em conformidade com a instrução normativa emanada da Secretaria de Previdência do Ministério da Previdência, que contém todas as formulações e expressões de cálculo das alíquotas de contribuição e dos encargos do plano de benefícios, das provisões (reservas) matemáticas previdenciárias e fundos de natureza atuarial, em conformidade com as bases técnicas aderentes à população do RPPS, bem como descreve, de forma clara e precisa, as características gerais dos benefícios, as bases técnicas adotadas e metodologias utilizadas nas formulações.

✓ **Órgãos de controle externo:** Os tribunais de contas, responsáveis pela fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos entes federativos e entidades da Administração Pública direta e indireta, nos termos dos arts. 70 a 75 da Constituição Federal e respectivas constituições estaduais, e dos RPPS, na forma do inciso IX do art. 1º da Lei nº 9.717, de 1998.

✓ **Parecer atuarial:** documento emitido por atuário que apresenta de forma conclusiva a situação financeira e atuarial do plano de benefícios, no que se refere à sua liquidez de curto prazo e solvência, que certifica a adequação da base cadastral e das bases técnicas utilizadas na avaliação atuarial, a regularidade ou não do repasse de contribuições ao RPPS e a observância do plano de custeio vigente, a discrepância ou não entre o plano de custeio vigente e o plano de custeio de equilíbrio estabelecido na última avaliação atuarial e aponta medidas para a busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial.

- ✓ **Passivo atuarial:** é o valor presente, atuarialmente calculado, dos benefícios referentes aos servidores, dado determinado método de financiamento do plano de benefícios.
- ✓ **Pensionista:** o dependente em gozo de pensão previdenciária em decorrência de falecimento do segurado ao qual se encontrava vinculado.
- ✓ **Plano de benefícios:** benefícios de natureza previdenciária oferecidos aos segurados do RPPS, segundo as regras constitucionais e legais, limitados ao conjunto estabelecido para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS.
- ✓ **Plano de custeio:** conjunto de alíquotas normais e suplementares e de aportes, discriminados por benefício, para financiamento do plano de benefícios e dos custos com a administração desse plano, necessários para se garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefícios.
- ✓ **Plano de custeio de equilíbrio:** conjunto de alíquotas normais e suplementares e de aportes, discriminadas por benefício, para financiamento do plano de benefícios e dos custos com a administração desse plano, necessárias para se garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefícios, proposto na avaliação atuarial.
- ✓ **Plano de custeio vigente:** conjunto de alíquotas normais e suplementares e de aportes para financiamento do plano de benefícios e dos custos com a administração desse plano, estabelecido em lei pelo ente federativo e vigente na posição da avaliação atuarial.
- ✓ **Projeções atuariais com as alíquotas de equilíbrio:** compreendem as projeções de todas as receitas e despesas do RPPS, considerando o fluxo atuarial dos benefícios

calculados pelo regime financeiro de capitalização, os benefícios calculados por capitais de cobertura e os benefícios calculados por repartição simples e taxa de administração, calculados com base nas novas alíquotas de equilíbrio, para atender as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

✓ **Projeções atuariais com as alíquotas vigentes:** compreendem as projeções de todas as receitas e despesas do RPPS, considerando o fluxo atuarial dos benefícios calculados pelo regime financeiro de capitalização, os benefícios calculados por repartição de capitais de cobertura, os benefícios calculados por repartição simples e taxa de administração, calculados com base nas alíquotas vigentes, para atender as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

✓ **Provisão matemática de benefícios a conceder:** corresponde ao valor presente dos encargos (compromissos) com um determinado benefício não concedido, líquidos das contribuições futuras e aportes futuros, ambos também a valor presente.

✓ **Provisão matemática de benefícios concedidos:** corresponde ao valor presente dos encargos (compromissos) com um determinado benefício já concedido, líquidos das contribuições futuras e aportes futuros, ambos também a valor presente.

✓ **Regime financeiro de capitalização:** regime onde há a formação de uma massa de recursos, acumulada durante o período de contribuição, capaz de garantir a geração de receitas equivalentes ao fluxo de fundos integralmente constituídos, para garantia dos benefícios iniciados após o período de acumulação dos recursos.

✓ **Regime financeiro de repartição de capitais de cobertura:** regime no qual o valor atual do fluxo de contribuições normais futuras de um único exercício é igual ao valor atual de todo o fluxo de pagamento de benefícios futuros, fluxo esse considerado

até sua extinção e apenas para benefícios cujo evento gerador do benefício venha ocorrer naquele único exercício.

- ✓ **Regime financeiro de repartição simples:** regime em que o valor atual do fluxo de contribuições normais futuras de um único exercício é igual ao valor atual de todo o fluxo de benefícios futuros cujo pagamento venha a ocorrer nesse mesmo exercício.
- ✓ **Regime Geral de Previdência Social - RGPS:** regime de filiação obrigatória para os trabalhadores não vinculados a regime próprio de previdência social.
- ✓ **Regime Próprio de Previdência Social - RPPS:** o regime de previdência estabelecido no âmbito do ente federativo e que assegure por lei, a todos os servidores titulares de cargo efetivos, pelo menos os benefícios de aposentadoria e pensão por morte previstos no art. 40 da Constituição Federal.
- ✓ **Relatório da avaliação atuarial:** documento elaborado por atuário legalmente habilitado que apresenta os resultados do estudo técnico desenvolvido, baseado na Nota Técnica Atuarial e demais bases técnicas, com o objetivo principal de estabelecer, de forma suficiente e adequada, os recursos necessários para a garantia do equilíbrio financeiro e atuarial do plano de previdência.
- ✓ **Relatório de análise das hipóteses:** instrumento de responsabilidade da unidade gestora do RPPS, elaborado por atuário legalmente responsável, pelo qual demonstra-se a adequação e aderência das bases técnicas adotadas na avaliação atuarial do regime próprio às características da massa de beneficiários do regime, às normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS e às normas editadas pelo ente federativo.

- ✓ **Reserva administrativa:** constituída com os recursos destinados ao financiamento do custo administrativo do RPPS, relativos ao exercício corrente ou de sobras de custeio de exercícios anteriores e respectivos rendimentos, provenientes de alíquota de contribuição integrante do plano de custeio normal, aportes preestabelecidos para essa finalidade, repasses financeiros ou pagamentos diretos pelo ente federativo ou destinados a fundo administrativo instituído nos termos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.
- ✓ **Reserva de contingência:** montante decorrente do resultado superavitário, para garantia de benefícios.
- ✓ **Resultado atuarial:** resultado apurado por meio do confronto entre o somatório dos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios com os valores atuais do fluxo de contribuições futuras, do fluxo dos valores líquidos da compensação financeira a receber, menos o somatório dos valores atuais dos fluxos futuros de pagamento dos benefícios do plano de benefícios, sendo superavitário caso as receitas superem as despesas, e, deficitário, em caso contrário.
- ✓ **Segregação da massa:** a separação dos segurados do plano de benefícios do RPPS em grupos distintos que integrarão o Fundo em Capitalização e o Fundo em Repartição.
- ✓ **Segurado:** o servidor público civil titular de cargo efetivo, o magistrado e o membro do Ministério Público e de tribunal de contas, ativo e aposentado; o militar estadual ativo, da reserva remunerada ou reformado, com vinculação previdenciária ao RPPS, abrangendo os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, instituições, órgãos e entidades autônomas.
- ✓ **Segurado aposentado:** o segurado em gozo de aposentadoria.

- ✓ **Segurado ativo:** o segurado que esteja em fase laborativa.
- ✓ **Serviço passado:** parcela do passivo atuarial do servidor ativo correspondente ao período anterior a seu ingresso no RPPS do ente, para a qual não exista compensação previdenciária integral. No caso do aposentado ou pensionista, é a parcela do passivo atuarial referente a esses beneficiários, relativa ao período anterior à assunção pelo regime próprio e para o qual não houve contribuição para o correspondente custeio.
- ✓ **Sobrevida média dos aposentados e pensionistas:** representa a sobrevida média da tábua de mortalidade na data da avaliação atuarial e expresso em anos dos aposentados, pensionistas vitalícios e da duração do tempo do benefício das pensões temporárias, conforme instrução normativa da Secretaria de Previdência.
- ✓ **Superavit atuarial:** resultado positivo apurado por meio do confronto entre o somatório dos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios com os valores atuais do fluxo de contribuições futuras e do fluxo dos valores líquidos da compensação financeira a receber, menos o somatório dos valores atuais dos fluxos futuros de pagamento dos benefícios do plano de benefícios.
- ✓ **Tábuas biométricas:** instrumentos demográficos estatísticos utilizados nas bases técnicas da avaliação atuarial que estimam as probabilidades de ocorrência de eventos relacionados de determinado grupo de pessoas, tais como: sobrevivência, mortalidade, invalidez, morbidade, etc.
- ✓ **Taxa atuarial de juros:** é a taxa anual de retorno esperada dos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios do RPPS, no horizonte de longo prazo, utilizada no cálculo dos direitos e compromissos do plano de benefícios a valor presente, sem utilização do índice oficial de inflação de referência do plano de benefícios.

- ✓ **Taxa de administração:** compreende os limites a que o custo administrativo está submetido, expressos em termos de alíquotas e calculados nos termos dos parâmetros e diretrizes gerais para a organização e funcionamento dos RPPS.
- ✓ **Taxa de juros parâmetro:** aquela cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média, divulgada anualmente pela Secretaria de Previdência, seja o mais próximo à duração do passivo do respectivo plano de benefícios.
- ✓ **Valor atual das contribuições futuras:** valor presente atuarial do fluxo das futuras contribuições de um plano de benefícios, considerando as bases técnicas indicadas na Nota Técnica Atuarial e os preceitos da Ciência Atuarial.
- ✓ **Valor atual dos benefícios futuros:** valor presente atuarial do fluxo de futuros pagamentos de benefícios de um plano de benefícios, considerados as bases técnicas indicadas na Nota Técnica Atuarial e os preceitos da Ciência Atuarial.
- ✓ **Viabilidade financeira:** capacidade de o ente federativo dispor de recursos financeiros suficientes para honrar os compromissos previstos no plano de benefícios do RPPS.
- ✓ **Viabilidade fiscal:** capacidade de cumprimento dos limites fiscais previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.
- ✓ **Viabilidade orçamentária:** capacidade de o ente federativo consignar receitas e fixar despesas, em seu orçamento anual, suficientes para honrar os compromissos com o RPPS.
- ✓ **Unidade gestora:** a entidade ou órgão integrante da estrutura da administração pública do ente federativo que tenha por finalidade a administração, o gerenciamento

e a operacionalização do RPPS, incluindo a arrecadação e a gestão de recursos, a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios.

- ✓ **Valor Justo:** valor pelo qual um ativo pode ser negociado ou um passivo liquidado entre as partes interessadas em condições ideais e com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação de comercialização.